

Trabalho de Graduação
Curso de Graduação em Geografia

**TERRITORIALIZAÇÃO DA EMPRESA VALE S.A.: POPULAÇÕES ATINGIDAS E
CONFLITOS SÓCIO-ESPACIAIS**

Gustavo Schiavinatto Vitti

Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Rio Claro (SP)

2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL PA LISTA

Instituto de Geociências e Ciências Exatas

Câmpus de Rio Claro

GUSTAVO SCHIAVINATTO VITTI

**TERRITORIALIZAÇÃO DA EMPRESA VALE S.A.: POPULAÇÕES
ATINGIDAS E CONFLITOS SÓCIO-ESPACIAIS**

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio
Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel
em Geografia

Rio Claro - SP

2014

910h Vitti, Gustavo Schiavinatto
V852t Territorialização da empresa Vale S.A.: populações atingidas e conflitos sócio-espaciais / Gustavo Schiavinatto Vitti. - Rio Claro, 2014
143 f. : il., gráfs., tabs., quadros, mapas

Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia)
- Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: José Gilberto de Souza

1. Geografia humana. 2. Movimentos sociais. 3. Mineração. 4. Pará. I. Título.

GUSTAVO SCHIAVINATTO VITTI

**TERRITORIALIZAÇÃO DA EMPRESA VALE S.A.: POPULAÇÕES ATINGIDAS E
CONFLITOS SÓCIO-ESPACIAIS**

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de
Geociências e Ciências Exatas - Câmpus de Rio
Claro, da Universidade Estadual Paulista Júlio de
Mesquita Filho, para obtenção do grau de Bacharel
em Geografia

Comissão Examinadora

Prof. Dr. José Gilberto de Souza (orientador)

Profª Mª Natália Freire Bellentani

Prof. Dr. Fabrício Gallo

Rio Claro, 05 de fevereiro de 2014.

Assinatura do aluno

Assinatura do orientador

DEDICATÓRIA

Aos companheiros em embate, que resistem dia a dia, e nos animam a lutar.

“Essa luta, meu caro senhor, chama-se trabalho, trabalho terreno, trabalho em prol da terra, da honra e dos interesses da humanidade. E temperadas, dia a dia, por essa luta aquelas forças acabarão por libertar o homem e por guiá-lo pelos caminhos do progresso e da civilização, rumo a uma luz cada vez mais clara, mais sua e mais pura”

A montanha Mágica, Thomas Mann

RESUMO

A territorialização dos empreendimentos da empresa Vale S.A. deflagra uma série de determinações territoriais sobre as populações locais. Este processo denota um quadro de conflitos sócio-espaciais entre as populações atingidas e a empresa, conflitos que se dão no âmbito material e simbólico. Na generalização e internacionalização desses conflitos se estabelece a “Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale” e o Movimento de Soberania Popular Frente a Mineração (MAM) que visam promover a comunicação e unificação das lutas entre diversos movimentos sociais e populações em embate com a empresa. A análise inicia-se com observação de em que medida estes conflitos se estabelecem nos empreendimentos relativos às atividades de mineração no território brasileiro. Seu desenvolvimento parte de um mapeamento dos investimentos realizados no setor pela empresa, a identificação das principais determinações territoriais e as formas de organização de resistência, identificando quem são os sujeitos em conflito.

Palavras-chave: Movimentos sociais, Mineração, Vale S.A., Pará.

ABSTRACT

The projects of the company Vale SA territorialization triggers a series of territorial determinations on local populations. This process denotes a situation of sociospatial conflicts between the affected people and the company, which occur in the material and symbolical scope. In the expansion of these conflicts is established the "International Articulation of those Affected by Vale" and the “Movimento de Soberania Popular Frente a Mineração” (MAM) which aims to promote communication and unification of the struggles between different social movements and populations on confrontation with the company. This project aims to examine how these conflicts are established in projects relating to mining operations in Brazil. The development starts from a mapping of the investments in the sector, identifying the major determinations territorial, the forms of organization of resistance, identifying who are the groups in conflict.

Keywords: Social movements, mining, Vale S.A., Pará.

*Trabalho financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. ESPAÇO E TERRITÓRIO: DA PROJEÇÃO À APROPRIAÇÃO	13
1.1. Das preocupações com o método	13
1.2. Espaço como projeção	17
1.3. Território como apropriação	24
1.3.1. Desterritorialização: a territorialização do capital	27
2. TERRITORIALIZAÇÃO DA EMPRESA VALE S.A.	33
2.1. Início das atividades minerais em Itabira (1909 – 1941)	34
2.2. Criação e início das ações (1942-1960)	35
2.3. Expansão dos projetos e empreendimentos (1960-1995)	44
2.3.1. Projeto Ferro Carajás	55
2.4. Privatização (1995-1997)	68
2.5. Internacionalização (1997-hoje)	73
2.5.1. Ações no território brasileiro	77
2.5.2. Expansão geográfica internacional	88
3. LUTAS SOCIAIS EM ÁREA DE MINERAÇÃO: OS SUJEITOS EM CONFLITO COM A VALE S.A.	98
3.1. Movimentos sociais como objeto de estudo	100
3.1.1. Apontamentos metodológicos para análise das lutas sociais	107
3.2. Os sujeitos em embate com a Vale S.A.	110
3.2.1. Da origem das lutas à Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale	111
3.2.2. A atualidade das lutas frente à mineração	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	131
REFERÊNCIAS	134
APÊNDICE – Tópicos de entrevista	142

INTRODUÇÃO

A territorialização, expansão geográfica do capital, ampliada pelo processo de internacionalização das empresas, mas que tem suas origens já no século XIX, engendra uma série de determinações territoriais sobre populações e comunidades, sobretudo ao atingir o circuito da produção e da financeirização, este último marcadamente nos fins do século XX. Trata-se, assim, de um processo de acumulação e concentração do capital que se dá frente à espoliação e expropriação dos meios de produção e das terras dos trabalhadores, evidenciando o que David Harvey (2004) denomina de acumulação por espoliação.

Essa conjuntura, que se trata da estrutura do modo de produção capitalista, leva a reflexões acerca do processo de desterritorialização dos sujeitos, transformações de seus modos de vida e impedimento de sua subsistência, determinando uma série de resistências e manifestações, às vezes explosivas e violentas, outras vezes pacientes, entrando em embate com os sujeitos capitalista apenas pelo fato de sobreviver e subsistir.

É na generalização desses processos, de conflitos, em um estágio de expansão das estruturas empresariais, que as constitui como multi-pluri-transnacionais, que os embates e resistências também se expandem. Os sujeitos de diferentes lugares que resistem e são atingidos por uma “mesma” relação de poder, em escalas distintas de lutas, de tempo e de apropriação, se articulam e organizam, consolidando um processo que tenderia a unicidade, levando a uma atuação em “rede” (FERNANDES, 2005; WANDERLEY, 2011) em defesa de suas condições materiais de reprodução da vida, relações sociais e territorialidade (PORTO-GONÇALVES, 2008).

É nesse contexto de conflito e relações de poder que se objetiva analisar as ações de resistência e de organização dos sujeitos sociais em embate com o projeto capitalista de mineração no Brasil. Para isso, inicialmente, buscou-se compreender quais são as relações de poder com que esses sujeitos se colocam em embate. Conflitos com uma empresa que reúne ações em inúmeros países: a Vale S.A., antigamente Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)¹.

¹ Anteriormente a empresa utilizava o nome Companhia Vale do Rio Doce, apenas no ano de 2007 passa a utilizar o nome Vale S.A.. Utilizar-se-á ao longo do trabalho principalmente o termo Vale e em alguns momentos, anteriores a privatização, CVRD.

A Vale S.A. se constitui como uma empresa mineradora com sede no Brasil e possui um histórico particular em sua relação com o Estado brasileiro e com as comunidades “atingidas” por seus empreendimentos. A análise de sua ação se dá pela compreensão das estratégias de diversificação produtiva, crescimento econômico, internacionalização e investimento em sistemas logísticos. Estratégias que consolidam determinações, transformações e embates extremamente elucidativos das formas de relacionamento do capital com os trabalhadores, em sentido amplo.

Compreende-se, assim, o estudo e análise da territorialização da empresa Vale inserida em um contexto maior, como instrumento de compreensão das relações sociais de produção no capitalismo e as formas com que estas se estabelecem. Dessa forma, para compreender as relações em sua totalidade (KOSIK, 1976), considera-se que o método

[...] consiste em partir do empírico (os “fatos”), apanhar as suas relações com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica e o seu desenvolvimento interno e reconstruir no plano do pensamento, todo esse processo. O circuito investigativo, recorrendo compulsoriamente à abstração, retorna sempre ao seu ponto de partida – e, a cada retorno, compreende-o de modo cada vez mais inclusivo e abrangente. Os fatos, a cada nova abordagem, se apresentam como produtos de relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas, podendo ser inseridos no movimento maior que os engendra. A pesquisa, portanto, procede por aproximações sucessivas ao real, agarrando a *história* dos processos simultaneamente às suas *particularidades internas* (NETTO, 2004, p.58).

O empírico se consolida para esta pesquisa, portanto, como as determinações territoriais impostas pela empresa Vale S.A. sobre as populações que habitam o entorno de seus empreendimentos, observando o processo de territorialização (gênese) e os conflitos desdobrados entre empresa e sujeitos (desenvolvimento interno). Utilizando-se para isso, como principais materiais e fontes de informações, os relatórios da empresa e documentos produzidos pelos sujeitos atingidos, bem como as observações de campo e entrevista, realizando uma análise conjunta, promovendo um diálogo/debate entre os diferentes posicionamentos conflitantes.

O retorno constante ao ponto de partida se dá a partir da leitura dos embates e movimentos dos sujeitos atingidos pelos projetos e interesses e objetivos da empresa, no processo de concretização de seus empreendimentos. Leitura feita à luz das teorias de internacionalização de empresas, luta de classes, subsistência de populações indígenas e camponesas, que remetem a um contexto maior no qual esse processo está inserido, de fase monopolista do capital, que resulta em expropriação dos sujeitos, ampliação da esfera do

capital financeiro e domínio das corporações transnacionais, inclusive sobre os Estados nacionais (FONTES, 2010).

A partir desse entendimento, se faz necessário explorar a metodologia adotada na fundamentação desta pesquisa, que pautou-se em quatro momentos imbricados: a) levantamento e revisão bibliográfica; b) levantamento dos relatórios e documentos oficiais realizados pela empresa Vale S.A e documentos, boletins, cartilhas e materiais produzidos pelas organizações sociais em embate com a Vale; c) identificação dos encontros e atos realizados pelas organizações em oposição a Vale; d) trabalho de campo na região compreendida pela empresa como sistema norte, isto é o circuito produtivo do minério de ferro que inicia-se em Parauapebas, Pará e segue a partir de estrada de ferro até o porto exportador em São Luís, Maranhão.

Inicialmente buscou-se levantar por meio da base de dados do Sistema de Editoração de Revistas (SEER) e da plataforma “scholar Google”, artigos e trabalhos que versassem sobre as discussões gerais e específicas deste trabalho: território, espaço, movimentos sociais, empresas, mineração, Programa Grande Carajás, Vale S.A. lutas sociais, classes, conflitos sócio-espaciais, entre outras discussões que se apresentaram no decorrer do texto. Exercício que acompanhou todo o processo de pesquisa, tendo em vista o surgimento, a partir das leituras e contato com as realidades, novas necessidades teórico-metodológicas e questões para análise.

Em seguida, destacando outro processo contínuo ao longo da pesquisa, tratou-se do levantamento do material produzido pela empresa Vale S.A, seus relatórios, *releases*, textos informativos aos acionistas, entre outros.

Contraponto, esse discurso, ao das organizações sociais, tendo como fonte principalmente a página da Rede Justiça nos Trilhos, a página Relicário Minado, mantida por trabalhadores e organizações vinculadas a populações “atingidas”, entre outras páginas e grupos menores que disponibilizam material por meio digital. Pautando-se, também, em materiais cedidos diretamente pelas organizações e sujeitos sociais, seja através de contato via e-mail, ou durante o trabalho de campo realizado. Destacando que grande parte desse material não consta no referencial bibliográfico, visto ter embasado nossa leitura da realidade, mas não estar presente no texto, sendo esta uma opção adotada no sentir de melhor estrutural o trabalho.

Conjunto a esse levantamento, buscou-se compor um quadro, para direcionar nossa observação das questões concretas, dos encontros e reuniões realizadas pelos grupos em conflito com a empresa Vale, como também dos atos e manifestações realizados por estes, sistematizados nas tabelas 8 e 9, respectivamente. O quadro organizado que apresenta maiores informações e especificações das informações não encontra-se inserido nesse trabalho de maneira sistemática, optando-se por inserir as informações e discussões no decorrer do texto, relacionando os fatos com os elementos teórico.

A base de dados para a composição dessas informações foram as páginas na internet que sistematizam as notícias divulgadas a respeito da empresa Vale S.A., a página da Rede Justiça nos Trilhos e a página “Impactos da Mineração do Sul e Sudeste do Pará”. Importante destacar está opção determina uma limitação metodológica da pesquisa, mas é decorrente da dificuldade de encontro de outras bases de informações, limitação que se apresenta na maior preponderância de informações na região norte (Maranhão e Pará), localização dos grupos que mantêm as respectivas páginas. Destacando, no entanto, que trata-se de uma complexa base de informações e dados, visto reunir um grande conjunto de notícias acerca de embates entre populações “atingidas” e a empresa.

Por fim, realizou-se, durante os meses de Setembro e Outubro, um trabalho de campo, como destacado, no sistema norte² da empresa. Este se iniciou em São Luís, no Maranhão, no qual foi possível ter contato com a realidade no porto de Itaqui, mantido pela empresa, seguindo assim, em direção a Marabá, no Pará, local no qual há existência de grupos sociais que se opõem a empresa, utilizando como transporte o trem de passageiros da Vale, angariando assim contato com os sujeitos que utilizam-o, suas vivências e perspectivas.

Por fim, indo até Parauapebas, Pará, realizando visita ao Núcleo Urbano de Carajás, no interior da Floresta Nacional de Carajás, mantida pela Vale, e ao assentamento Palmares II, no qual há lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e do Movimento pela Soberania Popular Frente a Mineração (MAM). Voltando por fim a São Luís, no Maranhão, local de início da viagem. Realizaram-se, no decorrer do trabalho de campo, entrevistas³ com sujeitos que compõem as principais entidades em luta, destacando, a

² Compreendemos que o trabalho de campo em apenas um projeto da empresa concretiza-se como uma limitação da pesquisa, mas devido as condições financeiras e de tempo, buscou-se realizar este de forma a empreender o máximo possível de informações para pensar o processo de territorialização da empresa frente a organização dos grupos sociais “atingidos”. Escolha que justifica-se pela complexidade de relações e capacidade elucidativa dos conflitos da região de estudo, tratando-se da principal área de investimentos da empresa desde 1980.

³ Segue o modelo que norteou as questões levantadas em apêndice.

Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos, em São Luis, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) em Marabá, o Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), o jornalista do Jornal Brasil de Fato e membro do MAM, Márcio Zonta, o MST, a Pastoral da Juventude (PJ), o Movimento Debate e Ação (MDA) e o Levante Popular da Juventude⁴.

Observa-se que para além das entrevistas, foi essencial o contato com a realidade sócio-espacial concreta da região, observando a organização das cidades, a falta de estrutura, as práticas dos sujeitos sociais, a publicidade da empresa em várias placas e *outdoors*, bem como nos eventos culturais em Parauapebas e Marabá e na chegada ao aeroporto em São Luis. Sendo estes as maiores contribuições para o trabalho, o contato com a realidade concreta estudada, para além dos livros e textos, conhecer a luta dos sujeitos, conhecer a situação dos “atingidos pela Vale”.

A partir desse momento, realizou-se uma contraposição entre o debate teórico e a observação empírica – pautada nos documentos, tanto da empresa como das organizações sociais, nas notícias e nas informações obtidas em campo, realizando um texto que buscasse demonstrar o enfrentamento entre esses dois projetos de sociedade, entre essas duas representações (territorialidades).

Antes de adentrarmos na discussão é necessário destacar um ponto no sentido de organizar a leitura. Utilizamos o termo “atingidos”, tanto no título deste trabalho, como ao longo do texto, não o pautando um conceito teórico, mas por ser o termo empregado pelos grupos sociais, vide o MAM, que até o início de 2013 denominava-se Movimento dos Atingidos por Mineração, e a “Articulação dos Atingidos pela Vale”. Acreditando ser necessário dar o nome que os grupos sociais tomaram para si, pelo posicionamento realizado frente ao mundo (SADER, 2001), tendo em vista que se consolida assim, como uma identificação, uma denominação, que antes de formar o “nós” precisa criar o “outro”, o opositor no processo de enfrentamento, caminhando no sentido da proposta metodológica que acreditamos, de considerar a relação de forças, os sujeitos que compõem o conflito, sem recair em uma análise unitária da realidade. Análise de conflito que resgata o conceito de Fronteira

⁴ Buscamos realizar contato com membros da Justiça nos Trilhos, mas não foi possível marcar uma entrevista, com a justificativa de que encontravam-se atribulados com trabalhos e viagens. Enviou-se uma entrevista via e-mail, mas não obtivemos resposta. Centrando, portanto, a análise dessa organização por meio de materiais e documentos divulgados e nos enviado diretamente.

abordado por Martins (1996), como local de encontro de diferentes temporalidades, diferentes territorialidades, que dimensiona em nossa leitura os embates na consolidação dos territórios.

Dessa forma, utilizaremos “atingidos” em muitas partes do texto, sempre em aspas, buscando de alguma maneira fortalecer a luta dos grupos sociais, a partir do nome tomado para-si, na conformação de suas identidades. Resta saber e pensar os limites teóricos e de projeto político que este termo enseja, buscando compreendê-lo a partir das práticas dos sujeitos sociais e sua capacidade de unificação das lutas, construção de identidade.

1. ESPAÇO E TERRITÓRIO: DA PROJEÇÃO À APROPRIAÇÃO

“As palavras também têm a sua hierarquia, o seu protocolo, os seus títulos de nobreza, os seus estigmas de plebeu.”

José Saramago – As intermitências da Morte

1.1. Das preocupações com o método

Kosik (1976) e Lukács (1979) nos permitem iniciar uma reflexão a respeito da apreensão da realidade pelo homem, observando assim, as questões referentes à produção do conhecimento, dando atenção, principalmente, ao conhecimento científico.

Partiremos, primeiramente, da discussão referente à relação dialética entre essência e aparência, já presente nas obras de Marx, considerando que a realidade, a “coisa em si”, não se apresenta ao homem de maneira imediata, visto que

[...] a práxis utilitária imediata e o senso comum a ela correspondente colocam o homem em condições de orientar-se no mundo, de familiarizar-se com as coisas e manejá-las, mas não proporcionam a compreensão das coisas e da realidade. (KOSIK, 1976, p.10).

O sujeito encontra-se, desse modo, inserido através de sua vida cotidiana no “mundo da pseudoconcreticidade”, o mundo da práxis fetichizada, da aparência. Esse mundo se apresenta ao sujeito como “um claro-escuro de verdade e engano [...], seu elemento próprio é o duplo sentido” (id, p.11), no qual este tem contato com a aparência, com as “formas fenomênicas”, que ao mesmo tempo em que escondem contêm a essência. Esta discussão está presente também em Santos (1988; 2004), na relação entre visível (aparência) e invisível (essência), referente à busca necessária do invisível, das determinações da realidade, definindo que “o objeto possui duas faces: a verdadeira, que não se entrega diretamente ao observador, e a face visível, amoldada pela ideologia” (SANTOS, 2004, p.35)

Nessa relação do sujeito com o mundo, com as coisas, este cria suas representações e noções acerca dos fatos. Determina, assim, “a realidade” mediada pela aparência fenomênica. No entanto essas representações não são frutos unicamente da consciência individual, mas sim, do “pensamento comum”, condições histórias petrificadas, que culminam na reprodução de categorias e noções no fazer dos sujeitos.

No capitalismo essa relação é distorcida e se insere em contextos de divisão do trabalho, exploração e expropriação dos sujeitos, mediada por categorias fetichizadas, que

escapam a compreensão, como dinheiro e mercadoria, atingindo seu máximo na esfera do capital financeiro. Debate que se desdobra na produção e reprodução de ideologias, na alienação e no estranhamento do trabalho, e na perpetuação das relações contraditórias entre as classes sociais.

Dessa forma, o todo é imediatamente acessível ao homem através da vida cotidiana, mas não é imediatamente cognoscível, visto se apresentar de forma sensível, na representação e na experiência, demonstrando-se, assim, como um todo caótico e obscuro. “Para que possa conhecer e compreender este todo, possa torná-lo claro e explicá-lo, o homem tem de fazer um *détour*: o concreto se torna compreensível através da mediação do abstrato, o todo através da mediação da parte” (KOSIK, 1976, p.30).

Nessa necessidade de compreensão da realidade, dos fatos concretos, torna-se necessário partir de um conhecimento que não se realiza pela mera contemplação da realidade, mas pela ação humana consciente, pela práxis (HELLER, 1992; 1994; LUKÁCS, 1979) representada pelo trabalho, desvendando os processos de reificação e maquinização do ser, construindo uma compreensão de mundo para além das primeiras aparências.

Ao realizar esse *détour*, método da ascensão do concreto ao abstrato e do abstrato ao concreto, através do pensamento, caminha-se para a apreensão da realidade concreta, do que Kosik (1976) define como totalidade, que não faz referência a todos os fatos, a soma do todo existente, mas sim a “realidade como um todo estruturado, dialético, no qual um fato *qualquer* (classes de fatos, conjunto de fatos) pode vir a ser racionalmente compreendido” (KOSIK, 1976, p.35) ou como define Netto (2004, p.58),

[...] um sistema dinâmico e contraditório de relações articuladas que se implicam e se explicam estruturalmente. Seu objetivo é reproduzir idealmente o movimento constitutivo da realidade (social), que se expressa sob formas econômicas, política e culturais, mas que extravasa todas elas.

Como formas de apreensão da realidade concreta, de elevação da vida cotidiana (HELLER, 1992), na relação entre aparência e essência, têm-se a ciência e a filosofia (KOSIK, 1976) e também a arte. Centrar-se-á atenção aqui ao trabalho científico, que assume a pretensão de compreender a unidade do real, pretensão que não se realiza de todo devido ao seu caráter histórico e ideológico, mas que possibilita um caminho para além da práxis utilitária e do “pensamento comum”.

É por meio das categorias que a ciência apresenta-se como método de compreensão dos fatos concretos e estas categorias devem ser entendidas como uma “forma elevada de

apreensão do mundo, determinada em última instância pelo intercâmbio permanente, ao longo da história, entre o sujeito e o objeto” (COSTA, 1983, p.45-46), como “formas moventes e movidas da própria matéria: formas do existir, determinações da existência” (LUKÁCS, 1978, p.3)

Apresentam-se, assim, as categorias e conceitos de análise permeados por um conteúdo histórico e ideológico. “[S]ão produtos materiais da realidade enquanto pensamento e concretude história” e “permite[m] compreender os objetos, os fenômenos ou processos pesquisados, expressando seus sentidos históricos”(SOUZA, J. G.,2008, s/p)

A Ciência não se consolida, portanto, como, portadora de uma verdade absoluta, naturalizada, mas por meio da ação do homem sobre a natureza, da realização do trabalho, demonstrando assim, a partir das categorias, as concretudes histórico-teóricas pensadas em um tempo cronológico segundo determinado estágio do desenvolvimento humano (SOUZA, J. G., 2008). A verdade é construída através da ação do sujeito, da sua relação com o fenômeno na busca da essência, da passagem da “coisa-em-si” para a “coisa-para-si”, enquanto representação e consciência para o sujeito.

Propõe-se aqui uma visão da ciência que tenha no homem, sujeito histórico, a centralidade do fazer científico. É através da ação humana, portadora de sentido, de representação, que se apreende a concreticidade, considerando que o objeto consiste em materialidade e representação para o ser e não uma representação *per si* (em-si), puramente objetiva.

É o homem, sujeito histórico e real, que no processo social de produção e reprodução cria a base e a superestrutura, forma a realidade social como totalidade de relações sociais, instituições e idéias; e nesta criação da realidade social objetiva cria ao mesmo tempo a si próprio, como um ser histórico e social, dotado de sentidos e potencialidades humanas, e realiza o infinito processo de “hominização do homem” (KOSIK, 1976, p.51).

O ato de conhecer e imbuir sentido – significação- a realidade define-se com centralidade da compreensão do método científico, não se pode falar dessa forma em “coisa-em-si”, a coisa é sempre significado para-si, para o ser social, possui assim um caráter subjetivo, de significado para o sujeito, em sua relação com o fenômeno, que contém-esconde a essência.

Por meio dessas reflexões, podemos empreender o conceito trabalhado por Lukács (1979) de *agir interessado*⁵. É através desse conceito que podemos refletir a respeito do caráter ideológico da produção do conhecimento, da relação do homem com a realidade, com a natureza, na produção e projeção do espaço⁶.

Lukács (1979) apresenta o agir interessado como componente essencial e ineliminável do ser social, que contém um efeito deformante sobre os fatos, presente na relação entre essência e fenômeno. Em um diálogo retirado do livro “As intermitências da morte” de José Saramago⁷, pode-se refletir, também, a respeito da intencionalidade no agir humano, mais especificamente no fazer científico.

[...] Perguntarei a sua majestade que prefere, se ver a rainha-mãe para sempre agonizante, prostrada num leito de que não voltará a levantar-se, com o imundo corpo a reter-lhe indignamente a alma, ou vê-la, por morrer, triunfadora da morte, na glória eterna e resplandecente dos céus, Ninguém hesitaria na resposta, Sim, mas ao contrário do que se julga, não são tanto as respostas que me importam, senhor primeiro-ministro, mas as **perguntas**, obviamente refiro-me às nossas, observe como **elas costumam ter, ao mesmo um tempo, um objectivo à vista e uma intenção que vai escondida atrás**, se as fazemos não é apenas para que nos respondam o que nesse momento necessitamos que os interpelados escutem de sua própria boca, é também **para que se vá preparando o caminho às futuras respostas** (SARAMAGO, 2005, p.19) [grifo nosso].

É na compreensão de que “elas [as perguntas] costumam ter, ao mesmo tempo, um objectivo à vista e uma intenção que vai escondida atrás”, que se pode pensar no caráter ideológico, interessado, da ciência. Na maneira que a visão social de mundo do pesquisador interfere nas definições e escolha das categorias, conceitos e variáveis de análise, nas perguntas a serem feitas. Esse conteúdo ideológico do conhecimento científico, nas Ciências Humanas, é denominado por J. G. Souza (2008) como *ideologia intrínseca*⁸, conferindo um grau de subjetividade no processo de produção do conhecimento.

A ciência pode levar, como destacam Lukács (1979) e Kosik (1976), a uma apreensão da concretude da realidade social. No entanto, quando o agir interessado “se apoia sobre

⁵ Compreende-se aqui que o agir interessado tem relação com o conceito de intencionalidade que “[...] é uma visão de mundo, ampla, todavia una, é sempre uma forma, um modo de ser, de existir. Constitui-se em uma identidade. Por esta condição, precisa delimitar para poder se diferenciar e ser identificada” (FERNANDES, 2005, p. 27)

⁶ Discutiremos nas páginas seguintes desse trabalho sobre a produção e projeção do espaço, imbuídas desse agir interessado.

⁷ O trecho faz referência a um diálogo entre um cardeal e o Primeiro-Ministro do país no qual se passa a estória.

⁸ A noção de ideologia intrínseca no âmbito das ciências humanas discutida por J. G. Souza (2008) se refere à escolha do pesquisador no ato de definir o seu referencial teórico-metodológico, já conferindo assim, quais são as suas intencionalidades com dada pesquisa.

interesses de grupos sociais, é fácil que a ciência abandone seu papel de controle e torne-se, ao contrário, o instrumento com o qual se cobre, se faz desaparecer a essência” (LUKÁCS, 1979, p.26).

Cabe aqui uma ressalva a essa colocação de Lukács neste trecho – deixando claro que esse não reflete o posicionamento do autor, mas se trata de uma colocação específica e desvinculada do texto completo- visto que o agir interessado na produção do conhecimento científico sempre se encontra articulado ao interesse de um grupo social. O que se diferencia é a definição de qual grupo social está por trás desse fazer científico, ou melhor, com qual intencionalidade o pesquisador define suas posições teórico-metodológicas e encaminha sua pesquisa. Se vinculado aos interesses hegemônicos e conservadores do capital ou se vinculados às demandas da sociedade e aos anseios da classe trabalhadora.

É nesse ato de refletir sobre o papel da ciência e de se posicionar criticamente frente à realidade que se busca compreender as relações sociais no atual momento histórico, inseridas no âmbito das relações sociais de produção no capitalismo. No caso do presente estudo, inserido no processo da divisão do trabalho científico, a centralidade da análise está no arcabouço histórico-teórico da ciência geográfica, sendo *conditio sine qua non* a definição e delimitação das categorias que nortearam o processo de compreensão da realidade, neste caso, **espaço e território**

1.2.Espaço como projeção

Propõe-se iniciar a reflexão a respeito dos processos e relações sociais no âmbito da Geografia a partir da categoria **espaço**. Isto se deve à compreensão de que o espaço é uma categoria que possibilita a apreensão da gênese do processo histórico de hominização, visto conter em seu âmago o trabalho, categoria fundante, do ponto de vista ontológico, do homem⁹.

⁹ Centra-se aqui uma crítica à obra de Milton Santos que definirá como centralidade do entendimento do espaço, na relação homem e natureza, a técnica e não o trabalho, com nota-se no trecho a seguir “É por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, o homem e o meio, é dada pela técnica” (SANTOS, 2008, p249). Compreende, também, o autor, a técnica ela própria um meio, no qual os homens realizam a união entre espaço e tempo. Podendo refletir assim sobre uma possível reificação da técnica, atribuindo a ela características que deveriam estar centralizadas no trabalho humano, como destaca Lukács (1979, p.73) “O processo só se torna misterioso quando – o que ocorreu e continua frequentemente a ocorrer até mesmo no interior do marxismo – as relações econômicas não são entendidas como relações entre os homens, mas ao contrário são fetichizadas, “reificadas”. (Por exemplo: através de uma identificação entre as forças produtivas e técnica tomada em si mesma, como algo autônomo)”.

É por meio do espaço como projeção (produção) do homem, a partir da ação humana expressa no trabalho, que se define o espaço como categoria de prioridade ontológica¹⁰ na ciência geográfica, visto contemplar a gênese do processo de relação homem e “meio”. O território, outra categoria central para leitura da realidade, advém da sobreposição de tempos, diferenciação na relação do homem com o espaço, é assim, “momento ulterior” ao espaço¹¹.

O espaço é resultado da articulação, relação do homem com o mundo objetivo - mundo objetivo preenhe de significação -, é o ser-estar-do-homem-no-mundo (MOREIRA, 2004), efetivando-se a partir do trabalho. É, portanto, projeção humana no ato de produzir a si mesmo biológica e socialmente, produzir a si mesmo como sujeito da história.

Através do trabalho, tem lugar uma dupla transformação. Por um lado, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica ao mesmo tempo, a sua própria natureza; “desenvolve as potências nela ocultas” e subordina as forças da natureza “ao seu próprio poder” (LUKÁCS, 1979, p.16).

Agnes Heller em seu livro “Sociologia de la vida cotidiana” de 1991, também trás reflexões acerca dessa dupla transformação que trabalha Lukács, “el hombre, formando su mundo (su ambiente inmediato) se forma también a si mismo” (HELLER, 1991 p.24) e “[...] em la vida cotidiana la actividad con la que “formamos el mundo” y aquella con la que “nos formamos a nosotros mismos” coinciden” (id, p.26)

Possibilita compreender que essa formação do mundo (ambiente imediato) trata-se do que Lefebvre (2006) denomina de produção do espaço, sendo o centro da produção do espaço o sujeito, o homem. “En el centro de descubrimiento del mundo se encuentra siempre su propio yo” (HELLER, 1991, p.36)

Um conceito central para a compreensão do espaço é o conceito trabalhado por Lukács (1979) de objetivação. Objetivação é “o momento que articulará a idealidade da teleologia com a materialidade do mundo objetivo” (LESSA, 1994, p.3). É o momento do trabalho em que o homem concerne à realidade uma nova significação e objetividade, consolidação do mundo dos homens. Esse raciocínio vai ao encontro com o que se denomina de projeção. “[O]

¹⁰Lukács (1979, p.46) define que “o ponto de partida [...] deve ser uma categoria objetivamente central no plano ontológico”, e que as categorias possuem uma relação de prioridade ontológica uma sobre as outras.

¹¹ Importante destacar que o uso do termo “ulterior” não diz respeito a uma compreensão linear de tempo, espaço e território como etapas de um fenômeno, mas sim que ontologicamente o espaço é categoria fundante do território. Outro elemento a destacar é que apesar do espaço possuir prioridade ontológica sobre o território, é esta categoria que nos possibilita compreender de maneira mais clara as reais contradições e embates entre os sujeitos no capitalismo.

espaço é projeção humana, objetivação da vida, como sentido de sua existência [...]” (SOUZA, J. G., 2009, p. 106).

Temos na objetivação o par dialético teleologia e causalidade. A teleologia possui o sentido de finalidade e tem como gênese a consciência humana no ato do trabalho – não existe por si mesma -, é assim, pertencente exclusivamente ao homem em sua relação com o mundo objetivo, do qual advém a noção de causalidade, própria do “natural” (entendido enquanto um construto sócio-histórico), que se transforma por meio do trabalho em causalidade posta, consolidada assim como um construto humano sobre os aspectos objetivos (LESSA, 1994).

É importante fazer um desvio para posicionar a compreensão da relação do homem com a realidade. Não pautamo-nos aqui em uma visão idealista de mundo, na qual todos os elementos são efetivamente dados e concebidos pela consciência humana, nem em uma concepção de espaço como uma realidade objetiva em si, independente do homem, como alguns fazem crer.

De maneira que, para concluir, a dialética não se refere a um mundo objetivo/exterior, que se imponha como dado natural à consciência, nem a um mundo que só exista na consciência individual, mas a um poço sem fundo de significação, que se institui através do amálgama dialético entre o objetivo e o subjetivo – através do social histórico, vale dizer (SOUZA, M. L., 1988, p. 37).

Leva-se em conta, assim, como as coisas e fenômenos, em sua realidade objetiva, em sua materialidade, se dão para o sujeito que produz a realidade, na relação já definida de “coisa-em-si” e “coisa-para-si”, que se aplica da mesma forma para o entendimento do espaço. Espaço, portanto, só pode ser compreendido enquanto produção-projeção dos sujeitos, do homem, nas condições e circunstâncias historicamente determinadas, e não como espaço em si, superfície da terra, detentora de racionalidade e objetividade *per si*.

Cada una de sus relaciones humanas con el mundo (ver, oír, oler, gustar, sentir, pensar, observar, percibir, desear, actuar, amar), en resumen, todos los órganos de su individualidad, como los órganos que son inmediatamente comunitarios en su forma, son en su comportamiento hacia el objeto, la apropiación de éste. La apropiación de la realidad humana, su comportamiento hacia el objeto, es la afirmación de la realidad humana (HELLER, 1991, p.23).

A realidade ao ser entendida enquanto materialidade comporta, assim, não apenas as “coisas físicas”, em sua dimensão imediatamente visível, mas também o que pertence ao campo do simbólico, do mítico. Propõe-se então uma noção de materialidade que vá além da oposição clássica materialidade e imaterialidade, que se insere em um processo de reificação

(coisialidade) das categorias e coisas. Desse modo, considera-se que todas as instâncias da realidade social são imbuídas e atributos da materialidade, cabendo a imaterialidade uma dimensão vazia e sem existência concreta, presente apenas em um discurso idealista e de oposição entre o material e o espiritual¹².

O fato de que as filosofias idealista-burguesas da sociedade terminam sempre em desembocar em becos sem saída, esse fato se origina com frequência da oposição abstrata e antinômica na qual tais filosofias põem o material e o espiritual, o natural e o social; ao precederem assim, fazem com que todos os nexos dialéticos reais apareçam necessariamente dissolvidos e, com isso, torna-se incompreensível a especificidade do ser social (LUKÁCS, 1979, p.49).

Esse pensamento caminha no sentido de crítica à espaciologia¹³ (SOUZA, M. L., 1988), ciência que se coloca como estudo do espaço, e ao animismo territorial (SOUZA, J. G., 2009), no qual se atribui o papel de sujeito da história, de centralidade ontológica, ao espaço (ou a alguma outra categoria “abstrata”) e não ao homem. “O homem foi [é] substituído por um sujeito mitologizado, reificado: pelo movimento autônomo das estruturas” (KOSIK, 1976, p.52).

Essa leitura pode ser observada nas abordagens do espaço como realidade objetiva, espaço-em-si, “morada do homem”, espaço absoluto, espaço como superfície da terra, compreensões essas, tão presentes na ciência geográfica, que tratam o espaço como receptáculo dos objetos e das ações humanas. Também se observa essa autonomização do espaço na obra de Santos (2008) que o trata como “um conjunto indissociável de um sistema de objetos e um sistema de ações”, como:

[...] uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de uma certa autonomia, na medida em que sua evolução se faz segundo as leis que lhe são próprias (SANTOS, 1988, p.15 apud SOUZA, J. G., 2008, s/p)

¹²Lukács destaca também a oposição entre natural e social, que obscurece a compreensão da realidade. Entende-se que essa oposição entre o natural e o social estabelece-se também no interior do marxismo, na oposição de primeira e segunda natureza. Parece-nos que essa oposição não se consolida de todo, não podendo-se pensar ou alcançar a compreensão de uma natureza primeira, anterior ao homem (SOUZA, J. G., 2009), visto que toda relação e apreensão do mundo se dá para o homem, é sempre natureza-para-si, natureza já humanizada, que se enquadra como *segunda natureza*. “Homem e natureza não são partes em uma relação, pois o homem é sujeito da natureza e as condições naturais a externalidade de seu corpo orgânico” (COSTA; MORAES, 1988, p.122). Essas reflexões encontram-se em um plano inicial, mas consideramos que são centrais na reflexão acerca do território.

¹³ Para uma maior compreensão da crítica tecida aos espaciólogos ler SOUZA, Marcelo Lopes de. 'Espaciologia': Uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social). **TERRA LIVRE**, v. 10, p. 21-45, 1988.

Cabe aqui as colocações de Ruy Moreira (2008, p.60), referente a essa “entificação” do espaço, em detrimento do homem, que é denominado em seu texto como despotencialização do corpo.

A abstratividade do espaço moderno surge, assim, dessa geometria descolada e ao mesmo tempo devolvida ao corpo, nessa externalização mútua que dicotomiza, numa relação de separação, espaço e corpo reciprocamente. De modo que espaço e corpo aparecem, então, como externalidades um do outro, o espaço sendo a extensão geral em que o corpo existe, e o corpo sendo um ente que ocupa um lugar no espaço.

Trata-se de um movimento em que o corpo é alienado do que é seu atributo, que dele se descola para ser emprestado a um ente genérico que só por esse intermédio passa a existir. Em que a potencialidade relacional, que é do corpo se despotencializa para potencializar o outro, transferindo para o outro o que é potencialidade sua e perdendo nessa transferência a própria substancialidade. Dessubjetivado, despotencializado e dessubstancializado nessa perda de suas propriedades, de espacial o corpo passa a ser um dado do espaço. É o espaço que passa a ter a sujeitidade, a potência e o conteúdo, que o corpo doravante precisa trazer a si para assim adquirir existência, atitude e determinidade.

Nessa transformação do sujeito em predicado, do real tornado um atributo do ideado, do dominante tornado subalterno, do criador tornado criatura, do conteúdo tornado o contido, o espaço se torna fetiche: o corpo aliena-se no espaço potencializado pela ideia.

O espaço surge, então, como um dos fetiches modernos, à custa da alienação do corpo. Por isso nada é, está, estar e ser não se encontrando no espaço. [...] Descolado de seus atributos espaciais, o corpo deixa de ser espaço para estar no espaço, este sim, substantivo, entífico e qualificado como sujeito determinante.

E de Marcelo Lopes de Souza (1998, p.29-30),

O que cumpre fazer é esquartejar a realidade, atribuindo aos seus membros decepados, uma espécie de vida própria que verdadeiramente não têm, espelho de uma concepção racionalista da Sociedade da qual deriva uma fragmentação do conhecimento. Além disso, as autonomizações de estruturas vêm na esteira de um pensamento que promove uma disjunção entre práticas (atores) e estrutura (sistema), e onde o papel historicamente constitutivo da luta de classes é subsumido pela mecânica de cada modo de produção. É à luz deste tipo de comprometimento do marxismo que devemos avaliar os espaciólogos e seus interlocutores, para os quais o estruturalismo tende a ser uma fonte de inspiração metodológica privilegiada.

É, assim, apenas através dos sujeitos sociais que compreender-se-á a realidade e as dimensões espaciais dos fenômenos e essas questões se fazem ainda mais presentes quando se reflete a respeito do território e das relações de poder que o instituem, pois para seu entendimento é imprescindível levar em conta os sujeitos sociais em conflito, como no caso dessa pesquisa, a empresa Vale S.A. (capital), o Estado e as populações “atingidas” por seus

empreendimentos. Sendo que “[o] real e o concreto é sempre a população¹⁴, que é a base e o sujeito do ato social de produção como um todo” (LUKÁCS, 1979, p.37), portanto o homem, enquanto gênero humano, em seu processo de produção do mundo e produção de si.

Essa discussão de produção, no âmbito do espaço, que para nós é correlata da projeção (objetivação) do homem, é constituinte do pensamento de Henry Lefebvre, sendo sua obra de referência o livro *La production de l'espace*. Produção, dessa forma, não como produto no sentido usual do termo, de coisas e mercadorias, mas sim em um caráter de universalidade, sentido amplo, de produto das relações sociais que se desdobra no caráter dialético do espaço, sendo também condição de reprodução das relações de produção, intervindo no modo de produção (construindo as condições e circunstâncias em que o homem constrói sua própria história) e se alterando a partir da evolução histórica das formas sociais.

Perpetra-se por meio dessa relação dialética de espaço como produto (projeção) e condição de reprodução (circunstâncias, realidade social), no debate da processualidade histórica do espaço, sua passagem de categoria para conceito, isto é, especificidades que adquire em cada modo de produção, em cada forma de relação do homem com o mundo.

O que nos encaminha para pensar a forma de apreensão (teórica) do espaço no capitalismo, no qual as perspectivas relacionadas à apropriação privada dos meios de produção (principalmente o sentido de propriedade privada da terra) e subsunção do trabalho (encaminhando processos de alienação e estranhamento) necessitam de conceitos e formas de observação dos fatos específicos.

Lefebvre (2006) pensa (construção a partir de reflexões) o espaço a partir de uma triplicidade de conceitos: *Prática espacial*, *Representação do espaço* e “*Espaço*” de *representação*¹⁵, que apesar de em alguns momentos sua compreensão de espaço produzir dimensões que se apresentam como território (por referir-se a apropriação), nos parece um conjunto que possibilita compreender as diferentes formas de relação/produção dos sujeitos com o “espaço”.

¹⁴ Entendido este conceito como gênero humano e não como homogeneização de suas condições nas relações sociais de produção.

¹⁵ Inserimos “espaço” aqui entre aspas devido a não existir um espaço sem representação, todo espaço é constituído como representação e determina novas concepções (representações) do espaço. No entanto, do ponto de vista da compreensão da realidade esses conceitos demonstram uma capacidade analítica importante.

A prática espacial¹⁶ é o que se situa em um plano inicial, sendo a produção “lenta” do espaço, consolidando uma primeira “apropriação” e “dominação”, nesse sentido o questionamento de se concretizar como território¹⁷. A prática espacial é imbuída de intencionalidade (espacialidade), de um agir interessado, como já se discutiu. E é a partir dessa ação que se engendram as *representações do espaço* e os “*espaços*” de representação.

As representações do espaço são o entendimento de espaço como concebido, como planejado, no plano da consciência. É tratado como o espaço no ponto de vista dos que controlam, definem e gerenciam as relações sociais, tendo como concretude no capitalismo, as ações dos aparelhos técnicos (e ideológicos) do Estado e das corporações multinacionais, representado pela racionalidade burocrática e pela busca de acumulação de capital.

Já em oposição, há os “espaços” de representação, que se referem aos espaços projetados pelos sujeitos ao longo de sua vida cotidiana, consolidam-se como espaço *vivido*, (termo que é tautológico, mas necessário para maior afirmação). É com essa forma de compreensão que o interesse social deve se preocupar, com os sujeitos que realmente produzem o espaço.

Os que fazem o espaço (os camponeses, os artesãos [os proletários]) não são os que o *gerem* servindo-se dele para organizar a produção e a reprodução sociais, a saber, os sacerdotes, guerreiros, escribas, príncipes [governantes, empresários, burgueses]. Estes possuem o espaço que outros produzem, e o apropriam dele usufruindo (LEFEBVRE, 2006, p.47)

Essa tríplice analítica, que destaca a relação entre as *representações* do espaço e os “espaços” de representação, por meio das práticas espaciais dos sujeitos e agentes, faz ressaltar o contato contraditório e conflituoso entre o “concebido” e o “vivido”, a oposição entre dois “sujeitos”: o que produz o espaço através do **trabalho** e o que dele se **apropria**, tornando-se proprietário, em uma leitura de espaço e território no modo capitalista de produção. Oposição que se encaminha na concepção do território à luz da luta de classes, entre o detentor da força de trabalho e o proprietário dos meios de produção, proletariado (ou

¹⁶ Esse conceito é trabalhado também em Corrêa (2009, p. 35), que já nos coloca a dimensão da intencionalidade (diversos projetos) dos sujeitos e demonstrando que um dos agentes em questão (um dos principais no capitalismo) são as empresas, definindo a prática espacial como “um conjunto de ações espacialmente localizadas que impactam diretamente o espaço” sendo resultadas de “diversos projetos [...] que são engendrados para **viabilizar a existência e a reprodução** de uma atividade ou de uma **empresa** [...], por exemplo, ou a própria sociedade como um todo” podendo ser entendidas também como “meios efetivos através dos quais objetiva-se a gestão [administração e controle] do território” (CORRÊA, 2009, p.35) [grifo nosso]

¹⁷ Essa “confusão” ou questionamento se dá de maneira justificada devido a espaço e território só poderem ser compreendidos conjuntamente, o homem para sobreviver não necessita apenas se projetar, mas se apropriar do espaço, consolidar um território. Dessa forma, a separação em caráter analítico se faz necessário, mas é importante ter em vista que projeção é uma forma de apropriação.

camponês) e burguesia. Definindo as relações no capitalismo, mediadas pela mercadoria e pela propriedade privada.

La propiedad privada nos ha hecho tan estúpidos y unilaterales que un objeto sólo es nuestro cuando lo tenemos, cuando existe para nosotros como capital o cuando es inmediatamente poseído, comido, bebido, vestido, habitado, en resumen, utilizado ... En lugar de todos los sentidos físicos y espirituales ha aparecido aquí la simple enajenación de todos estos sentimientos, el sentido del tener. El ser humano tenía que ser reducido a esta absoluta pobreza para que pudiera alumbrar su riqueza interior (MARX, 1968, p.147-148 apud HELLER, 2004, p.53).

Apesar de situarmos essa discussão do território no embate entre os sujeitos no capitalismo, visto ser o momento histórico em que se reflete, deve-se deixar claro que a categoria território não comporta em seu sentido unicamente a apropriação em termos de propriedade da terra¹⁸, isso seria reduzir a categoria ao conceito de propriedade privada (SOUZA, 2009), mas também, apropriação em outro sentido, de reprodução material da vida, que se desdobra em uma apropriação simbólica e identitária do espaço.

1.3.Território como apropriação

Definiu-se que o espaço possui prioridade ontológica sobre o território, devido ao seu processo de gênese e sua relação dialética com o trabalho. No entanto, na observação e apreensão dos elementos concretos consolidados nas práticas sócio-espaciais dos sujeitos, entende-se como central a categoria empírica (pois constrói sua definição a partir da realidade) de território, visto conter em seu âmago, em sua consolidação, as relações sociais de poder (HAESBAERT, 2007; PORTO-GONÇALVES, 2008; SOUZA, J.G. 2009, SOUZA, M. L., 2009), real objeto de análise da Geografia.

É, assim, o território a categoria precipitadamente geográfica (COSTA; MORAES, 1988), construída historicamente pelas relações de produção dos sujeitos, que se desdobram em relações de poder, podendo ser entendida, assim como o espaço, apenas a partir do homem. “O que faz com que uma região da terra seja um território de caça é o fato de as tribos caçarem nele; o que transforma o solo num prolongamento do corpo do indivíduo é a agricultura.” (MARX, 1975, p.87 apud COSTA; MORAES, 1988, p.121). É através das apropriações para reprodução da vida que se constituem os territórios.

¹⁸ Segundo Lefebvre (2006, p.134) em Marx a apropriação inclusive se opõe fortemente a propriedade privada.

O território é a primeira forma de dar significado material às relações de poder é “um primeiro campo, no seio do qual, o poder se articula” (SOUZA, 2009, p. 107). É resultado das diferentes intencionalidades no ato de projeção do homem, intencionalidades que se constituem em espacialidade (através da práxis), que ao haver sobreposição de um sobre as outras (com aniquilação ou transformação da outra) se concretiza como territorialidade. Surge, portanto, do embate entre os diferentes interesses e objetivos, que se digladiam para concretizar no espaço, sua finalidade.

Deve-se destacar que essa compreensão de território como apropriação não se trata de uma redução da categoria a um apriorismo economicista, nem de uma compreensão de território baseado no pensamento moderno de sinônimo da área de um Estado-nação, como muitos autores fazem transparecer.

Souza (2009) destaca elementos que explicitam o território como constitutivo das relações humanas e que possibilitam situá-lo no cerne do processo de reprodução dos homens: a) as **relações de poder**, espaços de sociabilidade, que tornam possível apreender através das contradições as diferencialidades entre os sujeitos; b) os **símbolos** culturalmente disponíveis que evocam **representações** que são mediadas por um conteúdo ideológico e tem uma relação contraditória e dialética com o projeto político dos sujeitos; c) a **norma** que põe em evidência o significado dos símbolos, determinada pelos arranjos institucionalizados de uma dada sociedade, mas não necessariamente formalizados, pode ser assim definida, por meio das tradições culturais de um povo, questões éticas, acordos tácitos, bem como legislações e aparelhos jurídico-administrativos e, por fim, d) a **identidade subjetiva**, a construção de uma representação sobre o território, que parte de um reconhecimento do outro, para assim se “individualizar” e constituir a si através da diferença, reforçar sua identidade. Elemento este essencial ao pensarmos as lutas sociais e a constituição dos sujeitos que se colocam em oposição a um agente capitalista, como a conformação da identidade de “atingido” por mineração.

Esses quatro elementos podem ser identificados então nas dimensões que compõem o entendimento do território: as relações de poder que através da apropriação concretizam o seu processo genético, que se desdobra em um caráter identitário, de diferenciação e de reconhecimento e das representações, os símbolos que mediam as relações entre os sujeitos e são institucionalizados enquanto norma. Demonstrando, assim, que o território não é um conceito em-si, que explicita o mundo, mas uma categoria *persi*, que exige e necessita de uma

explicação, produzindo o conhecimento, ao observar esses elementos e como estes se dinamizam na realidade.

Reflexões essas que recaem na necessidade da tríade para a análise geográfica (PORTO-GONÇALVES, 2006), visto que a noção de **território** carrega consigo o sentido de **territorialidade** (ideologias e simbologias) e **territorialização**¹⁹, entendida enquanto processo de consolidação do território.

Assim como o espaço, devemos observar o território em sua historicidade, entender que esses não são substâncias a-históricas

[...] e que são sempre inventados [no sentido de serem construídos historicamente através das relações sociais] e, como tais, realizam concretamente os sujeitos históricos que os instituíram. Portanto, há que se considerar o território e seus instituintes e, assim, é fundamental que desnaturalizemos esse conceito (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 151).

É no entendimento do território no âmbito do modo capitalista de produção que nossa atenção se volta, entendendo que essas relações (de poder) se realizam na lógica capitalista, por meio da apropriação privada na terra, da exclusão, de exploração e subsunção do trabalho e da natureza, centradas na acumulação incessante de lucro.

Território passa a ser entendido, portanto, através da luta de classes, dos conflitos entre os diferentes sujeitos pertencentes a uma dada classe social²⁰. A noção de apropriação se altera para consolidar uma esfera não só de propriedade privada da terra, mas também de controle sobre o fazer e sobre as instâncias decisórias, uma busca incessante pela soberania, totalmente imbricada ao território. “Seria outra ingenuidade pensar que as relações capitalistas não buscam ser soberanas, seria negar as disputas sócio-espaciais” (SOUZA, 2009, p.118).

Há, no entanto, resistências, como nos desvela o conceito de conflito sócio-espacial. Este conceito que há primeira vista pode-se apresentar dupla ou triplamente tautológico²¹, demonstra uma capacidade analítica importante, pois compreende em seu âmago a observância das ações dos sujeitos (sociais) do conflito. Conflitos que se dão na objetivação das intencionalidades dos diferentes sujeitos e agentes, na projeção de espacialidades contrárias que se excluem e que se opõem inclusive de maneira violenta na concretização de

¹⁹ Territorialização que se desdobra em desterritorialização, discussão que será feita nas páginas seguintes.

²⁰ Alguns reflexões acerca da questão da classe e sua possível definição foram realizadas no capítulo três deste trabalho.

²¹ A tautologia apontada se deve ao fato de não ser possível pensar em um conflito que não seja social, e além a dimensão espacial e social não podem ser dissociadas, sendo concretamente presentes na sua realização. No entanto, adota-se esse termo tendo em vista seu trato histórico pela Geografia (SOUZA, 2009; FERNANDES, 2005) e com o objetivo de enfatizar a dimensão social e contraditória e não naturalizada do espaço.

seus territórios. Os sujeitos que sofrem a ação dos agentes capitalistas, sejam empresas ou o Estado, resistem, se manifestam, às vezes de maneira silenciosa, às vezes de maneira abrupta, seja por meio da insistência em se manterem vivos, contrários a todas as previsões, ou de manifestações, atos e lutas pautados numa perspectiva combativa.

Esses conflitos não se dão em um espaço vazio, naturalizado, reino da geometria euclidiana, mas sim em espaço apropriado, já transformado em território pelos sujeitos que não são considerados pela História (não como categoria, mas como ciência de estudos dos feitos dos homens). Não há “descobertas”, como a da América, “áreas vazias”, como o desbravamento do interior (sertão) brasileiro, há territórios de indígenas que foram dizimados, civilizações inteiras das quais nos restam apenas peças de cerâmica em museus, há tribos africanas cujos dialetos não serão mais ouvidos, há homens e mulheres que não serão conhecidos, sujeitos aos quais não foi “concedido” o direito de permanência sócio-histórica.

Essa perspectiva coloca em pauta um debate novo no pensamento geográfico, mas que tem suas origens nos pensamentos de Marx. É referente ao processo de desterritorialização, conceito que institui variadas formas de apreensão, sendo correntemente tratado no escopo teórico do pensamento pós-moderno (HAESBAERT, 2005; 2007). Esse processo está inserido em um contexto maior de territorialização dos agentes econômicos (**empresas capitalistas**, apropriação de terra para consolidação de latifúndios para produção de monocultura, de espaços do solo urbano para empreendimentos imobiliários e; **Estado**, por meio do discurso desenvolvimentista, pautado em obras de infraestrutura e grandes projetos de investimento) sobre espaços “excluídos” dos processos de acumulação do capital, resultando em expropriação de camponeses e conjuntos de famílias de suas terras, de seus lares, de seu ambiente de vida. A desterritorialização se trata, portanto, de um elemento inserido no interior da categoria de território e um processo no desdobramento dos conflitos.

1.3.1. Desterritorialização: a territorialização do capital²²

²² Importante destacar que nossa compreensão da desterritorialização se realiza apenas enquanto processo, ou como determina Almeida (2010), campanha. Esta particularidade de compreensão apesar de parecer a primeira vista tautológica determina um posicionamento teórico-metodológico frente à categoria território. Não podendo falar, portanto, em desterritório, ou não-lugares, como alguns autores pós-modernos querem. Não se concretizam sujeitos desterritorializados, mas sim processos de desterritorialização enquanto contrapartida da territorialização de outro projeto, o capitalista. Os sujeitos que entram em contato (embate) com essa lógica de expropriação (FONTES, 2010), determinam diferentes formas de resistência e resposta a territorialização desse sujeito ou agente.

O conceito de desterritorialização pode propiciar um maior entendimento das reais relações sociais no âmbito territorial ou apontar para uma apreensão equivocada e tendenciosa da realidade, ao fazer referência ao período da globalização, dos fluxos de capital, mercadorias, dinheiro e pessoas, como se o capital agora não fosse mais territorializado, mas sim móvel, dinâmico, um “constante” “se desmanchar no ar”.

É preciso traçar então um caminho na apropriação teórico-metodológica do conceito. Um dos principais autores a tecer considerações a respeito das formas com que se trabalha a desterritorialização é Rogério Haesbaert (2002; 2004; 2005; 2007; 2008).

Haesbaert (2004), ao tratar das diferentes concepções de desterritorialização, as sintetiza em três vertentes: a cultural, muito presente nos autores ditos pós-modernos, no qual há o debate da hibridização cultural; a política, que faz referência a permeabilidade das fronteiras, e está presente no discurso do fim do Estado-nação e, a econômica, que se trata da mobilidade crescente do capital e das empresas capitalistas, e da fragmentação e fragilização do trabalho e da produção. A abordagem do ponto de vista econômico é normalmente tratada no interior de um contexto maior, no momento histórico denominado de globalização (HAESBAERT, 2004; 2008).

Essas vertentes se desdobram como destaca Haesbaert (2007) em uma noção de desterritorialização que tem como centralidade: i) o discurso das redes, os fluxos e a mobilidade; ii) a perda de importância das bases materiais, perda dos referenciais espaciais concretos, com ampliação do domínio das relações ditas imateriais, tendo com amálgama o ciberespaço²³; iii) perda de poder em termos do controle dos processos sociais, que se encaminha no entendimento do fim dos Estados-nação e iv) a deslocalização econômica por parte das empresas multinacionais, devido aos fatores locais.

Nota-se que estas discussões estão permeadas pelas ideias dos fluxos, redes, mobilidade do capital, das informações, uma “desmaterialização do mundo”, situando a desterritorialização em um momento específico do capitalismo, como se pode perceber em Claval (1999) e Thery (2008). Algumas críticas a essas compreensões são realizadas por Haesbaert, apontando que alguns desses elementos encaminham o entendimento para um “mito da desterritorialização”. No entanto, suas críticas se desdobram em processos de re-

²³ Compreensão que tem suas bases postas a prova a partir de processos como o das manifestações de junho no Brasil, ou das manifestações no cerne da Primavera árabe, que se utilizam do “espaço virtual” ou “ciberespaço” como um meio de comunicação e não como o lócus, o lugar, de ação dos sujeitos, sendo este efetivamente o espaço das ruas, prenhe de materialidade.

territorialização e multiterritorialidade, que se encaminham para um entendimento de “vivência concomitante de diversos territórios” (HAESBAERT, 2004, p.20), que parecem mascarar as reais contradições entre os sujeitos. Isto é, dissolve-se no debate acerca das multiterritorialidade dos sujeito o conteúdo material e histórico do território na concreção dos sujeitos sociais, seja enquanto dimensão da vida em seu sentido de reprodução biológica ou em seus aspectos culturais-identitários.

Outra ressalva importante a se fazer a essas compreensões de território se trata das considerações sobre a deslocalização das empresas capitalistas, que se consolida não como uma desterritorialização das empresas transnacionais, mas ao contrário, como uma expansão geográfica do campo de ação dessas empresas, um processo de territorialização do capital na lógica monopolista.

Essas discussões caminham, portanto, no entendimento do conceito de desterritorialização situado em um momento específico do capitalismo, definido pelos autores como globalização (CLAVAL, 1999; THERY, 2008). No entanto, ao observar a realidade concreta, entendendo ser o território fundado pelas relações de poder entre os sujeitos, a dimensão da territorialização e consequentemente a desterritorialização - como processos interligados e contraditórios - temos a última como processo presente no capitalismo desde sua gênese, no que Marx (1984) denomina de *acumulação primitiva*.

A acumulação primitiva se trata de um momento de gênese do capitalismo, em que grandes massas humanas são retiradas violentamente de suas terras, de seus meios de subsistência, criando um grupo enorme de expropriados, de trabalhadores livres, condição extremamente necessária para o avanço da acumulação de capital. Consolida-se, assim, primeiramente a propriedade privada da terra, sob as mãos dos capitalistas e um sem número de sujeitos que não possuem terra para constituir sua vida.

A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 1984, p.262)

Harvey (2004), partindo do conceito de acumulação primitiva, estabelece a discussão acerca da necessidade do capitalismo se expandir geograficamente sobre espaços e esferas da

vida social, situadas fora no modo capitalista de produção para solucionar as crises estruturais de sobreacumulação presentes em seu âmago. Assim, o autor define que não apenas na origem do capitalismo são necessários processo brutais para a criação da acumulação de capital, mas sim que essas práticas predatórias são *conditio sine qua non* da geografia histórica da acumulação de capital, denominando esse processo corrente e atual de expropriação (e desterritorialização) como *acumulação por espoliação*.

O capital necessita, portanto, de uma crescente expansão geográfica para ampliar a acumulação de capital, expansão essa que se denomina aqui de territorialização do capital, representada na ação das empresas transnacionais e sua territorialização em diversos países, sob o processo de expropriação dos sujeitos, não apenas de suas terras, mas do controle do espaço, ou seja, uma expropriação de seu território, por meio de estratégias de “apropriação e cooptação de realizações culturais e sociais preexistentes” (HARVEY, 2004, p. 122). Essa concepção enquadra os aspectos **políticos**, no sentido de controle do espaço de vida; **econômicos**, apropriação dos meios de produção para reprodução social dos sujeitos, e **culturais**, em uma relação identitária dos sujeitos com a terra e nas relações sociais entre os sujeitos.

Harvey (2004) determina que o processo de acumulação por espoliação, como “renovação” da acumulação primitiva, revela uma ampla gama de processos, que se consolidam na

[...] mercadificação e privatização da terra e a expulsão violenta das populações camponesas; a conversão de várias formas de direitos de propriedade (comum, coletiva, do Estado, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada; a supressão dos direitos dos camponeses às terras comuns [partilhadas]; a mercadificação da força de trabalho e a supressão de formas alternativas (autóctones) de produção e de consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de ativos (inclusive de recursos naturais); a monetização da troca e a taxação, particularmente da terra; [...] e a usura, a dívida nacional e em última análise o sistema de crédito como meios radicais da acumulação primitiva (HARVEY, 2004, p.121).

Processos esses que se desdobram no momento atual na consolidação do neoliberalismo e sua ação violenta sobre os Estados nacionais na periferia do capitalismo, representado sobre a privatização das empresas estatais, como o caso da Vale S.A., privatização das terras comuns, privatização de elementos culturais das populações

tradicionais, um processo de privatização da vida social em todas as suas esferas, sendo o “braço armado” da acumulação por espoliação, como define Harvey.

A desterritorialização demonstra como esse processo se dá sobre os sujeitos sociais, sobre a produção e reprodução de sua vida cotidiana, é, assim, inserido no amplo processo de acumulação por espoliação, sendo sua dimensão mais violenta e destruidora. Compreendendo que é nessa dimensão mais social, de exclusão sócio-espacial dos sujeitos, que a desterritorialização tem seu verdadeiro fundamento (HAESBAERT, 2007).

Não se apresenta como um processo conjuntural e particular, mas inserido na lógica capitalista de produção, presente desde sua origem, desde sua fase “primitiva”. É resultado corrente da territorialização do capital em espaços no qual há relações não-capitalistas de produção, que tem sua concretude na territorialização de empresas - inserida no processo de expansão geográfica, ou comumente denominado de internacionalização – por meio da apropriação e dominação de territórios pertencentes a comunidades tradicionais, camponeses e trabalhadores. Como destaca Martins (1993, p.63),

[n]ão se trata de *introduzir* nada na vida dessas populações mas de *tirar-lhes* o que tem de vital para a sua sobrevivência, não só econômica: terras e territórios, meios e condições de existência material e social, cultural e política. É como se elas não existissem ou, existindo, não tivessem direito ao reconhecimento de sua humanidade.

O que estes sujeitos compreendiam enquanto território, portanto, torna-se espaço, somente projeção e não apropriação (reprodução da vida). Assim, o processo de territorialização de um sujeito ou agente se faz frente à desterritorialização de outro. Deixando claro que esse processo ocorre de diferentes maneiras, que ganham particularidades de escala, de tempos, de formas de apropriação e lógicas sócio-produtivas. Lógicas sócio-produtivas e práticas sócio-espaciais que são subsumidas, pela expropriação conflituosa (relação entre empresa e comunidades) e até violenta, bem como sob outras formas: consensual, por estratégias de cooptação ou coerção, mediadas pelo Estado, que cumpre, por meio dos aparelhos, as normatizações que ratificam juridicamente a propriedade privada e o sentido de desenvolvimento do capital.

Podemos perceber esse processo na expulsão de moradores de favelas (com casos de incêndios), áreas e edifícios ocupados, seja na cidade, com o Movimentos dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST), ou no campo, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra

(MST), como no caso do bairro Pinheirinho em São José dos Campos, São Paulo (SP)²⁴ ou as inúmeras ações armadas contra camponeses e assentados, apropriação de territórios indígenas, como o atual conflito entre fazendeiros e os índios Guarani-Kaiowá, no estado brasileiro do Mato Grosso do Sul (MS), ou andamento do Projeto de lei (PL) 1610/1996, que dispõe sobre a exploração de recursos minerais em terras indígenas, exemplos concretos do processos de ação monopolista do capital.

Assim, neste estudo, esse processo de desterritorialização e de expropriação se demonstra elucidativo das contradições, que serão apresentadas no capítulo seguinte, a respeito da ação da empresa Vale S.A. na concretização de seus empreendimentos, seja frente aos camponeses, indígenas e trabalhadores na Serra de Carajás no Pará (PA), nos municípios ao longo da Estrada de Ferro Carajás, nos estados do Pará e Maranhão (MA), no embate com os trabalhadores no Canadá ou nos “reassentamentos”, ou “remoções involuntárias” (VALE, 2012b) para consolidação do Projeto de Carvão Moatize em Tete, Moçambique.

Espaço e território, portanto, nos possibilitam a realização de uma aproximação com a realidade, observando como se dão as relações sociais entre os agentes e sujeitos. Tais projeções espaciais distintas, imbuídas de um agir interessado - que no capitalismo adquire sentidos de busca de acumulação e lucro - que se conflitam e consolidam por meio da apropriação o território, enquanto representação das relações de poder, imbuído de historicidade e ideologia, que se apreende o processo histórico-geográfico da acumulação de capital. Desvelam-se, assim, as relações de poder entendidas no âmbito da luta de classes, entre capitalistas e trabalhadores²⁵, que desvelam processos de expropriação e desterritorialização.

É nesse sentido que se faz necessário observar as práticas sociais dos sujeitos em conflito. Um conflito que se desvela não apenas pelo sentido de exclusão e expropriação, mas pelo histórico das práticas e ações da empresa Vale S.A na concretização de seus projetos e empreendimentos.

²⁴ Tratou-se de uma reintegração de posse violenta realizada em janeiro de 2012, na qual se removeu cerca de 6.000 pessoas de um terreno ocupado a mais de oito anos, destruindo casas e bens das famílias. A ação contou com “mais de 2 mil policiais militares, apoiados pela Guarda Civil Metropolitana de São José dos Campos, tropa de choque, cavalaria, cães, três helicópteros, centenas de viaturas, muitas bombas de gás lacrimogêneo, disparos de bala de borracha e — investiga-se — até mesmo o uso de munição letal” (BRASIL, 2012).

²⁵ Entendidos os trabalhadores como aqueles que têm como seu apenas sua força de trabalho (ANTUNES; ALVES, 2004) e não uma visão voltada apenas para os proletários. Incorporam-se, assim, em nossa compreensão os expropriados de suas terras (sem-terra), os proletários, os camponeses, entre outros sujeitos sociais que têm suas vidas violentamente transformadas pelo modo de produção capitalista

2. TERRITORIALIZAÇÃO DA EMPRESA VALE S.A.²⁶

Que trem é esse
 que chega buzinando em meu ouvido
 dissimula toda forma de perigo
 vem trazendo para a terra grandes males
 que trem é esse
 que chega buzinando em meu ouvido
 dissimula toda forma de perigo
 desse jeito, desse jeito assim não vale
 “Que trem é esse? Paulo Maciel, Imperatriz-MA”

Como forma de exposição da discussão referente ao processo de territorialização da Vale optou-se metodologicamente para caracterizar a empresa a partir de suas dimensões históricas, isto é, explanar as determinações territoriais da Vale entendidas enquanto um processo histórico de consolidação de uma empresa internacional. Realizou-se, assim, uma periodização²⁷ da empresa em cinco momentos: a) Início das atividades minerais em Itabira (1909 – 1941); b) Criação e início das ações (1942-1960); c) Expansão dos projetos e empreendimentos (1960-1995); d) Privatização (1995-1997) e, e) Internacionalização (1997-hoje). A análise privilegiou os dados referentes à companhia, seja a partir de documentos da própria empresa ou de bibliografia que versasse sobre seu histórico e políticas operacionais, incluindo quando necessário informações referentes aos projetos a partir da leitura dos materiais produzidos sujeitos sociais atingidos.

²⁶ Os dados referentes aos processos financeiros e operacionais da empresa, bem como seu histórico de vida, tiveram como base central o livro “Vale : Nossa História”, publicado pela empresa em 2012 e o artigo “O advento da mineração em Carajás: contribuição à história da Companhia Vale do Rio Doce na Amazônia”, publicado por Vanderlei Beisiegel em 2006. Agregou-se, assim, aos processos históricos discriminados, críticas e elementos referentes à empresa e suas determinações territoriais, presentes na literatura, em documentos de movimentos sociais e na análise dos relatórios publicados pela empresa nos últimos 10 anos.

²⁷ Deu-se ênfase nessa periodização principalmente nas transformações nas práticas operacionais da empresa, nas aquisições, fusões, desinvestimento e estabelecimento de empresas subsidiárias, bem como na implementação de seus projetos, observando assim a expansão geográfica e as operações da empresa, que possibilitam situar política e economicamente seus empreendimentos e as determinações territoriais por eles engendrados. Dessa maneira, não apresenta-se uma análise aprofundada dos dados de produção de minério e da movimentação financeira da empresa, apresentando-os apenas quando necessários para a compreensão do processo de territorialização da Vale S.A.

2.1. Início das atividades minerais em Itabira (1909 – 1941)

A empresa Vale S.A., anteriormente denominada Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) têm sua origem em 1º de junho de 1942, por meio do Decreto-Lei nº 4.352 assinado pelo então presidente Getúlio Vargas. No entanto, a história que concerne conteúdo a seus fundamentos data do início do século XX, mais precisamente em 1909, com a criação da *Brazilian Hematite Syndicate*, por empresários ingleses.

Esta empresa adquiriu nos anos de 1909 e 1910 73,3% das ações da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) - que tem seu primeiro trecho inaugurado no ano de 1904 - e as principais jazidas de minério de ferro localizadas no município de Itabira, Minas Gerais (MG). E pleiteava ao governo federal a alteração do traçado da EFVM, não mais para Diamantina- MG, como no plano original, mas para Itabira para viabilizar a extração do minério de ferro. A alteração foi concedida a *Brazilian Hematite Syndicate*, com a condição de que esta construísse uma usina siderúrgica na região, com produção mínima de mil toneladas por mês (VALE, 2012).

Em 1911 é consolidada, através da *Brazilian Hematite* a empresa *Itabira Iron Ore Company*, com sede em Londres - Inglaterra e mantendo um representante no Brasil, por exigência de legislação brasileira. Em 1919 há uma mudança no quadro da empresa e esta passa a pertencer a um empresário estadunidense chamado Percival Farquhar.

O histórico da *Itabira* se realiza com uma série de conflitos em sua relação com o Estado brasileiro e os governantes do estado de Minas Gerais, em decorrência de exigências que não foram atendidas pela empresa, como a instalação da usina siderúrgica, que foi tema de discussão inúmeras vezes até o fim da década de 1930, nunca tendo sido concretizada, entre outros problemas relacionados a questões legislativas e de taxas sobre a produção minerária. Grande parte desses conflitos se deve ao fato da empresa ter se constituído como uma empresa estrangeira, ao qual se opunham a maioria dos governantes, que possuíam ideais nacionalistas no que tange a exploração dos recursos naturais.

Isso culminou, devido às imposições que impediam a exploração pela *Itabira*, na criação da Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia (CBSM) em 1939, da qual Percival Farquhar detinha 47% das ações, por meio de sua articulação com capitalistas

brasileiros, possibilitando assim o controle da EFVM e da exploração do minério de ferro em Itabira. Em 1940, portanto, a CBSM deu início ao trecho final da ferrovia que ia de Desembargador Drumond- MG até Itabira, obra que só seria concluída em 1943 quando já da criação da CVRD.

É em 1940 que se dá o primeiro embarque de minério de ferro proveniente de Itabira no Porto de Vitória, Espírito Santo (ES), totalizando 5.750 toneladas. “Nessa época, o minério era transportado em caminhões de Itabira para Desembargador Drumond e, de lá, por trem, até Pedro Nolasco, de onde era novamente transportado em caminhões até o cais do Porto de Vitória, local em que ficava estocado para o carregamento nos navios” (VALE, 2012, p. 48). Outra obra representativa desse período (1941) se trata da construção do cais especial de minério no Morro do Atalaia em Vitória, através de uma ação conjunta da CBSM e o Governo do Espírito Santo, também inaugurado após a criação da CVRD, em 1943.

É importante destacar esse momento de pré-consolidação da Companhia Vale do Rio Doce, visto apresentar características e determinações que serão ampliadas pela ação da empresa e se enquadram no processo de territorialização da Vale e de suas ações frente às populações próximas a seus empreendimentos, como por exemplo, as diversas jazidas em Itabira (Cauê, Serra da Conceição, Dois Córregos, Sumidouro, entre outras) e a Estrada de Ferro Vitória a Minas. Determinações territoriais já presentes, que são consolidadas e levadas ao seu âmbito mais violento, por meio da exploração de minério da empresa Vale S.A.

É nesse momento histórico, durante a Segunda Guerra Mundial, que se estabeleceu a criação da CVRD, frente à crescente demanda por minério de ferro para a indústria bélica, consolidando-se, assim, como estratégica a relação das grandes potências com os países produtores de recursos minerais e também de um processo de substituição de importações que se inicia com Getúlio Vargas e se expande nos anos seguintes, representado pela expansão da indústria siderúrgica no Brasil.

2.2.Criação e início das ações (1942-1960)

O marco decisivo na criação da Companhia foi a assinatura dos “Acordos de Washington”²⁸ entre o Brasil, os Estados Unidos da América (EUA) e a Inglaterra, no dia 3 de

²⁸ Os “Acordos de Washington” não tinham em pauta apenas a exploração e exportação de minério de ferro, mas também “a cooperação recíproca na defesa de fronteiras, a expansão da produção e compra da borracha brasileira pelos Estados Unidos e o saneamento do Vale do Amazonas” (BEISIEGEL, 2006, p. 138) e “tinha como

março de 1942, no qual os EUA entrariam, por meio do banco Eximbank, com empréstimo de US\$ 14 milhões de dólares para compra do equipamento necessário para a reestruturação da EFVM e para a viabilização da extração de minério em Itabira, a Inglaterra deveria adquirir as jazidas de minério em Itabira e transferi-la para o governo brasileiro e o Brasil entraria com a matéria-prima, os trabalhadores e a infraestrutura (BEISIEGEL, 2006; GODEIRO, 2007).

Assim, realizou-se a criação da CVRD, como já destacado, em junho de 1942, por meio da encampação da Companhia Brasileira de Mineração e Siderurgia (CBMS) e da Companhia Itabira de Mineração²⁹, como uma empresa de economia mista, tendo sua diretoria compartilhada por brasileiros e estadunidenses³⁰. Em 1943, por meio da assembleia de constituição da empresa, foi aprovado seu estatuto, definindo como sua sede administrativa a cidade de Itabira e domicílio para fins jurídicos a cidade do Rio de Janeiro- RJ, além também de estabelecer transferência para seu patrimônio das minas de Itabira, a EFVM e todos os bens pertencentes à CBMS e à Cia. Itabira de Mineração.

No ano de 1952 deu-se um momento histórico na CVRD, no qual essa passa estar totalmente sob controle do governo brasileiro³¹, consolidando-se como empresa nacional-estatal –quadro que duraria até o ano de 1997, com a privatização- definindo sua participação ativa nas decisões estratégicas de cunho nacional e realizadas pelo Estado brasileiro. Essas transformações podem ser refletidas por meio da proposição de Harvey (2004) acerca da relação dialética entre a lógica capitalista (lógica da empresa) e a lógica territorial (lógica do Estado) de poder.

Por meio dessas duas lógicas, que engendram práticas espaciais distintas, podemos buscar compreender a relação da empresa Vale S.A. com o Estado brasileiro, seja na coadunação dessas lógicas enquanto empresa estatal (apesar de haver conflitos nessa relação, visto o Estado não poder ser compreendido enquanto um bloco monolítico, mas sim como portador em seu âmago da luta de classes) e dos embates políticos e do suporte financeiro e diplomático fornecido pelo Estado na fase privatizada da companhia.

objetivo assegurar produção, transporte e exportação de 1,5 milhão de toneladas anuais, a serem compradas, em partes iguais, pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, por um prazo de três anos, a preços bastante inferiores aos de mercado” (VALE, 2012, p. 50). A produção de 1,5 milhões de toneladas de minérios só foi atingida pela Vale no ano de 1952.

²⁹ Esta Companhia foi criada pelos sócios brasileiros de Percival Farquhar e deveria explorar as jazidas em Itabira, no entanto, teve pouca expressiva, devido a criação da CVRD no ano seguinte a sua consolidação.

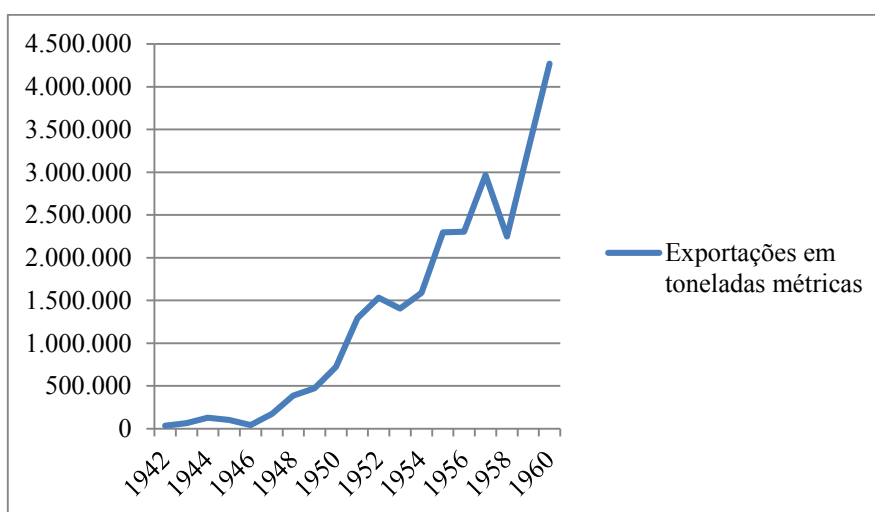
³⁰ A gestão da companhia era composta por cinco membros na diretoria: um presidente, dois diretores brasileiros e dois estadunidenses indicados pelo governo dos EUA e pelo Eximbank.

³¹ Isto decorreu de conflitos entre a empresa e o Estado brasileiro de um lado e do outro o Eximbank, que por conta dos empréstimos concedidos pretendia um maior controle da Companhia, por meio de seus diretores.

[D]eve ser observado que a Vale, desde a sua constituição e por sua história, operações atuais e seus financiamentos, sua expansão de atividades pelo mundo e seu controle acionário, se articula fortemente com o Estado Brasileiro, não sendo apenas instrumento de suas políticas, mas se relacionando diretamente com os centros de decisão e influenciando a definição de estratégias da qual a própria empresa é, em muitos momentos, beneficiária (MINEIRO, 2011, p.4).

Ao longo dessas duas décadas o mercado de minério de ferro passou por alterações, primeiro com um crescimento, devido à necessidade de ferro para a indústria bélica durante a Segunda Guerra, seguido de uma queda da demanda no pós-guerra e por novo crescimento na década de 1950³², diante da recuperação econômica europeia. Pode-se perceber, na tabela 1, a evolução das exportações de minério de ferro da Vale, nesse período, com um maior crescimento a partir de 1950, decorrente não só da maior demanda pelo mercado, mas também da expansão (inovações logísticas e tecnológicas) realizadas pela empresa.

Gráfico 1 – Exportações de minério de ferro da CVRD (t)



Fonte: VALE, 2012 Organização: Gustavo Vitti

A CVRD passa por uma mudança na sua política de preços de US\$ 8 por tonelada para US\$ 14, o que possibilitará o pagamento das dívidas da empresa³³ e aplicação em projetos para sua adequação e crescimento. Outros elementos importantes referentes à comercialização dizem respeito à diversificação de mercado pela qual passa a empresa, não

³² Um dos principais motivos da ampliação da demanda de minério de ferro é referente à guerra da Coreia entre 1950 e 1953.

³³ A Vale possuía dívidas com o Eximbank, o Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e com a Sociedade dos empregados da Empresa

apenas ampliando suas exportações para os EUA, mas também para países do leste europeu (1953) e para o Japão (1954), ampliação de mercados que apenas se consolidou nos anos seguintes. Além de não mais realizar sua comercialização por meio de um grande número de intermediários, passando a realizar contratos diretos com as siderúrgicas dos países compradores, expandindo o lucro da companhia e proporcionando maiores cumprimentos dos prazos estabelecidos³⁴.

É nesse momento que foram implementadas novas práticas espaciais da empresa que determinaram seu crescimento, o estabelecimento de seus empreendimentos e suas ações, podendo dividir essas questões em investimento em logística, na adoção de inovações tecnológicas ao sistema de extração e de produção, aquisição de novas jazidas e transformação na política de preços e relação com os compradores de minério.

No âmbito das **inovações operacionais e tecnológicas**, podemos situar a verticalização e a monopolização da produção, através da participação em empresas siderúrgicas - processo que se expandirá, como a CSN, a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa), a Companhia de ferro e aço de Vitória (Cofavi) e a Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas). A CVRD passou a ser a terceira maior acionista da Usiminas, fornecendo à empresa minério fino para a produção e facilitação de transporte de carvão e equipamentos para a construção de uma usina em Ipatinga (MG), que teve início de sua operações em 1958. A estrutura de monopólio e verticalização produtiva se realiza também com a consolidação, em 1960, da primeira subsidiária da Vale - com participação de 92, 97% nas ações -a Companhia Siderúrgica Vatu, que tinha como finalidade processar o minério de ferro de Itabira.

Além desse processo de verticalização, a empresa estabelece transformações no processo produtivo, através do estudo da produção de pelotas (*pellets*) e *sinters*³⁵. Esse processo tinha como intenção situar de maneira competitiva a empresa no mercado,

³⁴Essa política vai se estender nos anos seguintes com a criação de escritórios da Cia. nos países compradores, sendo o primeiro na Alemanha em 1964.

³⁵Os *sinters* se dão através da aglomeração das partículas finas e os *pellets* de ultrafinas. Sinterização e Pelotização são diferentes processos de aglomeração de partículas de minério de ferro muito finas para o uso direto em alto forno. Para isso as partículas passam por processo térmico de aquecimento para consolidação de aglomerados de minério de ferro que no caso das pelotas vão de 8mm a 18 mm. É importante destacar que o processo de sinterização foi realizado primeiro que o de pelotização, devido a ser feito a partir de partículas mais grossas e se tratar de um processo relativamente mais fácil. No entanto, o *pellet* é um aglomerado mais resistente, devido a compactação das partículas e por isso pode ser transportado a grandes distâncias, consolidando assim, sua maior importância nas ações da Vale, visto ser mais propício à exportação

decorrente do aparecimento de novos produtores de *lump*³⁶. A produção dos aglomerados passa a ser um dos setores importantes da empresa³⁷ e um dos elementos centrais para compreensão da empresa no período, consolidando diferenciações no processo produtivo e gerando maiores lucros para a companhia, estratégia que foram estabelecidas nas décadas de 1960 e 1970³⁸. Ao longo desse processo se estabelece ainda a criação em 1956 do Fundo de Estudos e Pesquisas para o Aproveitamento do Itabirito de Minas Gerais, com financiamento da CVRD e do Governo Federal, que inicia os estudos para a produção dos concentrados, tendo como meta a produção de quatro milhões de tonelada por ano (m/t/a).

No campo da **logística**, que se consolidou como uma das áreas mais estratégicas e de maiores investimentos da empresa ao longo de sua expansão - tendo como maior centralidade o período de internacionalização pelo qual a Vale passará após sua privatização - foram realizados ao longo das décadas de 1940 e 1950 algumas decisões político-operacionais em sua ação nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. É importante destacar que são feitas inúmeras leituras acerca do conceito de logística, no entanto, a partir da dimensão geográfica do conceito, isto é, de seus desdobramentos espaciais, podemos entendê-la

como o conjunto de competências infraestruturais (transportes, armazéns, terminais intermodais, portos secos, centros de distribuição etc), institucionais (normas, contratos de concessão, parcerias público privadas, agências reguladoras setoriais, tributação, etc.) e estratégicas/operacionais (conhecimento especializado detido por prestadores de serviços ou operadores logísticos) que, reunidas num subespaço, podem conferir fluidez e competitividade aos agentes econômicos e aos circuitos espaciais produtivos(CASTILLO,2008, p. 9).

Essa preocupação com logística se insere em uma característica central das empresas capitalistas de busca do aumento do lucro através da aceleração da taxa de giro do capital. Um dos processos em que isso se insere, além das inovações tecnológicas na produção, como acima destacado, melhorando a qualidade do minério e reduzindo o tempo de extração através da mecanização da produção, se realiza a partir da redução das barreiras espaciais ou “a aniquilação do espaço pelo tempo” (HARVEY, 2004). É nesse sentido que se situam os

³⁶Que é o minério em tamanho granulométrico ideal para o uso direto em altos fornos, na produção siderúrgica- e do acumulo dos materiais finos e ultrafinos nas minas que não possuem até o momento nenhuma utilidade comercial

³⁷ Segundo o relatório de 2011 da empresa esta contava, além das usinas pelotizadoras nos sistemas sudeste e norte, com duas usinas em Omã e participação em *joint ventures* na China.

³⁸ A primeira usina de pelotização da Vale só seria inaugurada em 1969.

investimentos no setor de transportes, tanto infraestruturais (capital fixo) como organizacionais, da Vale.

Dentre os investimentos realizados há as adaptações e melhorias desenvolvidas ou implementadas na EFVM, como construção de pontes metálicas, desvios, túneis e ampliação de alguns trechos. E buscando solucionar problemas ainda existentes na ferrovia, como os frequentes descarrilamentos, substituíram-se os trilhos por outros mais pesados, encomendados a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), e foram adquiridos novos vagões para transporte de minério e cinco novas locomotivas. Há também a criação em 1949 de um Centro de Estudos Ferroviários que visava aprimorar as condições operacionais do transporte de minério.

Os investimentos no setor de logística não foram centralizados apenas na ferrovia, mas melhorou-se também as instalações do Cais de minério do Atalaia, instalando um transportadora de minério que levava o ferro do silo localizado no cais até os porões dos navios, além da construção de um depósito de armazenamento de minério de 90 mil toneladas, capaz de abastecer nove navios.

Decorrente dos processos de inovação apresentados no setor de minérios de pelotização e sinterização, a empresa consolidou também um cais especial, o Cais de Paul, em Vitória-ES, em 1959, para exportação dos finos do minério para aglomeração em outros países e do minério *run of mine* (como sai da mina), composto pelo minério grosso, agregado das partículas finas, sem beneficiamento. Outro fator importante na compreensão da logística da Vale se trata do uso dos cais, fazendo uma relação conjunta entre a política comercial de vendas e a administração das condições portuárias, possível pelo fato de a Vale realizar diretamente o contato com os compradores de minério.

Os investimentos em logística também foram realizados nas minas (Cauê, Conceição e Dois Córregos), instalando cabos aéreos para transporte de minério de ferro até o silo de estocagem e carregamento dos vagões, bem como estações e silos de carregamento. Realizou-se, assim, um processo de mecanização da extração de minério, que até então era realizado de maneira não-mecanizada nas Minas de Conceição e Dois Córregos (VALE, 2012).

O modelo de logística adotado pela Vale na região de Minas Gerais e Espírito Santo e que posteriormente seria denominado Sistema Sudeste³⁹, se consolida como um processo de

³⁹ O Sistema Sudeste se trata do complexo das minas localizadas no quadrilátero ferrífero, da EFVM e do Porto Tubarão em Vitória, que foi construído no ano de 1966 e é um dos sistemas no qual a empresa divide sua produção de minério de ferro no território brasileiro.

logística integrada de mina-ferrovia- porto e definirá a forma com que a empresa passaria a concretizar seus projetos minerais nos anos subsequentes⁴⁰.

Maria Célia Nunes Coelho traz algumas reflexões acerca desse padrão, que denomina de corredor-fronteira, consolidado nas exportações de minério no Brasil, tratando especificamente do caso da Amazônia Oriental brasileira, em que se enquadra a Estrada de Ferro Carajás, também da CVRD.

Apesar da velocidade ampliada da circulação de mercadorias minerais, as rotas (classificadas como corredor-fronteira, isto é, com pouca ou nenhuma integração da via de circulação mineral com os lugares situados ao longo desses corredores) tendem a permanecer sem grandes mudanças quanto à promoção da integração regional na Amazônia Oriental brasileira (COELHO, 2008, p. 237)

Assim, a forma com que se estabelece esse modelo de logística não se realiza na consolidação de uma integração regional, seja por meio das circulações dos sujeitos (mesmo com o transporte de pessoas ao longo da EFVM e posterior com a Estrada de Ferro Carajás) ou de mercadorias locais, mas sim no que Milton Santos e Maria Laura Silveira (2001) denominam de “redes extravertidas”, que demonstram um caráter puramente exportador e unifuncional dessas ferrovias. Esses elementos podem ser percebidos no estabelecimento da Estrada de Ferro Vitória a Minas, que tem como principal função a exportação de minério de ferro da região de Itabira pela CVRD⁴¹.

Esses processos consolidam uma série de transformações na região no âmbito econômico, com a instalação de empresas ligadas ao setor de mineração, como a Cia Ferro e Aço de Vitória a Cia Ferro e Aço de Itabira (que constituiria a Acesita), a Usiminas, entre outras. Não só empresas siderúrgicas se localizaram na região, mas também empresas de outros setores buscando dar suporte ao empreendimento, localizando-se no entorno das minas e da EFVM.

⁴⁰ Esse modelo de logística é adotado pela empresa no Projeto Ferro Carajás, na década de 1970 e 1980, como irá se demonstra no subitem seguinte, e está em execução no Projeto Carvão Moatize, na integração da mina em Moatize, Moçambique e do porto em Nacala-a-velha, Moçambique através do *Corridor Nacala* que atravessa não só o país do empreendimento, mas também o país vizinho Malaui. Discriminando assim apenas os projetos no qual a empresa detém as três etapas (mina-ferrovia-porto), mas que também é percebido nos casos nos quais a empresa utiliza ferrovias e/ou portos de outras empresas, as vezes a ela coligadas.

⁴¹ Apesar de em etapas futuras do desenvolvimento da empresa a EFVM passar a transportar também carga geral para terceiros, principalmente produção agrícola, como grãos de soja e transportar alguns produtos no sentido Vitória a Minas a principal razão de existência da ferrovia é o transporte do minério de Minas a Vitória. Podendo nos levar a refletir inclusive no jogo de palavras no nome da Estrada de Ferro.

Referente às determinações sobre as relações sociais na região pode-se refletir acerca do dinamismo econômico relacionado à mineração que solapou relações de produção vinculadas ao campo e as bases da economia local, decorrente da oferta de emprego pela CVRD e pelas empresas a ela vinculadas, que passa a dominar nos anos seguintes a instalação da empresa, atingindo 90% dos empregos da cidade (PRESAS, 2012)⁴².

O trecho a seguir é elucidativo das transformações pelas quais passaram as relações políticas na região, demonstrando a passagem de um poder político das oligarquias proprietárias de terra para uma maior força política e também econômica da CVRD na estruturação do município.

Eram umas cinco famílias que formavam Itabira e o empregado lá não era empregado era agregado não tinha salário. Quando a Vale chegou oferecendo emprego, salário, férias e gratificação no fim do ano, todo mundo saiu da roça rumo à cidade. Isso desestruturou por completo a sociedade. Existia uma separação do pessoal mais tradicional daqui em relação à Vale. Até 196-, nenhum filho de família tradicional da cidade trabalhava na empresa. Era tido como humilhação. Esse filho de pai fazendeiro ficava velho sem ter o que fazer, mas na Vale não trabalhava (Depoimento de Francisco José de Britto, “Chico Poeta”. Ex-administrador regional em Paraúpebas (PA), CVRD, 2002, p.23 apud PRESAS, 2012, p. 78)

Possibilita-nos compreender também as alterações ocorrentes na relação campo-cidade, decorrentes da migração para a cidade, ampliando assim, o contingente populacional, fenômeno frequente nos grandes projetos de investimentos, como poderemos perceber na criação do Projeto Ferro Carajás e no Projeto Carvão Moatize.

A transformação pela qual passa o município de Itabira pode ser percebida na obra de Carlos Drummond de Andrade, especialmente nos dois poemas a seguir:

A montanha pulverizada

Chego à sacada e vejo a minha serra,
a serra de meu pai e meu avô,
de todos os Andrades que passaram
e passarão, a serra que não passa.
Era coisa dos índios e a tomamos
para enfeitar e presidir a vida
neste vale soturno onde a riqueza
maior é sua vista e contemplá-la
De longe nos revela o perfil grave.
A cada volta de caminho aponta

⁴² Deve-se levar em consideração que esses dados são referentes à formalização do emprego, não considerando os empregos informais.

uma forma de ser, em ferro, eterna,
e sopra eternidade na fluência.
Esta manhã acordo e
não a encontro. Britada em bilhões de
lascas deslizando em correia transportadora entupindo 150 vagões
no trem-monstro de 5 locomotivas
- o trem maior do mundo, tomem nota -
foge minha serra, vai
deixando no meu corpo e na paisagem
mísero pó de ferro e este não passa.

O maior trem do mundo

O maior trem do mundo
Leva minha terra
Para a Alemanha
Leva minha terra
Para o Canadá
Leva minha terra
Para o Japão
O maior trem do mundo
Puxado por cinco locomotivas a óleo diesel
Engatadas geminadas desembestadas
Leva meu tempo, minha infância,
minha vida
Triturada em 163 vagões de minério e
destruição.
O maior trem do mundo
Transporta a coisa mínima do mundo.
Meu coração itabirano.
Lá vai o maior trem do mundo
Vai serpenteando, vai sumindo
E um dia, eu sei, não voltará
Pois nem terra, nem coração existem mais
(FROCHTENGARTEN, 2004, p.98)

Percebe-se no primeiro, “A montanha pulverizada”, a transformação da paisagem, a desconstituição que a ação da mineradora causou a uma representação simbólica, a montanha que “deixou” de existir está britada e se vai embora, deixando no corpo e na paisagem, nada mais que “o misero pó de ferro”⁴³. É assim, através do “maior trem do mundo”, que o minério de ferro de Itabira é exportado, levando a história da região, modificando suas relações, levando a terra e o “coração itabirano”, sabendo que “um dia [...] não voltará/ Pois nem terra, nem coração existem mais”. Podemos refletir a partir desses trechos de Drummond sobre o

⁴³ Estudos (SILVA; SOUZA, 2002; SOUZA, M. R.G, s/d) destacam a poluição do ar em Itabira decorrente da extração de minério de ferro, causando sérios problemas, principalmente respiratórios, para a população da cidade. Esse processo tem início com a exploração da Vale na década de 1940 e se expande ao longo dos mais de 60 anos de extração de minério de ferro.

caráter puramente exportador da extração de minério de ferro, que transforma as relações, modifica a vida dos sujeitos e que a partir do momento em que o minério de ferro a ser exportado deixar de existir se concretizará o total abandono da região.

Esse momento estabelece as bases de como seriam as ações da Vale nos anos seguintes, com preocupação crescente com a logística, reduzindo o custo e o tempo de transporte do minério; comercialização direta com os países compradores; inovações tecnológicas na produção, reduzindo custos e ampliando a qualidade do minério exportado; papel estratégico nas decisões do Estado brasileiro e, determinações territoriais sobre as áreas onde se localizam os empreendimentos, modificando as relações sociais e criando uma série de conflitos sócio-espaciais.

A partir disso, parte-se para um terceiro momento na compreensão do histórico da empresa, que definirá seu papel como uma das maiores mineradoras do mundo, através da expansão da produção e crescimento de seu capital, em grande parte decorrente da extração de minério de ferro em Carajás.

2.3. Expansão dos projetos e empreendimentos (1960-1995)

Esse período é caracterizado pela expansão da produção da empresa e principalmente das exportações de minério de ferro, com início de uma política de internacionalização por meio da criação de escritórios comerciais em outros países. A expansão geográfica da Companhia não se estabelece apenas no setor comercial, mas também na extração, por meio de coligadas, subsidiárias e *joint ventures*, além de projetos próprios, localizando-se assim em novas regiões do Brasil, apoiada em uma política de diversificação horizontal e vertical da produção. Outra característica essencial para a compreensão da CVRD se refere aos crescentes investimentos em logística, a criação de uma subsidiária, a Vale do Rio Doce Navegação S.A. (Docenave), em 1962, voltando à atenção para o transporte marítimo, com a aquisição de uma frota própria de navios.

Pode-se resumir portanto, a ação da Vale em **política comercial** mais agressiva considerando os seguintes elementos: **logística** integrada, agregando também o transporte marítimo; **diversificação** vertical e horizontal da produção, alcançando também setores como

energia e celulose, e **expansão geográfica**, com aumento das áreas de mineração sob controle da empresa e crescimento de empresas coligadas e subsidiárias⁴⁴.

É importante destacar que as políticas da Vale nesse período estão extremamente vinculadas as estratégias do Estado brasileiro, sendo utilizada em muitos casos como instrumento de implementação das políticas nacionais, como a promoção da ocupação da região norte, definição das diretrizes na exploração mineral no Brasil, entre outros. Decorrente dessa relação muitos dos financiamentos para a implementação dos projetos e empreendimentos da Companhia são derivados de empréstimos de bancos nacionais estatais, como o Banco do Brasil, o Banco de Desenvolvimento de Minas e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁴⁵. Além, é claro, de agências internacionais, como:

o Eximbank, a Export Development Corporation (EDC), o The Chase Manhattan Bank, o Chemical Bank, o Commerzbank AG, o grupo austríaco Vereinigte Oesterreichische Eisen-und Stahlwerke Ag (VOEST), o The Mitsubishi Bank Ltd., o Nissho-Iwai Co. Ltd., a Mitsui & Co. Ltd. e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (VALE, 2012, p. 158)

A política comercial da Vale nesse momento de expansão dos projetos representou grande importância nas práticas espaciais da empresa. É nesse sentido que se situa os estabelecimentos de contratos de longo prazo, que surgem em combate a crescente queda dos preços no mercado de minério decorrentes da grande oferta de produto, proporcionando maiores garantias nas exportações da empresa⁴⁶. Assim, ao longo desses 35 anos, apesar da crise no fim da década de 1970 e início de 1980, a Vale promove uma expansão de seu mercado exportador, não só devido ao crescimento da demanda do minério de ferro, mas

⁴⁴ Optou-se por expor os processos e transformações realizadas pela empresa dividindo-as por “setor”. No que tange a expansão geográfica dedicar-se-á um trecho do texto unicamente para explorar a consolidação do Projeto Ferro Carajás, devido sua importância na compreensão das determinações territoriais da Vale.

⁴⁵ Criado em 1952, como BNDE, passou a denominar-se BNDES, a partir de 1982, realizou inúmeros empréstimos para empreendimentos industriais e infraestruturais, entre eles para a concretização dos projetos da empresa Vale. Tem, assim, uma relação próxima com a empresa, desde sua criação, atuando na consolidação de seus principais empreendimentos, como o Projeto Ferro Carajás, se fazendo ainda mais presente no período de privatização da empresa, através de empréstimo que apoiariam a territorialização e a internacionalização da Cia e da participação acionária na Vale por meio do BNDESPAR, bem como nas trocas de diretores entre o banco e a empresa, como destaca Bossi (2009).

⁴⁶ Os contratos mais importantes do início desse período decorrem dos acordos com as siderúrgicas japonesas em 1967 e os acordos com S.A. Mineração de Trindade (Samitri) com a exportação de 4m/t/a para a Bélgica, Luxemburgo e região do Sarre (Alemanha Ocidental) e a Cia de Mineração de Ferro e Carvão (Ferteco), com transporte de minério para a empresa, que garantia venda de igual quantidade de minério da Vale para o grupo Thyssen, controlador da Ferteco no Brasil. Um elemento importante na análise do acordo entre Ferteco e a Vale é referente ao fato de que a primeira deveria investir seus lucros em território brasileiro, demonstrando o relacionamento do Estado brasileiro com a Vale.

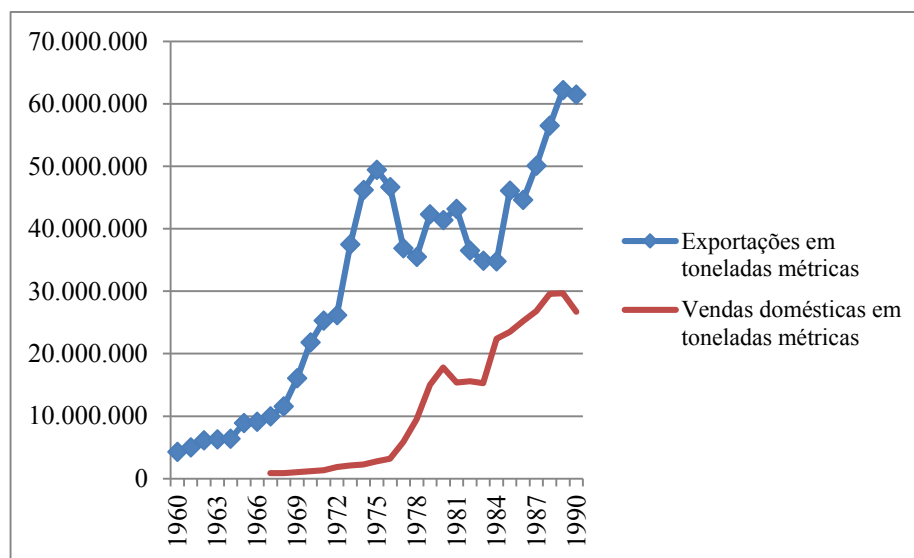
também de seus investimentos em logística e no estabelecimento de novas minas. Passa a exportar minério de ferro para mais de 26 países em 1977, com cerca de 66 clientes, tendo como principal comprador o Japão, consolidando, assim, seu papel de maior empresa exportadora de minério de ferro do mundo, responsável por 16% do mercado transoceânico.

Nesse viés de expansão comercial, inicia-se um processo de internacionalização da Companhia, com a criação de dois escritórios comerciais⁴⁷ na década de 1960, que consolidariam, na década de 1970, três subsidiárias criadas especialmente para comercializar o minério de ferro na Europa e na América do Norte e Central, a Rio Doce Europa, criada em 1974 a partir da *Itabira Eisenerz*, responsável por toda a comercialização na Europa, a Itaco, responsável pela comercialização nos EUA e Canadá e sua subsidiária a Rio Doce América, responsável pela comercialização no continente americano. Há também a criação da Rio Doce International Finance Ltd. (RDIF) em 1976, em Georgetown na Guiana, sendo responsável por ações relacionadas à consultoria financeira e a comercialização. A criação destas subsidiárias se enquadra numa política voltada às estratégias de exportação, com a criação de departamentos de comércio exterior, presentes em muitas empresas brasileiras nas décadas de 1970 e principalmente em 1980, como destaca Sposito e Santos (2012)⁴⁸

No gráfico abaixo é possível perceber o crescimento das exportações e das vendas para o mercado interno da Companhia, com algumas quedas entre os anos de 1978 e 1984, decorrentes da crise internacional pela qual passava a indústria siderúrgica. Interessante notar que os dados vinculados ao mercado doméstico só aparecem nos relatórios da empresa a partir de 1967, pois antes os valores eram extremamente baixos e considerados sem grande importância em seu financeiro. O grande crescimento após 1986, observado gráfico 2, se realiza devido ao início das exportações do minério proveniente da Serra de Carajás, que será discutido a seguir no texto

⁴⁷ Em 1964 há a criação de um escritório da empresa em Dusserdolf na Alemanha, o Itabira Eisenerz e em 1966 o *Itabira Internacional Corporation* (Itaco) nos EUA.

⁴⁸ Essa política da empresa de criação de escritórios voltados à comercialização apenas se expandiu nos anos subsequentes, estando presente em 2013 em 27 países, por meio de escritórios, segundo informações no site da empresa <<http://vale.com>>

Gráfico 2 –Exportações e vendas domésticas de minério de ferro da CVRD (t)

Fonte: Vale, 2012 Organização: Gustavo Vitti⁴⁹

Essa expansão das vendas demandou grandes investimentos em infraestrutura, aquisição de equipamentos e reformulação de práticas operacionais. Mais uma vez a CVRD realizou amplos investimentos em logística e consolidou um dos passos mais importantes desse período, uma empresa que controlaria o transporte marítimo do minério, a Vale do Rio Doce Navegação S.A. (Docenave). Um dos objetivos centrais era combater a redução dos lucros derivada da queda dos preços decorrente da presença de novos produtores no mercado, reduzindo assim os custos a partir de um controle maior sobre o transporte do minério, desde a extração na mina até o desembarque nos portos dos países compradores.

Assim, apoiava-se em uma política de rebaixamento dos custos de fretes com a utilização de uma frota própria de navios⁵⁰ e de acordos com siderúrgicas brasileiras e com a Petrobras, nos quais se acertava que a Vale exportaria minério, principalmente para o Japão, e na volta traria carvão mineral para as siderúrgicas e petróleo do oriente médio para a Petrobras. Essa política reduzia fortemente os custos dos transportes e inseria de maneira competitiva a empresa no mercado internacional de minérios.

Ainda no contexto de investimentos em logística há a construção em 1966 de um terminal portuário em Vitória (ES), em parceria com siderúrgicas japonesas. O Terminal

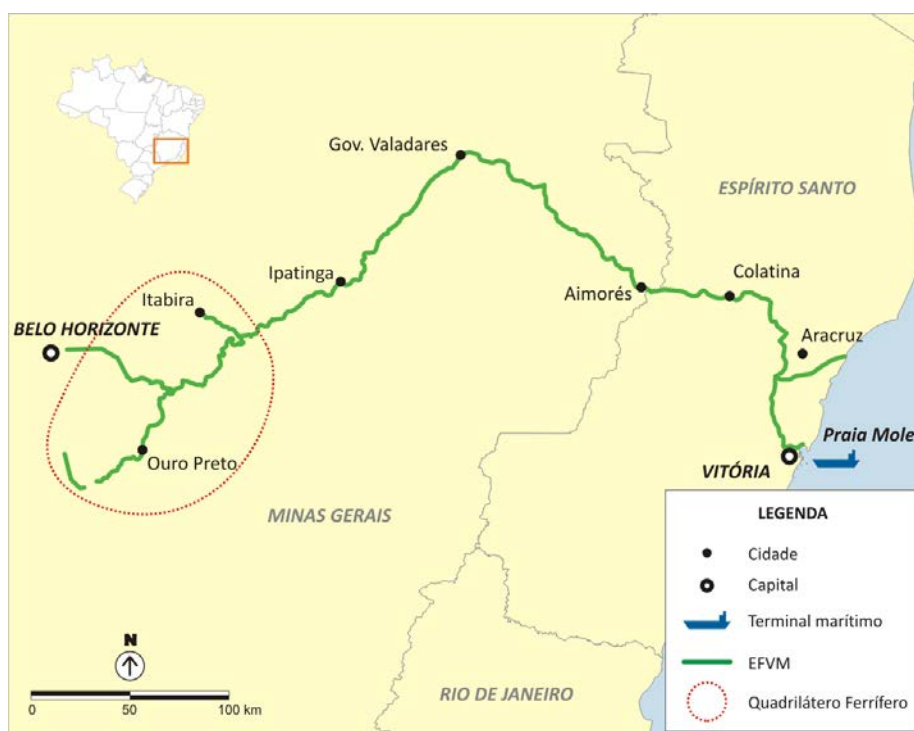
⁴⁹ De 1974 a 1978, foram subtraídos do valor total de produção as vendas para o mercado interno, concretizando os dados referentes às exportações

⁵⁰ No início, em 1967, a empresa contava com dois navios destinados ao Japão e um para os EUA, em 1970 já possuía uma frota de nove navios, em 1976 já com 15 e em 1994 sua frota total era composta por 50 navios.

Portuário de Tubarão, localizado a 12 km do centro da cidade de Vitória, foi projetado para receber navios de 150 mil toneladas, um complexo totalmente mecanizado, integrado a EFVM e dotado de aparatos tecnológicos de alta geração.

No âmbito das transformações no Terminal de Tubarão, é possível destacar o Projeto Praia Mole de 1980, que teve por objetivo o desembarque de carvão mineral para as siderúrgicas brasileiras, concretizado em 1983, e o embarque dos produtos siderúrgicos de empresas vinculadas a Vale e de produção própria, realizado a partir de 1984. Destaca-se ainda a inauguração de um terminal de exportação de grãos no ano de 1993, que demonstraria a diversificação da empresa na atividade de transporte de carga geral, concretizando a logística como uma fonte de lucros para a Companhia, seja no transporte de cargas para terceiros, como por exemplo a soja proveniente do Centro-Oeste brasileiro, seja na reformulação demandas de circulação de seu produto.

Mapa 1 – Estrada de Ferro Vitória a Minas



Fonte: Vencovsky, 2011, p.56.

Por sua vez, a ampliação do transporte marítimo e os investimentos na consolidação do Terminal de Tubarão se fizeram concomitantemente a expansão e melhoria da Estrada de Ferro Vitória a Minas. A EFVM passou por diversos momentos de crescimento ao longo

desse período, com destaque a criação de inúmeros novos ramais para a exportação das novas minas adquiridas pela Vale, para escoamento da produção da Samitri e da Ferteco, a ampliação e construção de novos ramais para viabilizar a exportação de grãos, da produção siderúrgica de Minas Gerais, bem como a integração da estrada de ferro com um porto de celulose em Barra do Riacho, distrito do município de Aracruz (ES). Outro investimento extremamente importante se refere à duplicação de 548 km do setor central da Estrada de ferro, durante os anos de 1971 e 1977, possibilitando assim uma maior exportação de minério de ferro. Há também, em 1990, a aquisição da Malha Centro-Leste da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), por meio da subsidiária da Vale, Mineração Tacumã, pelo valor de US\$316,9 milhões, que viabilizaria ainda mais as exportações de soja por meio da EFVM⁵¹.

No âmbito da diversificação produtiva, podemos a diversificação vertical (SPOSITO; SANTOS, 2012), por meio dos investimentos nas usinas de pelotização e nas usinas siderúrgicas e na diversificação horizontal, a formação de empresas coligadas e *joint ventures* na exploração de bauxita, alumínio, manganês, ouro e cobre, além dos investimentos no setor de celulose.

A diversificação vertical da Companhia tem sua origem, como já demonstrado, nas pesquisas para a produção de aglomerados na década de 1950 e se expande ao longo das décadas de 1960 e 1970, por meio da consolidação de usinas siderúrgicas e pelotizadoras. Assim, em 1963 a Vale passou a ser acionista de duas siderúrgicas para as quais vende minérios, a Usiminas e a Ferro e aço de Vitória, ampliando o comércio com o mercado doméstico.

Essa ação de diversificação vertical que se processa com inovações no setor siderúrgico⁵² é decorrente das transformações pelas quais passa o mercado internacional de minérios, tendo a qualidade como fator determinante nos preços e alterando os custos de produção. A CVRD consolida assim em 1961 a Benita S.A., para beneficiamento do minério de ferro de Itabira, o itabirito e em 1965, o Centro de Desenvolvimento Mineral, no município de Santa Luzia (MG), contando já em 1966 com um mercado diversificado, compondo uma pauta com 26 tipos de minério, divididos por granulometria e compostos químicos.

⁵¹Importante destacar que a EFVM apresenta hoje 905 km de extensão (VENCOVSKY, 2011), conforme o traçado do Mapa 1.

⁵² O Setor siderúrgico destaca-se como um importante foco de conflitos da empresa, principalmente nos municípios de Marabá-PA, Açailândia- MA e Vitória-ES.

Na década de 1970, além de duas usinas pelletizadoras próprias a Vale cria outras três usinas em associação com capitais internacionais, nas quais é acionista majoritária, a Itabasco em 1973, conjunta com capital Italiano, e a Nibrasco e a Hispanobras em 1974, uma associação com capitais japoneses e espanhóis, respectivamente. Por fim em 1995 há a criação da Kobrasco, em parceria com a Coréia do Sul, consolidando a sétima usina de pelletização no Complexo de Tubarão. Outro fator importantíssimo na compreensão da diversificação produtiva da Companhia e do início de seu processo de internacionalização se trata da aquisição de 65 % das ações da Sociedade Europeia de Ligas para a Siderurgia (SEAS) no ano de 1995, passando a produzir ligas de ferro e manganês na França.

No que tange a diversificação horizontal, que teve como ponto de partida uma orientação governamental e é extremamente importante para a compreensão da territorialização da Vale, deve-se situar o grande número de aquisições e consolidação de *joint ventures* da Companhia para concretização de seus projetos de consolidação nos mercados internacionais. Esta característica é marcante nas estratégias de expansão das empresas vinculadas à monetização dos recursos naturais, como é o caso Vale. Como demonstra Sposito (2012), ao tratar da internacionalização dessas empresas, as Fusões e Aquisições (F&A) são representativas de 69% das formas de expansão, enquanto o crescimento orgânico (greenfields) é de apenas 31%.

Assim, a CVRD participa da exploração de bauxita e manganês na década de 1970, por meio de coligadas Mineração Rio do Norte (MRN), com 41% das ações e da Urucum Mineração S.A., com 33% das ações⁵³, respectivamente. Também há concretização da Valesul, na cidade do Rio de Janeiro em 1982 e da Albras (51%), em Barcarena (PA) para a produção de alumínio, além da Alunorte⁵⁴ (51,2%) que forneceria a alumina para essas duas empresas, iniciando a produção apenas em 1995. Esse processo de diversificação consolidou a territorialização da empresa Vale na região de Barcarena, em Rio Trombetas, por meio da MRN, e em Paragominas⁵⁵ no estado do Pará (COELHO, 2008; 2010).

⁵³ Em 1994 a Vale adquire 100% das ações da Urucum, passando não mais a explorar apenas manganês em Corumbá –Mato Grosso do Sul, mas também minério de ferro.

⁵⁴ A criação da Albras foi realizado em coligação com a Nippon Amazon AlumínioCo. (NAAC) e a Alunorte através da associação entre a CVRD, a empresa norueguesa Norsky Hydro, a MRN e a Japan Alunorte Investiment. É possível denotar a presença de investimento de origem japonesa nos projetos de alumínio, isso decorre do fato de que a produção de alumínio através da bauxita demanda uma quantidade muito grande de energia, extremamente cara em países como Japão e Noruega, optando por consolidar no Brasil as usinas produtoras, transportando o minério já beneficiado.

⁵⁵ O projeto de Paragominas só teve na primeira década do século XXI, através de expansões realizadas, ampliando assim a extração e a produção de alumina por meio da Alunorte. A infraestrutura, além de contar com

A concretização desses empreendimentos se deu por meio de uma série de conflitos com as populações quilombolas e ribeirinhas presentes na região, devido às ameaças aos seus modos de vida e a reprodução social dos sujeitos atingidos⁵⁶. É assim, um processo de territorialização do capital na região amazônica frente à desterritorialização ou deslocamento compulsório dos sujeitos que ali viviam. Esse processo é demonstrado por Wanderley (2011), na região de Oriximiná, Rio Trombetas (PA), nas apropriações realizadas pela MRN de terras ocupadas por quilombolas, para o estabelecimento das minas de extração, do Porto no Rio Trombetas e de sua *company town*. É importante destacar que essa territorialização/desterritorialização não se consolida de forma pacífica, nem binária, mas engendra uma série de embates e resistências, transformando as relações de poder.

O projeto minerador muda completamente as relações sociais e as disposições territoriais no espaço. São a partir das mudanças ocorridas que se constituem novas territorialidades, que compõem o entorno da Mineração. Tal entorno é formado por um complexo jogo de relações de poder, no qual estão representados atores anteriores e posteriores ao empreendimento. Os novos e velhos atores se inter-relacionam, sejam para se unirem, quando detêm interesses comuns ou para confrontarem-se quando objetivam fins antagônicos (WANDERLEY, 2005, p. 16470).

Ainda referente às diversificações horizontais, um setor da CVRD que passou a ter extrema importância foi o de geologia e mineração, com a criação em 1971, da Rio Doce Geologia e Mineração (DOCEGEO), existindo até 2003 e que executou pesquisas em novos minérios e formas de extração. Além da articulação com a criação de estruturas públicas de pesquisa, como a Superintendência de Pesquisa Mineral (SUPEM), em 1976 e do Departamento de pesquisas tecnológicas (DEGET), localizado próximo a Belo Horizonte (MG).

Há também a exploração de ouro pela Companhia em 1988 na Mina Fazenda Brasileira em Itabira e das jazidas em Caetés e implantação do Projeto Rio Machado, em Minas Gerais, além do Projeto Maria Preta, na Bahia em 1990, do Projeto Igarapé Bahia em Carajás (PA), da Mina das Almas em Tocantins em 1996 e da Mina de Salobo, na qual também se exploraria cobre, através da Salobo Metais S.A., por meio de um acordo entre a CVRD, a Mineração Morro Velho e o BNDES⁵⁷.

uma fábrica para produção e as minas, continha a partir de 2006 um mineroduto de 244 km que levava a bauxita de Paragominas para Barcarena (COELHO, 2010.)

⁵⁷ Em 1982 há acréscimo do termo Social no BNDE, tornando-se Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Não é apenas no setor de minério que a empresa exerce atividade, mas também no setor de energia, com a implantação de inúmeras usinas hidrelétricas, para dar sustentação a seus empreendimentos minerais e no setor de madeira e celulose.

Não há na literatura muitas informações referentes à construção de empresas hidrelétricas pela CVRD entre as décadas de 1960 e 1990, apresentando informações apenas após a privatização, na qual a Vale consolida uma posição importante no estabelecimento de usinas hidrelétricas⁵⁸. Há apenas informações referentes à construção de usinas hidrelétricas no estado de Minas Gerais nas décadas de 1970 e 1980 (GODEIRO, 2007; ORGANIZAÇÕES, 2010; VALE, 2012) e a implementação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí em 1984, localizada no rio Tocantins, no município de Tucuruí (PA), que não foi realizada pela companhia, mas deu sustentação ao beneficiamento da bauxita no complexo do alumínio no Pará e ao Projeto Ferro Carajás. “No período de sua construção (1975-1984), observou-se o desalojamento de mais de 3000 pessoas, dentre populações tradicionais e povos indígenas. A formação do lago para a hidrelétrica inundou cidades e florestas, numa extensão de mais de 3000 km²” (ORGANIZAÇÕES, 2010, p. 64). Elemento interessante na constituição de uma imagem do processo contraditório no qual se realiza a territorialização do capital trata-se da constante falha da distribuição de energia elétrica no município de Parauapebas (PA)⁵⁹, que pôde ser percebida no decorrer do trabalho de campo, em oposição as inúmeras, e de grandes dimensões, linhas de energia que direcionam-se para a Floresta Nacional de Carajás, para abastecimento do processo explorador de minério.

Percebe-se, novamente a ação da empresa em atividades que promovem determinações territoriais, por processos de apropriação de espaços para consolidação de suas intencionalidades e projetos. Nota-se que os empreendimentos hidrelétricos concretizam processos de desterritorialização dos sujeitos, promovendo conflitos entre as diferentes práticas espaciais e territorialidades, como se pode observar na criação do Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens (MAB), que visa combater esta forma de apropriação do território pelo capital (SEVÁ, 2008; VAINER, 2008).

⁵⁸ “Hoje, a Vale tem participação em nove usinas e quatro centrais hidrelétricas (usinas de pequeno porte) em operação no Brasil. As usinas são: Igarapava, Porto Estrela, Funil, Candonga, Eliezer Batista, Amador Aguiar I, Amador Aguiar II, Machadinho e Estreito. Já as quatro centrais hidrelétricas são: Glória, Ituerê, Mello e Nova Maurício. Isso permite que a mineradora seja capaz de suprir, atualmente, 45% de suas necessidades em eletricidade com suas próprias usinas hidrelétricas” (VALE, 2012, p.277)

⁵⁹ A questão acerca da distribuição de energia elétrica é um importante elemento na oposição à empresa e na compreensão dos conflitos, sendo elemento de denúncia tanto das populações (ZONTA, 2010), quanto das prefeituras (SILVA, 2013).

No setor de madeira e celulose o início se dá em 1966 com estudos referentes a um projeto de industrialização voltado a exportação de celulose, criando em 1967 a Florestas Rio Doce S.A. (FRDSA), dedicada à prestação de serviços de reflorestamento nas áreas do vale do Rio Doce em Minas Gerais e a Rio Doce Madeiras S.A. (Docemade) no Espírito Santo em 1969, que em 1974 é incorporada à FRDSA. Mas é com a Celulose Nipo-Brasileira (Cenibra) criada em 1974, que a Vale vai adentrar na produção de celulose com o cultivo de eucalipto, consolidando assim, impactos e determinações centrais do ponto de vista ambiental, social e fundiário⁶⁰.

A Cenibra é constituída como uma *joint venture* através da associação com a Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development Co. Ltd (JBP), na qual a Vale contava com 51,5% e a JBP com 48,5%. A primeira unidade produtiva é criada em Belo Oriente (MG) em 1977, com produção de 255 mil toneladas por ano de celulose. Em 1983 é criada a Cenibra Floresta, que ficaria responsável pela administração das atividades de silvicultura da Companhia. (PIRES DO RIO, 2000). A Cenibra possuía terras no Vale do Rio Doce em Minas Gerais, no estado do Espírito Santo e na Bahia.

Pode-se perceber, segundo Pires do Rio (2000), três formas de ação da empresa durante os anos de 1985-1997: a) integração a partir de uma política agressiva de aquisição de terras; b) participação na criação de um terminal marítimo especializado em celulose, e c) expansão da produção e da comercialização.

Nesse primeiro ponto, a principal forma de aquisição de terras era constituída por meio da compra direta de tradicionais proprietários rurais:

[a] expansão e a intensificação da atividade monocultora representam uma modificação importante no uso do solo e na estrutura fundiária; O significado dessa transformação é identificável em termos da redução da área destinada à produção de alimentos e da elevada concentração de terras, sob controle da empresa (PIRES DO RIO 2000, p.115).

Observa-se assim como se consolidam as determinações da Vale, por meio de suas subsidiárias, transformando de maneira efetiva as relações sociais no campo e as formas de subsistência dos sujeitos.

Em segundo, a preocupação com o transporte, por meio da logística, com a criação de um terminal especializado em parceria com a empresa Aracruz em Barra do Riacho (ES), o

⁶⁰ Os investimentos da CVRD em celulose prosseguiram até o ano de 1990 com a criação da Bahia Sul em 1987, na qual a Cia. Contava com 22,3% das ações.

Portocel. Esse porto era ligado a Estrada de Ferro Vitória a Minas, de controle da CVRD, que realizava o transporte da Celulose produzida em Belo Oriente (MG) para o Portocel.

Já referente à expansão da produção e da comercialização há os investimentos da empresa na unidade produtiva e no Portocel, bem como a criação em 1996 da segunda unidade produtiva em Belo Oriente (MG), duplicando a produção para 700 mil toneladas por ano, através de investimentos de US\$ 792,7 milhões. No âmbito da comercialização há a consolidação da Cenibra Internacional em 1991 nas Ilhas Cayman, realizando ações nos mercados internacionais e vinculando a empresa com o mercado financeiro. Importante destacar que em 2001 a CVRD se desfez de sua participação em empreendimentos relacionados à celulose, passando o controle total da Cenibra para a JBP, representando uma política de centralização da Companhia, que se fará presente na primeira década do século XXI, no setor de minérios e em seus sub setores (PIRES DO RIO, 2000; VALE, 2012).

Por fim, esses processos se desdobram em uma expansão geográfica realizada pela empresa, a apropriação de uma série de espaços à sua lógica, consolidando assim territórios, refletidos na territorialização e imbuídos de territorialidade, uma intencionalidade. A empresa passou a agir nos estados do Pará, através do complexo do alumínio e do Projeto Ferro Carajás, que será explicado a seguir; na Bahia, por meio da exploração de ouro e dos empreendimentos de celulose; no Mato Grosso do Sul, por meio da Urucum Mineração S.A.; no Espírito Santo, com usinas pelotizadoras, portos e pela EFVM; em Sergipe, pelo Terminal Marítimo Inácio Barbosa, e mais fortemente em Minas Gerais, com a aquisição de novas minas, jazidas e projetos⁶¹. Passou a contar nesse período também com ações em outros países, por meio dos escritórios da Vale na Europa e América e na França através da produção de ferros liga pela SEAS.

⁶¹ Optou-se por agregar os dados referentes à expansão das minas e da ação da CVRD no estado de Minas Gerais. Adquiriram-se as seguintes minas: Jazida Timbopeba e Piçarrão, em Nova Era, em 1964; Mina do Caraça, em Santa Bárbara e Mina D'el Rey Dom Pedro, em Mariana, das Jazidas São Luis, Tamanduá e Almas em Fazendão, no ano de 1976, por meio da aquisição da Caraça Ferro e Aço; Minas Onça, Chacrinha, Periquito e Esmeril em 1980, nas quais a Vale já exercia exploração por meio da Itavale (CVRD e Acesita). Também iniciou-se a exploração da Mina Capanema em Ouro Preto, por meio da *joint venture* Mineração Serra Geral (MSG), em 1976; um Complexo minero-metalúrgico, Projeto Timbopeba, a partir das minas Timbopeba e Capanema em Ouro preto, em 1980 e uma nova usina de concentração de itabirito em Timbopeba, em 1993.

2.3.1. Projeto Ferro Carajás⁶²

É no âmbito desse processo de expansão geográfica da empresa que se inserem os empreendimentos da Vale na região da Serra dos Carajás, no estado do Pará. Esses empreendimentos agrupados constituem o Projeto Ferro Carajás e são elucidativos das práticas espaciais da empresa e consolidam a sua principal área de atuação, necessitando assim, de uma explanação a parte, visto as complexas relações entre os diferentes agentes e sujeitos no desenvolvimento do projeto.

No ano de 1967 há a descoberta de ferro em Carajás pela Companhia Meridional de Mineração (CMM) pertencente à empresa estadunidense United States Steel (US Steel), que pesquisava áreas para a exploração de manganês. A CMM protocolou no mesmo ano o pedido de pesquisa no Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) o que gerou uma reação do governo brasileiro, devido à dimensão da área pleiteada e o fato de se tratar de uma empresa pertencente a uma companhia estrangeira. Dessa forma, foi apontado pelo Estado que esta empresa deveria formar sociedade com uma companhia brasileira, no caso a CVRD, devido ao seu peso estratégico na produção mineral e o fato de se tratar de uma empresa estatal, que possibilitaria maior intervenção do Estado nas determinações territoriais, demonstrando mais uma vez a relação contraditória e dialética entre lógicas territoriais e capitalistas de poder (HARVEY, 2004).

Inicialmente houve recusa da diretoria da Companhia alegando falta de recursos para determinada empreitada, seguida de uma pressão do governo federal e da CMM alegando que a empresa perderia concorrência caso se mantivesse à margem de um projeto dessas proporções.

Assim, após difíceis acordos é instituída a “parceria” entre a CVRD e a US Steel com a criação em 1970 da Amazônia Mineração S.A. (AMZA), com a seguinte composição acionária: CVRD 50, 82%, Docenave, 0,02%, Docemade 0,02%, FRDSA, 0,02%, Mineração Tocantins Ltda (também subsidiária da Vale), 0,02%, a CMM com 49,08% e a US Steel com 0,02% (BEISIEGEL, 2006).

É interessante notar que algumas modificações tiveram que ser feitas na legislação brasileira, principalmente no código de mineração para viabilizar a exploração na região de

⁶² É na região do Projeto Ferro Carajás que há os maiores embates entre a empresa e as comunidades atingidas, visto a ser a área na qual a empresa consolidou grande parte de suas ações e atividades. Os desdobramentos dessas sobre as populações serão mais amplamente trabalhados na etapa seguinte da pesquisa, por meio dos materiais produzidos pelos atingidos e das entrevistas a serem realizadas em trabalho de campo na região.

Carajás, expandindo assim, em 1969, o requerimento para áreas de até 10 mil hectares (ha), em regiões ínvias (intransitáveis), para determinadas substâncias minerais - anteriormente a área permitida era de apenas 1.000 ha (BEISIEGEL, 2006). A empresa pleiteava uma área de 160 mil hectares. A AMZA realizou levantamento geológico das reservas minerais e em 1972 identificou 17, 9 bilhões de toneladas de minério com teores médios de 66,1% de ferro distribuídas em quatro jazidas: Serra Norte, Serra Sul, Serra Leste e Serra São Felix⁶³ (VALE,2012).

Foi criada para realizar estudos da viabilidade do projeto a Valuec Serviços Técnicos Ltda. No ano de 1972 por meio da associação entre a Rio Doce Engenharia e Planejamento (RDEP) pertencente a CVRD e a US Steel Engineers and Consultants (UEC) são realizados estudos referentes ao complexo mina-ferrovia-porto a ser implantado para a exploração do minério de ferro e a viabilidade econômica do projeto.

Inúmeros conflitos surgiram entre os diretores da CVRD e da US Steel na administração da AMZA e nas decisões referentes à implantação do projeto. A US Steel protelava o início das obras com a justificativa da crise crescente no mercado internacional de minério decorrente da crise das siderúrgicas, em grande parte, como destaca Beisiegel (2006) derivada dos interesses concorrenciais da empresa, que explorava minas de minério de ferro na Austrália.

Esses embates se agudizaram cada vez mais culminando na saída da empresa estadunidense no ano de 1977 após indenização de US\$ 50 milhões, passando a CVRD a ser a única acionista da AMZA, que seria dissolvida em 1980 (BUNKER, 2007). Realiza-se assim novos estudos referentes ao projeto, avaliando os custos em torno de US\$ 2,4 bilhões, passando a buscar novos investidores estrangeiros e novos financiamentos nacionais e internacionais para consolidar o empreendimento.

Esse interesse pela CVRD na região de Carajás é decorrente da “exaustão” das reservas mais ricas de minério e do aumento dos custos para exploração das minas da região do quadrilátero ferífero em Minas Gerais, considerando ainda que as reservas de Carajás contam com minério com alto teor de ferro, que poderia ser colocado no mercado sem grandes beneficiamentos reduzindo os custos e ampliando os lucros da Companhia. Esse processo é correlato do que trata Harvey (2004) da busca de novos espaços para acumulação,

⁶³ “Em função da grande reserva medida – 1,3 bilhão de toneladas – e de mais facilidade de acesso à ferrovia em construção, o chamado Braço Este da jazida N4 foi selecionado para o início das atividades de mineração” (Vale, 2012, p.178)

visto que “o comportamento competitivo gera [...] um estado de perpétuo movimento e de instabilidade crônica na distribuição espacial de atividades capitalistas, na medida em que os capitalistas buscam localizações superiores (isto é, de menor custo)” (HARVEY, 2004, p.84)

Para viabilizar a produção, através dos estudos da Valuec e posteriormente da AMZA sob controle total da Vale, era necessário a definição de como o minério de ferro seria transportado até um porto que deveria possuir condição de comportar navios com capacidade superior a 100 mil toneladas, para atender o mercado japonês. Foram escolhidos inicialmente cinco locais para alocação do porto, sendo três oceânicos e dois fluviais, que se desdobrava na definição do transporte via ferrovia ou hidrovia, por fim recaindo na definição de apenas três portos, como se percebe no quadro 1.

Quadro1 – Localização Portuária e utilização modal

Porto	Ferrovia	Hidrovia
Espadarte – Ilha dos Guarás(PA)	Mina – Porto Mina – Rio Parauapebas Mina – Tucuruí	Rio Parauapebas –Porto Tucuruí –Porto
Itaqui, São Luis (MA)	Mina-Porto	
Vila do Conde, Abaetetuba (PA)	Mina-Porto Mina- Rio Parauapebas Mina-Tucuri	Rio Parauapebas-Porto Tucuruí- Porto

Fonte: Adaptada de Beisiegel, 2006, p.230⁶⁴

A seleção do modal de transporte estava imbricada em grande parte a seleção do porto, decisão locacional que não se pautava apenas por questões operacionais, mas também financeiras, econômicas e políticas. Segundo Beisiegel (2006) a seleção do local para o porto levou em consideração três critérios: a dimensão dos navios a aportarem (250 mil toneladas), a confiabilidade do porto em todo o ano, decorrente das marés e a capacidade de expansão, considerando o Projeto Ferro Carajás com um projeto de longo prazo. Depois de muitos estudos, foi averiguada a instabilidade econômica da Ilha Guarás, devido a presença de bancos de areia e fortes correntes de maré, definindo-se assim para localização do Porto a área de Ponta Madeira em Itaqui, São Luis- Maranhão (MA), que atendia a essas três condições.

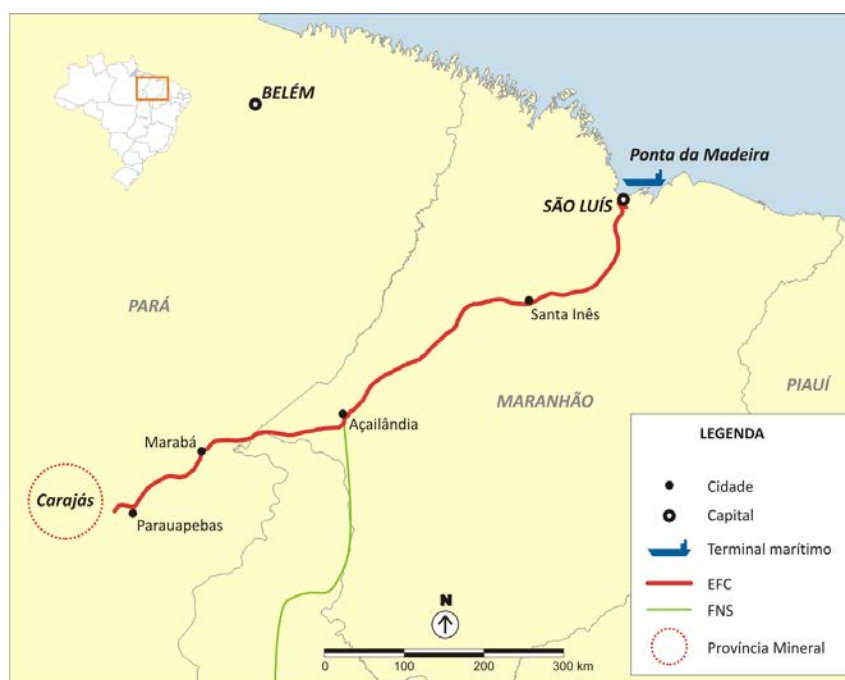
O jogo político de decisões passava pelo embate entre ferrovia e hidrovia, visto que muitos consideravam a hidrovia como potencial projeto integrador e promotor do desenvolvimento regional, além é claro da pressão de políticos paraenses para a localização

⁶⁴ Descartou-se a decisão pelo porto de Vila do Conde, concentrando a atenção entre Ilha dos Guarás e Porto Itaqui em São Luis.

do porto exportador também no Pará. No entanto, observa-se que o peso maior da decisão se centrou na escolha com menores custos e com maior possibilidade de lucros para a Companhia que, mesmo sob o controle do Estado, não privilegiou o desenvolvimento regional em detrimento de sua inserção concorrencial.

É esse o contexto de consolidação do Projeto Ferro Carajás⁶⁵, uma área de exploração localizada na Serra dos Carajás, no então município de Marabá, que depois da divisão a área passaria a estar localizada no município de Parauapebas⁶⁶, no estado do Pará, de um porto localizado em Itaqui em São Luis do Maranhão e de uma ferrovia, a Estrada de Ferro Carajás, com 892 km de extensão, que ligaria a área de extração ao porto exportador, concretizando mais uma vez o modelo de corredor-fronteira (COELHO, 2008).

Mapa 2 – Estrada de Ferro Carajás



Fonte: Vencovsky, 2011, p.54

⁶⁵Para financiamento do projeto a CVRD contava além do Banco Mundial, com US\$ 305 bilhões, com apoio do BNDE, da Comunidade Econômica Europeia, do Japão, de bancos comerciais americanos e da URSS (VALE, 2012).

⁶⁶ É importante destacar que o município de Marabá passou por muitas divisões durante a primeira e a segunda década da instalação do projeto Carajas, através da criação de novos municípios. Isso se deve às migrações, aos conflitos político para receber parcelas dos lucros da exploração de minério, entre outros fatores. É nesse contexto que surgem os municípios de Parauapebas, Curionópolis, Eldorado do Carajás, Água Azul do Norte e Canaã de Carajás. (PALHETA DA SILVA, 2009)

No que tange a área da mina, localizada no atual município de Parauapebas, a exploração se daria por meio de lavra a céu aberto, a partir do qual o minério seria beneficiado através da britagem, peneiramento e moagem, que produziria dois produtos: minério granulado, ideal para o uso em altos fornos (faixa granulométrica de 6,35 – 50 mm) e o minério *sinter feed*, que deveria passar por processo futuro de aglomeração. Após isso o minério seria transportado até um pátio de estocagem, com capacidade de 1,6 milhões. A mina contava com uma série de instalações que auxiliavam a produção, como laboratórios, central de administração, depósito e o Núcleo urbano de Carajás.

Após a exploração o minério seguia para a EFC, que na época era dimensionada podendo transportar por ano 35 m/t. Seu projeto foi construído da maneira mais rápida e barata possível, para viabilizar o quanto antes as exportações de minério. Contava com 43 pátios de cruzamento, sendo os principais localizados em Parauapebas (PA) e em São Luis (MA). Assim como a EFVM, a EFC teria grande importância para a área de logística da empresa, transportando outros tipos de produtos por meio de sua ligação com a Estrada de Ferro Norte-Sul, também sob o controle da Vale desde 2007. Como destaca Vencovsky (2011), a estrada se apresenta como unidirecional e extravertida, privilegiando a exportação de minério de ferro, frente a outras possibilidades. Determina também uma série de embates com a população que reside nas margens da ferrovia⁶⁷, como demonstra Bossi (2009, p.167),

Os trens atravessam povoados inteiros, interrompendo as atividades e a vida e obrigando os moradores muitas vezes a atravessarem os trilhos, sob os vagões parados. O ruído e as vibrações causados por esses trens geram incômodos para as populações que vivem próximas da ferrovia, e causam rachaduras nas casas. Além disso, é frequente a morte por atropelamento de animais e pessoas, não havendo nenhuma política específica da empresa para lidar com esse problema.

Ainda no que tange à função extravertida e unifuncional da EFC, podemos destacar a instalação de cabos de fibra ótica ao longo da ferrovia, ampliando as comunicações entre as centrais e os pátios da Vale, promovendo uma integração completa da ferrovia, baseada nas ideias de comunicabilidade instantânea e de logística, que não se reflete na integração entre as comunidades que vivem ao lado da Estrada.

Por fim, temos os investimentos no Terminal Marítimo de Ponta do Madeira em São Luis, local de exportação do minério extraído em Carajás. Que contaria com uma central de

⁶⁷ Esses embates apenas aumentaram durante os anos, se expandindo ainda mais a partir de 2010, com o projeto de duplicação da EFC, inserido no interior de um grande projeto de expansão da exploração em Carajás, o S11D, na Serra Sul de Carajás.

logística, tanto do porto, quanto da EFC. Em 1994 é inaugurado o Pier 2, que consolidaria um novo momento na região de Carajás⁶⁸, ampliando o tipo de carga movimentada, possibilitando inclusive um aumento na capacidade de produção das minas do sistema norte.

Outro investimento importante para concretizar a territorialização da companhia em Carajás, se trata da criação de núcleos urbanos para os trabalhadores da Vale diretamente vinculados ao funcionamento do empreendimento mineral. Como aponta Coelho (2006) foram implantados sete núcleos populacionais ao longo da EFC, dando suporte às atividades da companhia. Entre esses, o principal se trata do Núcleo Urbano de Carajás, localizado nas proximidades da área de mineração, se consolidando como uma *company town*, para os funcionários de apoio administrativo e operadores de mina. Esse núcleo urbano, que contava com uma série de equipamentos sociais urbanos como escola, hospital, supermercado, bancos, criado como espaço concebido, organizado segundo as normas da empresa destoava em muito do núcleo urbano localizado nas proximidades e que tinha como origem uma ocupação espontânea. Povoado este que viria a consolidar em 1989 o município de Parauapebas.

A contradição entre a cidade de Parauapebas - com seus cerca de 150.000 habitantes oficiais, mais algo em torno de 50.000 não oficiais segundo relatos de campo, e inúmeros outros trabalhadores que chegam junto com cada trem de passageiros da empresa (nas segundas, quintas e sábado), na busca de emprego e oportunidades- e o Núcleo dos funcionários da empresa é estrondosa, andar pelas duas ocupações é sentir e observar a oposição entre duas formas de compreensão dos sujeitos e das relações sociais. O segundo, como apontado, conta com infraestrutura condizente com uma cidade, bancos, escolas, hospital, comércios, mesmo possuindo cerca de 6.000 habitantes, residindo em um espaço saído de um subúrbio americano, com uma ligeira modificação da vegetação, visto estar no interior da floresta Amazônica, possuindo inclusive um aeroporto⁶⁹!

O primeiro, a cidade de Parauapebas, já apresenta um déficit de infraestrutura considerável: com exceção da área central, na qual se localiza o portal de entrada para a FLONA, a maior parte dos bairros não possui asfalto, nem tratamento de água e esgoto, sendo

⁶⁸ Carajás seria denominado como o Sistema Norte da Companhia, na produção de minério de ferro.

⁶⁹ Este aeroporto, ao qual tive oportunidade de conhecer, faz vôos diretos comerciais apenas para a cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, mantendo assim contato com a outra principal área de exploração mineral da empresa Vale no Brasil, demonstrando assim, sua capacidade de organizar uma rede logística e sua força sobre as decisões do estado brasileiro. No vôos nota-se uma grande quantidade de executivos da empresa, além de técnicos e funcionários do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e de executivos estrangeiros.

possível notar em alguns locais o escoamento superficial desses efluentes domésticos. Além da falta de alguns comércio, do alto preço dos produtos, da falta de hospital, tendo muitas vezes que se deslocar até o Núcleo, a 25 km de distância. Não esquecendo da frequente falta de energia, principalmente nas áreas rurais, que se contradiz com a paisagem tomada por uma série de cabos e estações de energia, os chamados “linhões” pela população local, que vão direto ao centro da empresa abastece a extração, que nunca pode parar.

Esse processo de territorialização da Vale na região de Carajás engendrou uma série de conflitos fundiários e políticos entre diversos sujeitos. Coelho (2006; 2008; 2010) e Bunker (2007) demonstram as transformações causadas na região de Carajás com o início das atividades da companhia já nos fins da década de 1970, modificando as relações sociais rurais e urbanas, uma verdadeira estruturação espaço-temporal da vida social. Consolidando o que Arroyo (2001) denomina de oligopólio territorial da região pela Vale, demonstrando a apropriação territorial da companhia, lembrando que apropriação não se resume à propriedade institucional e privada da terra, mas sim em um sentido ideo-político.

Para o desenvolvimento do Projeto Ferro Carajás uma série de atividades deveriam ser englobadas na consolidação da região para darem suporte às ações da Companhia. É nesse sentido que essa realiza, em conjunto à agências internacionais, o Plano de Aproveitamento da Amazônia Oriental, que é rapidamente assumido pelo governo federal dando origem ao Programa Grande Carajás (PGC), em 1980, no qual o Projeto Ferro estaria inserido. Esse plano e programa enquadravam uma série de investimentos em infraestrutura: Minero-metalúrgico US\$ 28,1 bi; Reflorestamento US\$ 1,3 bi; Agricultura US\$ 8,1 bi; Pecuária US\$ 1,7 bi; Infraestrutura minero-metalúrgica US\$ 6,8 bi; Agricultura/Pecuária/Reflorestamento US\$ 13,3 bi e, outros US\$ 61,7 bi (BEISIEGEL, 2006) e tinham por objetivo promover a descentralização da indústria no Brasil; estabelecer fluxos migratórios para a região promovendo assim a ocupação do que consideravam uma área vazia; gerar empregos para essa massa de trabalhadores migrantes e aumentar as divisas brasileiras. No entanto, grande parte desses investimentos não chegaram a se concretizar, primeiro devido ao fato que a centralidade da ocupação na região se direcionava para a mineração através da ação da Vale e devido aos conflitos fundiários ocorrentes na região que impediam a consolidação de outros projetos.

A promoção dos fluxos migratórios inserida no PGC e circunscrita no Projeto Ferro Carajás, como em muitos dos grandes projetos de investimentos, se desdobrou em um

crescimento populacional de grandes proporções na região sem uma contrapartida na geração de empregos e na construção de infraestruturas básicas. O município de Parauapebas (PA) se trata de um dos mais afetados pela mineração, visto a localização da mina e do núcleo urbano de Carajás, tratando-se no início da década de 1970 de um pequeno povoado de Marabá (PA), possuindo em 1990, após a sua emancipação de Marabá (PA), 53.335 habitantes. Seu histórico de urbanização se dá por processos de favelização, sem acesso a equipamentos urbanos, muito diferente do Núcleo Urbano dos funcionários da Vale no interior da Floresta Nacional de Carajás (MELLO-THERY, 2010).

Tabela 1- Crescimento populacional na região de Carajás por município (1970-2010)⁷⁰

	1970	1980	1990	2000	2010
Marabá	24.474	59.881	123.668	168.020	233.669
Parauapebas			53.335	71.568	153.908
Água Azul do Norte				22.084	25.057
Canaã dos Carajás				10.922	26.716
Curionópolis			38.672	19.486	18.288
Eldorado do Carajás				29.608	31.786
Total	24.474	59.881	215.675	321.688	489.424
Pará	2.197.072	3.507.312	5.181.570	6.189.550	7.581.051

Fonte: CORRÊA; CARMO, 2010 e IBGE, 2012 Organização: Gustavo Vitti

Na tabela 2 pode ser observado o crescimento populacional na região dos anos de 1970 à 2010, passando de 24.474 para 489.424 habitantes, sendo a maior expansão de 1980 à 1990, momento de consolidação do Projeto Carajás, chegando a 360% de crescimento, em oposição ao crescimento do Estado, que apesar de também apresentar um grande salto, apresenta um crescimento de apenas 147%. Observável também o crescimento populacional em Canaã dos Carajás (PA)⁷¹, que ampliou-se ainda mais de 2010 a 2013, tendo em visto o novo projeto de exploração mineral da empresa Vale, S11D, que pretende duplicar o volume das exportações do sistema norte, através da exploração da mina Serra Sul, localizada na província mineral de Carajás, atraindo assim um grande número de migrantes para o

⁷⁰ Inseriu-se aos dados de Corrêa e Carmo (2010) as informações referente ao Censo de 2010.

⁷¹ Se fosse possível ter acesso a informações atuais do número de habitantes de Canaã dos Carajás, possivelmente se identificaria um crescimento ainda mais elevado da população, devido o período de 2010 a 2013 ter sido o de crescimento e avanço das obras na cidade, como identificado nas entrevistas no trabalho de campo.

município, como foi possível observar na viagem de trem de São Luis (MA) a Marabá (PA), última estação antes de Parauapebas, na qual embarcavam pessoas em várias estações, muitas delas portando tudo o que possuíam na vida, em busca de emprego em Canaã dos Carajás (PA) - estas pessoas vão até Parauapebas (PA) de trem e de lá pegam uma lotação até o município de Canaã (PA).

Esse crescimento populacional se desdobrou em conflitos fundiários, que refletem suas mazelas até os dias atuais, seja através da expropriação dos camponeses, embates entre os posseiros e ex-garimpeiros, problemas com prostituição infantil, tráfico de drogas, bem como nas transformações e expropriações das terras indígenas (ORGANIZAÇÕES, 2010).

Deve-se destacar que a região anteriormente era ocupada principalmente por camponeses e trabalhadores dos castanhais produtores de castanha-do-pará, que pertenciam a grandes proprietários de terra, representantes da oligarquia dominante local, desde os anos 1950 (BUNKER, 2007). Assim, o uso da terra se dava de maneira extrativista, por meio da exploração da castanha-do-pará, que engendrava relações sociais e fundiárias extremamente diferentes das derivadas da mineração em grande escala. Relações que são transformadas a partir da consolidação de novas práticas sócio-espaciais na região, desestruturando as relações de produção até então presentes.

A ferrovia ao participar da valorização da terra, acaba também por acelerar a exploração madeireira e ampliar o desmatamento indiscriminado com vistas a ceder lugares às pastagens, levando à destruição da economia extrativa da castanha-do-pará e aumento os conflitos associados à luta pela terra (COELHO, 2008, p. 248).

Essas lutas pela terra podem ser mais amplamente compreendidas ao longo do histórico de práticas da Vale na região, como acima demonstrado do início das obras da Estrada de Ferro Carajás em 1979, e são derivadas do fato de os realizadores do projeto considerarem a região como um grande vazio demográfico, ausente de civilização, um espaço (concebido) – representação do espaço -, não um território apropriado. Cabe, portanto, destacar a presença de indígenas, camponeses e proprietários de terras, que foram “desconsiderados” nos planos e projetos da empresa.

É por meio de conflitos que a ocupação de Carajás se realizará, conflitos que só iriam se ampliar com a atração de um grande fluxo populacional. É neste viés que a empresa buscou não apenas o direito de exploração mineral da região, mas também se consolidar como proprietária de uma área ainda maior que a província mineral, para assim consolidar uma

posição estratégica, colocando-se fora dos conflitos fundiários e das constantes ocupações de terras por posseiros e sem-terra. Exemplo dessa ação de controle de área maior do que o empreendimento mineral em si, constituição de território, pode ser observada no Mapa 3, sendo esta uma estratégia comum das empresas mineradoras, como apontado por Wanderley (2008).

A partir disso se situa a ação do Estado brasileiro, ao conceder privilégios à companhia em seu processo de territorialização. A primeira intervenção importante do governo federal, do ponto de vista fundiário, deve-se a um Decreto-Lei, criado em 1971, que garantia a jurisdição ao governo federal de quaisquer terras situadas a 200 km de cada lado de rodovias federais construídas ou planejadas, sendo que anteriormente as terras públicas pertenciam aos estados da federação (BUNKER, 2007). A AMZA pleiteava a compra, junto ao estado do Pará, mais especificamente ao Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA), de uma grande área para a exploração mineral, no entanto, devido a conflitos internos e indecisões do Instituto. Em 1976 o governo federal cria uma rodovia à ser construída em território paraense, a BR-158 e a área solicitada pela CVRD, por intermédio da AMZA, se situa exatamente na faixa de 200 km de terras que se tornaram federais (BUNKER, 2007; COELHO, 2006). “A rodovia jamais progrediu além das linhas traçadas no mapa do governo, e ninguém jamais interpretou o fato como algo diferente de um mecanismo utilizado pelo governo para controlar Carajás” (BUNKER, 2007, p.115)

Esse fato nos possibilita refletir não só apenas quanto aos embates entre a Vale e os governantes do estado do Pará, mas também nos embates que se realizam no interior do Estado, entendido enquanto instituição, “como uma relação, mais exatamente como a condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe” (POULANTZAS, 1981, p.130). Relação de forças que se dá através das relações de poder, comportando assim diferentes intencionalidades, determinando o fato de que a política do Estado se define por um processo de contradições intraestatais.

Essa federalização de um trecho de terras concedidas à Vale criou uma área denominada de “ampulheta”, devido a seu formato, que margeava apropriado pela empresa. Essa área ficava sob administração do ITERPA e gerava preocupação para a empresa, representando terras abertas à penetração e à ocupação de posseiros e garimpeiros, criando, assim, obstáculos a concretização de seus empreendimentos atuais e futuros.

Os conflitos fundiários são determinantes na compreensão da ocupação da região da Serra dos Carajás, seja por meio da exploração de ouro em Serra Pelada, no município de Curionópolis (PA), desdobrando diferentes embates entre os garimpeiros e a Companhia⁷², que gerou um crescimento populacional de proporções assustadoras, tendo no ano de 1982 cerca de 50 mil pessoas ocupando uma área de três km², em condições precárias de sobrevivência (COELHO, 2006).

Ao considerar-se, no entanto, o lado do ativo, entre 1980 e 1990, segundo dados do DNPM, o garimpo de Serra Pelada produziu estimadamente 56,7 toneladas de ouro, o que correspondia a um valor de 872,1 milhões de dólares no comércio internacional. Isto era pouco, para contrapor-se a um passivo muito alto. O lado passivo demonstrava cerca de 50 acidentes fatais, sem computar as mortes por seqüelas do garimpo, de pneumonia, hepatite e malária. Os danos causados pelo mercúrio nunca foram contabilizados. O drama social do ex-garimpeiro permanece até os dias atuais (COELHO, 2006, p.432)

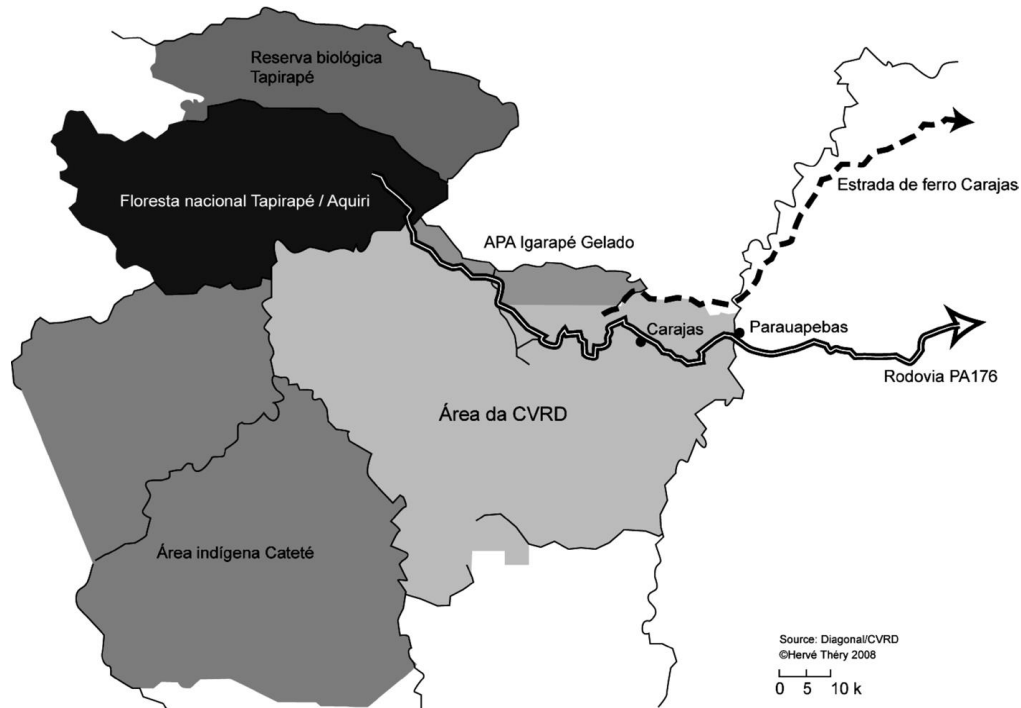
Não cabe aqui uma discussão aprofundada acerca das ações do Estado brasileiro na promoção da ocupação da região da Amazônia oriental, mas deve-se ter em vista que, baseada na compreensão da área como um vazio demográfico, foram realizadas inúmeras formas de assentamento para colonos sob a gestão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT). Esses órgãos tinham por função promover uma ocupação ordenada da região, viabilizando a territorialização do capital, intermediando conflitos por terras e recursos, agindo, na maioria dos casos, de maneira violenta, principalmente o GETAT que se trata de uma organização paramilitar.

É importante realizar um parêntese aqui, relacionando o papel do Estado brasileiro e a necessidade da Vale de conter a ação desses conflitos fundiários em seu território, que resulta na criação de reservas florestais e unidades de proteção ambiental, que funcionariam como barreiras à ocupação de suas áreas de mineração por posseiros ou movimentos sociais dos campo. Pode-se notar no mapa abaixo, a área da CVRD, composta pela Floresta Nacional de Carajás, cercadas por reservas, como a APA de Igarapé Gelado, a Floresta Nacional de Tapirapé, Reserva Biológica de Tapirapé e a Área Indígena Xicrim do Cateté, dos índios

⁷² A CVRD possuía a concessão de lavra para a exploração do ouro em Serra Pelada. E os embates na relação da Companhia com o Estado e os garimpeiros se referem às transformações pelas quais passou a forma de exploração do ouro. Primeiramente, apoiando as grandes empresas e combatendo o garimpo na década de 1970, após apoiando-se na exploração por meio da garimpagem, visto ser um grande gerador de divisas, com baixos investimentos na década de 1980. A exploração se dava com supervisão da Docegeo, que adquiria todo o ouro produzido e do DNPM.

Kayapó, compondo no total uma área de 1,23 milhões de hectares (MELLO-THÉRY. THÉRY, 2010)

Mapa 3 – Proteção “territorial” da área da Vale em Carajás



Fonte: Mello-Théry; Théry, 2010

É nesse contexto de crescimento populacional e de uma massa de trabalhadores desempregados, em que a pressão sobre a terra e os conflitos se ampliam ao longo da década de 1980, atraindo para a região o MST, consolidando assim, um dos principais sujeitos em embate com a empresa, como se demonstrará no capítulo seguinte.

Os crescentes embates entre os antigos proprietários dos castanhais, os novos trabalhadores rurais sem terras, membros dos sindicatos, antigos assentados pelos projetos de colonização do GETAT, ampliaram-se ao longo dos anos, a partir do início da construção da EFC. Ocorrendo, principalmente nos municípios de Marabá (PA), devido ao seu histórico de ocupação dos cafezais, Curionópolis (PA) e Eldorado do Carajás (PA), local do massacre, que leva seu nome, embate entre tropas militares e sem-terra que ocuparam a PA- 150, em 1996. Na tabela 2 podemos notar o número de mortes, que vai se ampliando ao longo dos anos, com a agudização dos conflitos.

Tabela2 – Número de mortes em conflitos fundiários por município, na região de Carajás, estado do Pará-Brasil (1981-2001)

Ano	Marabá	Parauapebas	Água Azul do Norte	Canaã dos Carajás	Curionópolis	Eldorado do Carajás	Marabá s/ divisão
1981	5						5
1982	3						3
1983	2						2
1984	6						6
1985	11						11
1986	9						9
1987	5						5
1988	2						2
1989					1		1
1990	2	3			4		9
1991	2	1					3
1992					1		1
1993	1					1	2
1994	2					2	4
1995		1					1
1996	2	4	5			25	36
1997	1	3		1	6	4	15
1998	7	9		1	4	5	26
1999	7	1			2	2	12
2000	2	1			1	2	6
2001	8		1		2	2	13
Total	77	23	6	2	21	43	172

Fonte: Coelho, 2006

São inúmeros, portanto, os embates e questões referentes a esse processo de ocupação desenfreada do território, promovendo destruição dos castanhais e criação de pastos para pecuária. Destruição dos castanhais, para alimentação de uma crescente indústria de madeira, a serem utilizadas nos altos fornos das indústrias de ferro gusa que surgiram na região, aproveitamento de minério de ferro e de “madeira barata” que, como destaca Coelho (2006), não alteram em nada o quadro do desenvolvimento regional.

Esses embates não dizem respeito especificamente à ação da CVRD, mas são desdobrados a partir das práticas espaciais da empresa, concretizando uma série de sujeitos sociais que têm sua vida modificada, pelas decisões dos diretores da companhia, na promoção de uma ordenação espaço temporal que se traduz na

[p]rodução do espaço, [n]a organização de divisões territoriais totalmente novas do trabalho, [n]a criação de complexos de recursos novos e mais baratos, de novas regiões como espaços dinâmicos de acumulação do capital e [n]a penetração de formações sociais preexistentes por relações sociais e arranjos institucionais capitalista (como regras de contrato e formas de gerenciamento da propriedade privada) (HARVEY, 2004, p. 99)

Dimensão que se consolida em Carajás, por meio da exploração de minério de ferro, sob relações capitalistas de produção, contratos de trabalho mediados por uma busca incessante de lucro, espoliando trabalhadores, apropriando terras e infringindo (criando) leis.

Assim, esse período apresenta diversos elementos para a compreensão dos embates e na consolidação dos sujeitos desses conflitos por meio da territorialização (expansão geográfica) da Vale. Em 1994, a empresa se consolida como um conglomerado, com uma série de subsidiárias e coligadas (VALE, 2012).

Os aspectos centrais, para a compreensão do período são: a centralização da atenção da empresa na região da Amazônia Oriental, com os projetos da indústria do alumínio; a exploração de diversos minérios e consolidação do Projeto Ferro Carajás; a diversificação de produtos e de mercados da empresa, por meio da formação de *joint ventures*; o início de um processo de internacionalização, com escritórios no exterior e aquisição da SEAS na década de 1990; sua relação imbricada com o Estado Brasileiro e o papel do BNDES no financiamento das ações da companhia, que se expandiriam durante sua fase de internacionalização.

É no contexto da década de 1990 que se situa outra etapa determinante no quadro operacional, administrativo e política da empresa, a sua privatização, em 1997, inserida no Plano Nacional de Desestatização do governo de Fernando Henrique Cardoso.

2.4.Privatização (1995-1997)

Com o advento do neoliberalismo na América Latina, tendo como marco o Consenso de Washington (1989) - que se pauta em uma política de diminuição da força dos Estados-nação, liberalização dos fluxos de capital e mercadoria, baseado no dinamismo do capital financeiro (HARVEY, 2004)- o Brasil passa por um processo de privatização das empresas estatais, sendo a Vale uma das empresas privatizadas.

Godeiro (2007) destaca que as mudanças da empresa para privatização se iniciam em 1990, principalmente em uma política de redução dos salários e enxugamento da força de trabalho, através de um plano de demissão voluntária. Nesse quesito, das determinações e transformações nas relações trabalhistas, o autor apresenta que o número de trabalhadores da empresa em Itabira (MG) caiu de 4.189 em 1990 para 1.710 em 1990, enquanto houve um

aumento na produção de minério. Isto é articulado as sucessivas inovações tecnológicas e mecanizações implantadas no processo de extração e transporte de minério pela empresa. Assim, o número de empregados no país inteiro pela empresa cai de 15.483 em 1996 para 10.865 em 1997, o ano da privatização (GODEIRO, 2007; VALE, 2012).

Alias a esta política a implementação da terceirização dos serviços, por meio de contratos com pequenas empresas, característica central do modelo de privatizações, as estratégias de terceirização, implicam em redução de custos, considerando o caráter informal das relações de trabalho e fiscais desse segmento empresarial, ponto determinante para a compreensão do neoliberalismo e de suas determinações nos países latino-americanos, mais uma das faces da acumulação por espoliação (HARVEY, 2004).

É interessante notar que essa sequência de demissões, por parte do Plano de Demissões Voluntárias (PDV), conjunta com os programas de terceirização dos serviços, tratou-se de um golpe as classes trabalhistas, visto que muitos dos trabalhadores da Companhia passaram a prestar serviços por meio das terceirizadas, com salários muito mais baixos e com menores benefícios (GODEIRO, 2007)⁷³. Além disso, se destacam as precárias condições de trabalho nas empresas terceirizadas, mineradoras ou siderúrgicas, culminando em uma série de mobilizações sociais, como as greves em Açailândia (MA) em 2011, devido à redução dos salários e as greves no Canadá, de mais de 3,3 mil trabalhadores (UCHOAS, 2009), além das mobilizações e greves dos trabalhadores urbanos na cidade de Parauapebas nos momentos de crise, como destacado nas entrevistas realizadas com lideranças dos movimentos sociais.

Trata-se de uma prática frequente, que busca retirar a responsabilidade da empresa frente aos trabalhadores, fragmentando assim, os sujeitos e se eximindo dos embates jurídico-trabalhistas. Essa ação exploratória da empresa apenas se expande nos anos seguintes, demitindo e explorando trabalhadores para manter e ampliar suas taxas de lucro e repasses aos acionistas da empresa.

É, nesse ponto, que se busca compreender quem são os sujeitos por trás da empresa, por trás do nome CVRD, ou simplesmente Vale. Quem são os sujeitos que adquiriram a Vale nesse processo contraditório e polêmico de privatização.

⁷³ A relação da empresa com os trabalhadores é de exploração e de não garantia de direitos. Pode-se perceber esses elementos na série de demissões promovidas pela empresa em 2008, devido a crise economia mundial, chegando a demitir 1300 trabalhadores em todo mundo e fazendo acordos de férias e pagamento de meio – salários com 5.550 trabalhadores. Esses embates entre trabalhadores não se dá apenas no Brasil, mas também, como será demonstrado na fase de internacionalização, em outros países, como o Canadá, a partir da aquisição da Inco.

A Vale foi privatizada em leilão realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro em 6 de maio de 1997, sob coordenação do BNDES, no qual houve participação do Consórcio Valecom (Grupo Votorantim) e o Consórcio Brasil (CSN, Litel Participações, Elétron S.A, *Sweet River Investments* e BNDESpar). Houve a alienação de 41,73% das ações ordinárias⁷⁴ do Governo Federal pelo valor nominal de R\$ 3,338 bilhões (ORGANIZAÇÕES, 2010; VALE, 2012), o que em valor real representa R\$ 12,2 bilhões⁷⁵. Outras etapas se constituíram na venda de ações para funcionários da CVRD, adquirindo-as por meio do Investivale (Clube de Investimentos dos empregados da Vale), consolidando 4,5% das ações ordinárias e 6,31% das preferenciais, e da venda das ações – alienação de 33% que ainda pertenciam ao BNDES e ao governo federal – nas bolsas de valores para investidores individuais, que poderiam ser adquiridas por meio do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Este processo de privatização foi e ainda é alvo de muitas críticas e debates pela sociedade, visto que foram subestimadas não apenas jazidas da Companhia, mas também seus empreendimentos, posses e empresas coligadas (BOSSI, 2009; GODEIRO, 2007; UCHOAS, 2009; ZAGALLO, 2010).

Segundo Godeiro (2007) e Zagallo (2010) foram rebaixados os valores das reservas de minério da companhia, no ano de 1996, não demonstrando as reais posses da empresa, o que consolidou o baixo valor de venda. Os autores apresentam que a empresa nos anos seguintes atingiria lucros paritários com o valor de venda, como se pode notar o lucro líquido da empresa no ano de 1997 foi de R\$ 756 milhões em valor nominal, que representa algo em torno de 22% (um quinto) do valor de venda da Companhia (VALE, 2012).

Apenas a título de demonstração, como um contraponto, no ano de 2012, que representou uma redução nos lucros médios da empresa, o resultado operacional atingiu R\$ 18,6 bilhões enquanto o valor real de venda foi de R\$ 12,2 bilhões, ou seja, apenas o lucro do ano de 2012, foi superior ao valor de venda da empresa em 1997⁷⁶. Deve-se levar em

⁷⁴ Há dois tipos de ações que compõem a estrutura da Vale: as ações ordinárias, que garantem direito à voto das decisões da empresa e as ações preferenciais, que garantem preferência a esses acionista na distribuição dos dividendos da empresa.

⁷⁵ Foi efetuada a correção monetária sobre o valor de venda da companhia a fim de apreender o valor real, ajustou-se, assim, o valor nominal com base no Índice Geral de Preços no Mercado (IGPM) calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) para o mês de março de 2013, através da Calculadora do Cidadão, disponível na página eletrônica do Banco Central do Brasil <<http://www.bc.gov.br/?calculadora>>. É importante realizar essa atualização, para a comparação do valor de venda com os lucros da Companhia nos últimos anos, que muitos estudos realizam, no entanto, sem realizar a correção monetária, desconsiderando a valorização da moeda e os índices de preços.

⁷⁶ É importante destacar que essa informação tem apenas caráter ilustrativo, visto que a empresa passou por uma série de transformações e crescimento nos últimos anos.

consideração que pós-privatização o minério de ferro passou por um processo de valorização crescente, impulsionado principalmente pela demanda chinesa (ZAGALLO, 2010).

Na tabela 3 são apresentadas as reservas minerais da Vale em 1995 e 1996, demonstrando a diminuição da dimensão das jazidas do ano de 1995 para o ano de 1996, apresentada nos relatórios da própria empresa.

Tabela 3 – Reservas informadas pela Vale à U.S. Securities and Exchange Commission (SEC) por meio de formulário 20 – F, em milhões de toneladas

Reservas	Localização	1995	1996	Variação (%)
Provadas e prováveis	Carajás	4.970	1.875	-62%
	Minas Gerais	7.918	1.441	-82%
Subtotal		12.888	3.316	-74%
Inferidas e outras	Carajás	12.920	15.487	20%
	Minas Gerais	15.488	9.225	-40%
Subtotal		28.408	24.712	-13%
Total		41.296	28.028	-32%

Fonte: Adaptado de Zagallo, 2010

Pode-se notar valores mais baixos em quase todos os itens de 1996, com exceção de Carajás nas jazidas “inferidas e outras”. No que se refere às jazidas provadas e prováveis, que possuem maior peso na venda, considerando os estudos que as fundamentam, a redução foi de 84%, demonstrando a manipulação de informações para a construção do valor de venda da empresa. As irregularidades destacadas no processo de privatização não se centram apenas no rebaixamento das dimensões das jazidas, mas na desconsideração dos setores de celulose e pesquisa, na tecnologia e nos bens de propriedade intelectual, na participação da empresa em uma série de *joint ventures* e outras companhias.

Outro ponto importante se trata do papel que o Banco Bradesco S.A. exerceu na avaliação da empresa para a privatização e no financiamento de um dos compradores do leilão, que se trata de um conflito de interesses no processo, visto que ao fazer avaliação do valor da empresa e participar, por meio de financiamento do processo de compra, coloca em dúvida a idoneidade de todo o processo. Mas o ponto crítico é referente ao fato de que no ano de 2001, o Banco Bradesco passa a fazer parte do bloco de controle da empresa, possuindo

em 2012 21,21% das ações do Valepar, acionista majoritária da companhia, com 52,7% das ações ordinárias (VALE, 2013).

Voltamos assim, para a compreensão dos sujeitos que passam a ter controle da Vale a partir da privatização: a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a Litel Participações, Elétron S.A, *Sweet River Investments* e BNDESpar. Centremos nossa atenção na Litel Participações S.A., que tem como acionistas o Previ (Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil), com 78,4%, a Funcef (Fundação dos Economistas Federais), com 12,82%, o Petros (Fundação Petrobras de Seguridade Social), com 7,74% e a Fundação Cesp detém 1,046%⁷⁷.

Essa situação possibilita refletir sob conceito de luta de classes e como esta se coloca no atual momento de capital financeiro e sistema de ações, levando em consideração que o maior acionista da Vale é o Previ, constituído também por trabalhadores, demonstrando assim, um conflito intra-classe que impõe maiores reflexões acerca do capitalismo e suas estratégias de cooptação e diferencial social de trabalhadores.

O início da década de 1990 assistiu, portanto, a uma situação insólita: a presença de lideranças sindicais da mesma central (CUT) nas manifestações de repúdio à privatização, enquanto outros integrantes atuavam como partícipes de leilões privatizantes, integrando os conselhos dirigentes dos Fundos de Pensão (FONTES, 2009, p.240)

Podendo inferir também, não só no caso da Vale, mas também de outras empresas, que os fundos de pensão estatais brasileiros apresentam um papel extremamente importante na concentração e centralização de capitais no país e uma interpenetração de capital entre grupos financeiros e industriais, ponto central no processo de monopolização. Sendo este no nosso entender um importante tema de pesquisa, visto trazer determinações na composição das classes trabalhadoras, e nos possíveis conflitos intraclases, a partir da aquisição de parcela expressiva de empresas capitalistas também por trabalhadores, determinando a apropriação de parte da mais-valia de outros trabalhadores, sob a forma de remuneração ao acionista, por trabalhadores de outras empresas, como os funcionários do Banco do Brasil, Petrobras e Caixa Econômica Federal. O que determina elementos de como pensar a questão da consciência de classe, da tomada da classe-para-si, no contexto capitalismo contemporâneo.

O controle sobre os grupos industriais pelos fundos de pensão e de investimentos é marcado pela lógica financeira de lucros rápidos, o que resulta na venda de ativos considerados não estratégicos e, portanto, no

⁷⁷ Esses dados são referentes ao Relatório da Companhia do ano de 2012 (VALE, 2013).

fortalecimento do processo de centralização do capital (SPOSITO, 2012, p.33)

Assim é importante notar que apesar da privatização e de um repasse dos lucros da empresa para os acionistas, o Estado brasileiro ainda tem grande participação nas decisões da Companhia, por meio dos fundos de pensão de estatais, pelo BNDESpar, que possui não só ações na Valepar (11,51%), mas também ações ordinárias diretas (6,3%) e pelo conjunto de 12 ações preferenciais, *goldenshares*⁷⁸ (VALE, 2013). No entanto, há embates entre a empresa e o Estado, principalmente referente aos lucros da empresa no exterior, às questões relacionadas ao licenciamento ambiental, embates na discussão trabalhista, entre outros que advém da contradição entre a lógica capitalista e a lógica territorial de poder.

2.5.Internacionalização (1997-hoje)⁷⁹

Por fim, adentra-se no último período no histórico da Vale e um dos mais determinantes do ponto de vista dos conflitos entre a empresa e as comunidades “atingidas” por seus empreendimentos. Isto se deve ao processo de internacionalização da empresa, que passa a possuir projetos em inúmeros países: Canadá, China, Moçambique, Argentina, Colômbia, Chile, Austrália, Omã, Guiné, Zâmbia, Indonésia, Japão, Malásia, entre outros. É importante destacar que esse processo de internacionalização da empresa se dá concomitante ao processo de internacionalização das lutas em oposição ao seu processo de territorialização, consolidando, em 2010, a “Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale”, articulação de inúmeros movimentos sociais, sujeitos, organizações e atingidos por mineração (WANDERLEY, 2011).

⁷⁸Que se tratam de ações de classe preferencial, e que conferem a União o poder de veto sobre qualquer ação proposta com relação aos seguintes pontos: “mudança do nome da empresa; a mudança na localização da sede da empresa; eventuais mudanças de objetivo da empresa no que se refere a atividades de mineração; eventual liquidação da empresa; qualquer alienação (sic) ou encerramento das atividades de uma ou mais das seguintes etapas dos sistemas integrados de mineração de minério de ferro da empresa: depósitos minerais, jazidas, minas, ferrovias, portos e terminais marítimos; quaisquer alterações nos direitos atribuídos às espécies e classes das ações emitidas pela empresa e; quaisquer alterações dos direitos atribuídos pelo Estatuto Social da empresa para a classe especial de ações preferenciais” (MINEIRO, 2011, p.2).

⁷⁹ Para compreender esse período é importante se ter em vista o quadro dos principais acionistas da empresa (ações ordinárias) atualmente: Valepar com 52,7% (subdividida em Litel com 49%; Eletron S.A. com 0,03%; Bradespar S.A. com 21,21%; Grupo japonês Mitsui com 18,24% e BNDESpar com 11,51%); BNDESpar com 6,3%, e Aberdeen Asset Management e Diretores e executivos como grupo com menos de 1% cada um. O resto das ações ordinárias (39,6%) estão disponíveis para negociação nas bolsas (Bovespa, NYSE e LATIBEX), dos quais 29,5% pertencem a investidores não brasileiros e 10,1% a investidores brasileiros.

Assim, para apresentação das transformações na empresa desse período, devido à complexidade do dinamismo nessas transformações, optou-se por dividir em: a) ações no território brasileiro, e b) expansão geográfica internacional, consolidando os projetos e empreendimentos por área de atuação: minério de ferro, carvão, níquel, fertilizantes, cobre e logística. Quando necessário acrescentou-se informações adicionais e se apresentou dados nacionais e internacionais conjuntamente para a maior compreensão dos empreendimentos e suas determinações territoriais.

É importante destacar que grande parte dos investimentos realizados nesse período tem como órgão financiador o BNDES, que passa a ser o principal financiador, a partir do início do governo Lula (2003), do crescimento e expansão internacional das empresas brasileiras, consolidando assim as *global players*, principalmente vinculadas a setores que propiciam um superávit na balança comercial brasileira, em sua maioria a partir de empresas produtoras e exportadoras de *commodities* (TAUTZ, 2010).

No que tange a Vale o BNDES têm um papel central na expansão geográfica que a empresa consolidou durante o período, recebendo uma série de repasses do Banco, como a aprovação de uma linha de créditos de até R\$ 7,3 bilhões nominais para a empresa no ano de 2008, para consolidação de seu projeto de investimento no Brasil. Na tabela 4 é apresentado o volume de repasses do BNDES a empresa e a suas subsidiárias diretas, a partir de 2008⁸⁰, na qual é possível observar que há disponibilização de R\$ 15.763.623.806 para a empresa e suas subsidiárias, sendo R\$ 12.888.988.778, transferidos diretamente para a Vale. Esses empréstimos têm como finalidade a aplicação do plano de investimentos da companhia, contemplados na linha de crédito de R\$ 7,3 bilhões, se desdobrando em investimento nas áreas de mineração em Carajás, com o projeto S11D e Itabira, e principalmente investimentos na área de logística, com ampliação da EFC e sistemas de transporte de cargas no Porto em São Luis.

⁸⁰ Utilizou-se para compor esse quadro as consultas as operações diretas do Banco, disponíveis na página do banco na internet. Os dados apenas são apresentados a partir de 2008, pois o BNDES não disponibiliza informações específicas ao período anterior.

Tabela 4 - Repasses do BNDES para a Vale e subsidiárias (2008-2012)

Ano	Empresa	Descrição do Projeto	UF	Data de contratação	Valor nominal (R\$)
2008	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	IMPLANTAÇÃO DA UHE ESTREITO, COM CAPACIDADE INSTALADA DE GERAÇÃO DE 1.087 MW, LOCALIZADA NO TRECHO MEDIO DO RIO TOCANTINS, ENTRE OS MUNICÍPIOS DE ESTREITO-MA, PALMEIRAS DO TOCANTINS-TO E AGUIARNOPOLIS-TO, BEM COMO DO SEU RESPECTIVO SISTEMA DE TRANSMISSAO ASSOCIADO (PROJETO NO AMBITO DO PAC).	TO	11/3/2008	808.350.800
	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	CAPITALIZAÇÃO	RJ	08/07/2008	798.374.131
	VALEPAR AS	CAPITALIZAÇÃO	RJ	10/07/2008	1.066.860.294
	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTO DO GRUPO PARA OS PROXIMOS CINCO ANOS.	ES	18/12/2008	1.198.116.864
	COMPANHIA VALE DO RIO DOCE	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE INVESTIMENTO DO GRUPO PARA OS PROXIMOS CINCO ANOS.	PA	18/12/2008	1.484.498.876
2009	VALE S/A	IMPLEMENTACAO DO PLANO DE INVESTIMENTO DO GRUPO PARA OS PROXIMOS CINCO ANOS.	PA	09/04/2009	1.127.598.171
	VALE S/A	CONSTRUCAO PELO ESTALEIRO DETROIT BRASIL LTDA. DE UM REBOCADOR DB 3200/75(MEDIA ROTACAO) 75 TTE; 5 REBOCADORES DB 3200/75 DE 75 TTE; 5 REBOCADORES RAMPART2500, DE 55 TTE; E QUATRO REBOCADORES ASD 2450, DE 45 TTE.	SC	24/11/2009	175.470.903
	LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL SA	AMPLIAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO TERMINAL MULTIMODAL DE CAMACARI - TERCAM, LOCALIZADO NA BA, POR MEIO DA CONSTRUÇÃO DE UM NOVO ARMAZÉM DE 20.000 M2, AMPLIAÇÃO DO PÁTIO DE CONTÊINERES E ADEQUAÇÕES EM SUA INFRAESTRUTURA.	BA	27/11/2009	25.184.367
	LOG-IN LOGÍSTICA INTERMODAL SA	CONSTRUÇÃO, PELO ESTALEIRO EISA, DE 2 EMBARCACOES DO TIPO GRANELEIRO, PARA CARREGAMENTO DE BAUXITA, COM CAPACIDADE DE 80.100 TPB CADA.	RJ	06/12/2009	287.506.293
2010	VALE S/A	AQUISIÇÃO DE UM SISTEMA DE MANUSEIO DE ESTÉRIL PARA ATENDIMENTO A MINA N4E, NO COMPLEXO DE CARAJAS, EM PARAUAPEBAS(PA), E AQUISIÇÃO DE DOIS CARREGADORES DE NAVIOS E DE UM SISTEMA DE TRANSPORTE E MANUSEIO DE CARGAS PARA ATENDIMENTO AO PROJETO PIER IV, EM SÃO LUÍS (MA).	MA	29/06/2010	49.156.089
	VALE S/A	AQUISIÇÃO DE UM SISTEMA DE MANUSEIO DE ESTÉRIL PARA ATENDIMENTO A MINA N4E, NO COMPLEXO DE CARAJAS, EM PARAUAPEBAS(PA), E AQUISIÇÃO DE DOIS CARREGADORES DE NAVIOS E DE UM SISTEMA DE TRANSPORTE E MANUSEIO DE CARGAS PARA ATENDIMENTO AO PROJETO PIER IV, EM SÃO LUÍS (MA).	PA	29/06/2010	85.971.308
	VALE FERTILIZANTES S/A	EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE ÁCIDO FOSFÓRICO E SULFÚRICO, RESPECTIVAMENTE, PARA 905 MIL T/ANO E PARA 2.593 MIL T/ANO NA UNID. INDUSTRIAL DE UBERABA(MG), BEM COMO EXPANSÃO DA PRODUÇÃO DE CONCENTRADO FOSFÁTICO EM TAPIRA(MG) E CATALÃO(GO), EM 117 MIL E 65 MIL T/ANO, RESPECTIVAMENTE.	MG	27/10/2010	246.636.000
	VALE SOLUÇÕES EM ENERGIA S/A VSE	DESENVOLVIMENTO DE FAMÍLIA DE TURBINAS FLEX (GAS/ETANOL), COMPATÍVEL COM O USO DE BIOCOMBUSTÍVEIS E APLICÁVEL EM TURBOGERADORES ELÉTRICOS QUE SE TORNEM COMPETITIVOS NO MERCADO MUNDIAL.	RJ	21/07/2010	50.000.000

	VALE SOLUÇÕES EM ENERGIA S/A VSE	INVEST.EM PARCERIA COM A CVRD, EM ATIV. DE P&D PARA O DESENVOLV. DE TECNOL., EQUIP. ESIST. DE GERAÇÃO DE ENERGIA, ABRANGENDO A IMPLANT. DE UM CT DE DESENVOLV. TECNOL.EM ENERGIA (CDTE), EM S.JOSE DOS CAMPOS-SP E DE FÁBRICA DESTINADA A FASE DE INDUST. DOS RESULTADOS DOS DESENVOLV. TECNOL.	SP	16/06/2010	32.784.313
2011	VALE S/A	AQUISICAO DE SISTEMA DE MANUSEIO E TRANSPORTE, DENOMINADO 5A LINHA DE EMBARQUE, QUE SERA INSTALADO NO TERMINAL MARITIMO DE PONTA DA MADEIRA-TMPM (SAO LUIS-MA), PARA ATENDIMENTO DO PROJETO PIER IV.	MA	25/03/2011	102.536.220
	VALE S/A	EXPANCAO DO BENEFICIAMENTO DE MINério DE 12 MILHSES T/ANO PARA 24 MILHSES T/ANO, PRODUZINDO 100 MIL T/ANO ADICIONAIS DE COBRE CONTIDO EM CONCENTRADO. PROJETO LOCALIZADO NO INTERIOR DA FLORESTA NACIONAL DO TAPIRAPÊ-AQUIRI, NA SERRA DE CARAJÁS, MARABÁ (PA)	PA	20/12/2011	776.684.216
	MRS LOGISTICA S A	AQUISICAO DE 44 LOCOMOTIVAS TIPO AC44, QUE SERAO FABRICADAS NA PLANTA DE CONTAGEM, EM MINAS GERAIS.	RJ	29/03/2011	113.436.000
2012	VALE S/A	INVESTIMENTOS NA ESTRADA DE FERRO CARAJAS (EFC) COM AUMENTODE CAPACIDADE, RAMAL FERROVIARIO PARA LIGACAO A EFC, AQUISICAO DE VAGOES, AMPLIACAO DO TERMINAL FERROVIARIO DA PONTA DAMADEIRA (TFPM) E AMPLIACAO DO TERMINAL MARITIMO DA PONTA DAMADEIRA (TMPM), DENOMINADO PROJETO CLN 150	IE	24/09/2012	1.320.721.000
	VALE S/A	INVESTIMENTOS NA ESTRADA DE FERRO CARAJAS (EFC) COM AUMENTODE CAPACIDADE, RAMAL FERROVIARIO PARA LIGACAO A EFC, AQUISICAO DE VAGOES, AMPLIACAO DO TERMINAL FERROVIARIO DA PONTA DAMADEIRA (TFPM) E AMPLIACAO DO TERMINAL MARITIMO DA PONTA DAMADEIRA (TMPM), DENOMINADO PROJETO CLN 150	IE	24/09/2012	2.562.235.000
	MRS LOGISTICA S A	AQUISICAO DE 87 LOCOMOTIVAS E 2.936 VAGOES ATE 2015.	IE	01/10/2012	466.074.000
	MRS LOGISTICA S A	INVESTIMENTOS EM VIA PERMANENTE, QUE INCLUEM ACONSTRUCAO DE VIA DEDICADA A CARGA NO TRECHO ENTRE ITAQUAQUECETUBA E SUZANO; VIA DEDICADA NO TRECHO MOOCA E RIO GRANDE DA SERRA E AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE DESCIDA DA SERRA DO MAR.	SP	10/10/2012	456.216.000
	LOG-IN LOGISTICA INTERMODAL SA	CONSTRUCAO DE 5 NAVIOS DO TIPO "FULL CONTAINER", COM CAPACIDADE DE CARGA ESTATICA DE 2.700 TEU* CADA, A SEREM CONSTRUIDOS PELO ESTALEIRO EISA, NO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO. *(TWENTY FOOT EQUIVALENT UNITY)	RJ	09/11/2012	41.302.761
	VALE FERTILIZANTES S/A	EXPANSAO DA PRODUCAO DE ACIDO FOSFORICO E SULFURICO, RESPECTIVAMENTE, PARA 905 MIL T/ANO E PARA 2.593 MIL T/ANO NA UNIDADE INDUSTRIAL DE UBERABA - MG, BEM COMO EXPANSAO DA PRODUCAO DE CONCENTRADO FOSFATICO EM TAPIRA - MG E CATALAO - GO, EM 117 MIL E 65 MIL T/ANO, RESPECTIVAMENTE (E SUPLEMENTACAO).	MG	19/10/2012	88.635.000
	VALE S/A	MODERNIZAÇÃO DO COMPLEXO PRODUTIVO DE ITABIRA	MG	18/12/2012	3.207.626.000
				Total	15.763.623.806
				Total Direto	12.888.988.778
				Total coligadas/subsidiárias	2.874.635.028

Fonte: BNDES,2013 Organização: Gustavo Vitti

Fonte: BNDES,2013 Organização: Gustavo Vitti

2.5.1. Ações no território brasileiro

No que tange ao processo de territorialização e de transformação da companhia em território brasileiro têm-se nesse período alguns elementos determinantes, principalmente no que se refere às aquisições e aos desinvestimentos. A empresa passa, portanto, por uma mudança em sua estrutura produtiva centralizando suas ações no setor de minérios e em setores de base para sua produção, como energia e logística. Desfaz-se, assim, no ano de 2002, de seus ativos em celulose e eucalipto da FRDSA no Espírito Santo (39,7 mil ha) e Minas Gerais (8 mil ha), vendendo-os para a Aracruz Celulose S.A. e para a Bahia Sul Celulose.

A centralização no setor de minérios é concomitante a diversificação de sua pauta de exportação, passando a explorar, como já destacado, níquel, cobre, manganês e minérios como fosfato e potássio para fertilizantes.

No que se refere ao minério de ferro a expansão se realiza tanto na exploração, com a ampliação da produção das minas e concretização de novas minas, como no beneficiamento, com aumento das usinas pelotização, processos que se consolidam por aquisições de empresas e por projetos de crescimento orgânico (*greenfields*).

As aquisições se centram na consolidação de 63% do capital total do Grupo Belgo-mineira e 79% do capital votante da Samitri, e participando de 50% do capital da Samarco Mineração S.A. com a BHP Billiton (também com 50%), em 2001 (VALE, 2003; VALE, 2007). Por meio disso a Vale passa a contar com duas usinas pelotizadoras no Terminal Marítimo de Ponto de Ubu em Anchieta (ES) e minas no complexo Alegria (MG) e um minério duto de 396 km, que liga as minas ao porto. Conjuntamente se dá a aquisição de 100% das ações da Ferteco Mineração por US\$ 566 milhões, passando a possuir duas minas em Minas Gerais, Fábrica e Feijão e uma usina de pelotização também em Minas Gerais. A Ferteco era proprietária de 10,5% da MRS Logística S.A. que operava a Malha regional sudeste RFFSA, no total de 1612 km, nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e administrava também o Terminal da Companhia Portuária da Baía de Sepetiba e da Ilha Guaíba no Rio de Janeiro, que passaria a ser um importante porto do ponto de vista logístico para a Companhia, consolidando o denominado sistema sul da empresa. Agrega-se também a aquisição da Socoimex no ano de 2000, com a mina de Gongo Soco, no quadrilátero ferrífero (MG), com hematitas de alto teor.

Outra aquisição no setor de minério de ferro se tratou de 50% das ações ordinárias e 40% das ações preferenciais da Caemi em 2003, por US\$ 426,4 milhões, passando a possuir 100% o capital votante e 60% do capital total da empresa (VALE, 2004). No ano de 2006 realiza-se a fusão acionária entre a Vale e a Caemi, tornando-se, assim, a última subsidiária integral da empresa. Consolida por meio dessa aquisição sua posição de maior produtora e exportadora de minério de ferro, visto que a Caemi possuía ações da Mineração Brasileira Reunidas (MBR) e também da empresa de logística MRS.

Passa a possuir, a partir de 2006 os ativos da Rio Verde Mineração, como terras, equipamentos de exploração e recursos minerais, no município de Nova Lima (MG), por meio de compra no valor de US\$ 47 milhões (VALE, 2007).

A empresa também passa a agir por meio de sua controlada MBR⁸¹, em minas no estado de Minas Gerais nos Complexos do Pico, Vargem Grande e Paroapeba, com minas e usinas de beneficiamento entre elas a Mina Capão Xavier⁸², no município de Nova Lima, foco de conflito entre populações e empresa. Esses complexos, que estariam integrados no Sistema Sul da empresa, são embarcados no terminal marítimo na Ilha Guaíba, na baía de Sepetiba (RJ) e transportados por meio da malha ferroviária (Ferrovia Centro Atlântica – FCA) da MRS Logística.

A expansão geográfica se realiza também na região centro-oeste, que viria a concretizar o Sistema Centro-Oeste da empresa, por meio da aquisição de 100% das operações da Rio Tinto em Corumbá, Mato Grosso do Sul (MS), em 2009, consolidando assim uma mina de exploração de minério, a mina Corumbá⁸³ e ativos em logística em MS e no Paraguai, por meio de ferrovias da America Latina Logística (ALL) e três portos fluviais.

⁸¹ Em 2007 a Vale possuía 49% da MBR, enquanto a Empreendimentos Brasileiros de Mineração (EBM), da qual a Vale possuía 80% das ações, detinha 51% da MBR. Para consolidar sua posição nessa importante empresa a Vale adquire 6,25 do capita da EBM e realiza um acordo de usufruto que lhe garantia o benefício sobre os outros 13,75% das ações da empresa para os próximos 30 anos. Passa a controlar integralmente a MBR no fim de 2007, portanto.

⁸² A exploração da Vale na região das Minas Centrais desdobra inúmeros conflitos com as populações, sendo dois casos elucidativos a questão da Mina Capão Xavier e da Serra da Gandarela, por meio do Projeto Apolo. A principal questão destacada pelos atingidos (ORGANIZAÇÕES, 2010) se trata da questão do abastecimento de água, com diminuição do nível da água na região, devido as minas estarem localizadas em áreas de manancial e de aquífero. Estas questões engendram o Movimento Capão Xavier Vivo, através de manifestações, ato públicos e de ações civil públicas protocoladas no Ministério Público Federal, referentes as determinações impostas e aos impactos sócio-ambientais, como destruição de vegetação nativa da região, destruição de grutas (patrimônios naturais), entre outros problemas como trincas nas casas próximas devido as detonações nas minas e doenças respiratórias causadas pelo material particulado emitido pela extração de minério de ferro.

⁸³ Os atingidos destacam também em relação à exploração da Vale em Corumbá, impactos referentes ao abastecimento de água, derivados do soterramento do córrego urucum em 2002. Dessa forma 138 saíram da região devido a impossibilidade de subsistência e venderam suas terras para a empresa e os que resistem e

As ações da companhia em minério de ferro não se centram apenas na exploração do minério, mas por um crescimento na participação em usinas de beneficiamento e pelotização, bem como na produção de ferro-gusa no Maranhão, com utilização de plantações próprias de eucalipto no estado, para a produção de carvão vegetal, que se desdobram numa série de determinações sobre as populações residentes no entorno das usinas guseiras, principalmente no que se refere à qualidade do ar, como produção de gases tóxicos, cinzas e fuligens que causam uma série de problemas respiratórios. Problemas respiratórios e de pele que atingem 41% da população do bairro Piquiá de Baixo, composto por 350 famílias, em Açailândia (MA) (ARTICULAÇÃO, 2012; MADEIRA FILHO, 2012), além da poluição de rios, como o riacho Piquiá, determinando assim uma série de transtornos para as populações do bairro Piquiá de Baixo e da Fazenda Califórnia, na região de Açailândia (MA) (BOSSI, 2009; ORGANIZAÇÕES, 2010).

Em 2012 suas usinas de pelotização no Brasil estavam situadas no ES, no terminal marítimo de Tubarão e nas usinas controladas pela Samarco no Porto de Ubu, em Minas Gerais, no sistema sul por meio da mina Fábrica e Vargem Grande e em São Luis (MA), no Porto Madeira. A empresa conta também com produção de aço no Rio de Janeiro por meio ThyssenKrupp CSA Siderúrgica do Atlântico Ltda. (TKCSA), com participação em 2009 de 26,87%..

É importante destacar, dentro das transformações decorrentes da exploração de minério de ferro, a expansão da exploração na região de Carajás, com o início da extração na serra sul, no projeto denominado Serra Sul S11D, que tem capacidade nominal de 90 m/p/a após três anos do início de suas instalações previstas para o ano de 2016. O projeto consiste não só na construção das instalações na área da mina, mas também de um projeto de duplicação da EFC e expansões no Terminal Marítimo de Ponta da Madeira, prevendo o aumento do Sistema Norte (minas da região de Carajás – EFC – Terminal Ponta da Madeira) para 230 m/t/a, com investimentos estimados em US\$ 11,4 bilhões, grande parte financiados pelo BNDES⁸⁴.

permanecem sobrem a falta de água e com o uso de água contaminada. Outras determinações na região se dão sobre a comunidade rural Antonio Maria Coelho, que além da falta de água sofrem pressão para a saída da região, destruição das suas plantações pela falta da água, poluição do ar, especulação imobiliária e acidentes de trabalho (ORGANIZAÇÕES, 2010).

⁸⁴ No dia 23 de agosto de 2012 o banco aprovou o repasse de R\$ 3,9 bilhões para a Vale investir em logística no Pará e Maranhão, para a ampliação da exportação de minério de ferro no Sistema Norte (BNDES, 2012).

Algumas das determinações às populações do Sistema Norte já foram apresentadas ao tratarmos do Projeto Ferro Carajás, mas para além dos desdobramentos fundiários e populacionais, algumas informações são destacadas pelos atingidos, como poluição do Rio Itacaiunas, poluição e represamento de igarapés, destruição de castanheiras e no âmbito social a prostituição infantil, decorrentes dos novos projetos, não só relacionados ao minério de ferro, mas também a exploração de Cobre através do Projeto Salobo, em Parauapebas (PA). Essas ações se dão também em Marabá (PA) sobre o assentamento Belo Vale com a desapropriação de lotes para ampliação do distrito industrial da cidade, bem como o embate em São Luís (MA) para consolidação de um projeto siderúrgico, com uma usina de pelotização, que tem sido em parte inviabilizado devido a ação das populações “atingidas” (ORGANIZAÇÕES, 2010).

No caso específico do Projeto S11D, as determinações se dão principalmente a partir da duplicação da EFC e do projeto do projeto mineral em si, afetando as comunidades, rurais, urbanas, quilombolas e Indígenas nas margens da Ferrovia e as comunidades rurais e a população do município de Canaã dos Carajás (PA). Determinando, além do já destacado crescimento populacional devido a grande demanda de emprego, transformações sobre as comunidades rurais que desestruturam todas as suas relações de produção e comunitária. Sendo um caso emblemático a comunidade de Vila Mozartinópolis, conhecida como Racha Placa, localizada em área estratégica ao projeto, para a construção de uma ferrovia que ligue o projeto Sossego a mina Serra Sul, no qual a empresa comprou as áreas agrícolas em torno, cercando a comunidade, além de um processo de desestruturação interna, a partir da aquisição dos prédios das igrejas neo-pentecostais, com posterior destruição, bem como de comércios locais e escolas. Determinando, assim, o processo de territorialização da empresa, que se faz a partir da desconstrução do território das comunidades, tornando a vivência impossível, nos lugares de seu interesse.

A empresa para consolidar o projeto, que consiste na construção de 46 novas pontes e 23 viadutos, tenta fragmentá-lo para ter as licenças ambientais aprovadas. No entanto, sua concretização se faz frente à remoção de 1168 “interferências⁸⁵”, intituladas pela empresa, como cercas, casas, quintais, plantações e inclusive povoados inteiros, com necessidade de

⁸⁵O conceito pode muito bem ser associado à ideia de vazio demográfico que foi sendo consolidado nas estratégias de expansão e ocupação territorial no Pará, mas reflete mais que isso, a dimensão espacial como sobreposição à dimensão territorial dos sujeitos efetivamente expropriados e desterritorializados, dada a projeção espacial (intencionalidade) da Vale que se territorializa.

remoção de 200 famílias, atingindo camponeses, quilombolas e indígenas. Mais uma vez temos em vista a territorialização do capital frente à desterritorialização dos sujeitos, que não se dá sem conflitos, com inúmeras ações civis contra a empresa (ZONTA, 2011). Essa expansão se desdobrará conflitos na região e problemas como prostituição e expansão demográfica análogos aos que ocorrem nos anos de 1980, decorrente da instalação do Projeto Carajás, consideradas as devidas proporções.

Outro ponto emblemático dos embates com a empresa, tratam-se das siderúrgicas, que em muitos casos são bem vistas pela sociedade por verticalizarem a produção em território nacional, sendo alvo portanto de uma série de ações das elites locais frente a Vale, solicitando a instalação de projetos como a Aços Laminados do Pará (ALPA) – em discussão a muitos anos- em Marabá (PA), local onde se localiza uma grande empresa siderúrgica que apesar de uma série de conflitos comerciais, estabelece relação com a Vale, a Sinobras. Neste ponto é importante destacar, pois já foi alvo de conflitos entre as comunidades locais e a empresa, a construção da Companhia Siderúrgica do Pecém, na cidade de São Gonçalo do Amarante no Ceará (CE), da qual a Vale detém 50% do projeto, pertencendo a outra parte a duas empresas sul-coreanas.

Como salientado as transformações no quadro operacional da empresa se situam também na exploração de cobre, níquel, manganês, alumínio⁸⁶ e fertilizantes. No que tange ao cobre em território brasileiro há dois projetos de extração, ambos na região de Carajás. O primeiro se trata do Projeto Sossego⁸⁷ que passou a estar sob o controle integral da Vale no ano de 2011, com dispêndio de US\$ 42,5 milhões na aquisição dos ativos da Phelps Dodge. A produção tem início no ano de 2004 no município de Canaã dos Carajás (PA), a partir do qual o minério é levado até Parauapebas para transporte até São Luis por meio da EFC. O Projeto Sossego passa a contar em 2008 com uma Usina Hidrometalúrgica para a produção de produtos diversificados de cobre, como catodo de cobre.

O Projeto Salobo, localizado no município de Marabá (PA), próximo a divisa com Parauapebas (PA), tem como data de início a aquisição do controle integral da Salobo Metais pela Vale, antes pertencente a Anglo America, no valor de US\$ 50,9 milhões. Teve sua inauguração no segundo semestre de 2012, com uma produção de 13 mil toneladas métricas,

⁸⁶Optou-se para não descrever as atividades relacionadas à produção de alumínio devido já ter-se apresentado as principais determinações relacionadas a Barcarena e Paragominas e visto que foram transferidas a norueguesa NorskyHydro, em 2011, os ativos de bauxita, alumina e alumínio da Companhia, recebendo em troca US\$ 503 milhões e 22% das ações ordinárias da NorskyHydro.

⁸⁷ O projeto sossego também explora o ouro presente conjuntamente com o cobre.

mas com previsão de 100 mil toneladas na primeira fase e 200 mil na segunda, produzindo também ouro, com uma previsão de oito toneladas/ano (VALE, 2013).

Esses projetos vinculados a extração de cobre determinam grandes problemas para as populações localizadas em suas proximidades. Os sujeitos atingidos se localizam na Vila Bom Jesus, em Canaã (PA), a dois quilômetros da mina Sossego, constitu em cerca de 900 pessoas e os principais problemas destacados são:

grande quantidade de poeira dos veículos da empresa ou contratadas que transitam pela vila; os ruídos, fumaça, poeiras e odores, causados pela detonação de explosivos na mina; alagamento das plantações e residências à medida que foram instalados diques para proteger a cava da mina e formado as montanhas de rejeitos, que não permitem a passagem normal das águas, principalmente no período chuvoso; stress em animais, principalmente em aves, provocando a perda de fertilidade; a proibição da pesca no rio Paraupebas(sic), pelos guardas armados da Vale; prisão de pessoas que tentam pescar no rio Paraupebas(sic), por guardas da Vale e entregues para a policia civil de Canaã dos Carajás, que cobrariam dinheiro pela posterior liberação; casas com paredes trincadas e pisos deteriorados pela trepidação causada pelos explosivos usados na mina; contaminação da água do poço artesiano onde é feita a captação de água para atender a vila; casos de doenças aparecidos nos últimos anos provenientes possivelmente pela poluição do ar e da água (ORGANIZAÇÕES, 2010, p.44-45)

Outros sujeitos afetados pelos empreendimentos de cobre da Vale em Carajás estão localizados nas vicinais VS-45 e VS-40, que devido as obras para viabilização do Projeto Sossego, estão isolados, em alguns caso como na VS-40, as poucas famílias que permanecem estão sem energia e possibilidade de transporte. Esse problema de isolamento se estende para a Vila Serra Dourada, cercada por arames diante da aquisição de terras no entorno pela Vale, impossibilitando o transporte das famílias para o trabalho e para a escola, demonstrando a relação de apropriação do território, que pode se dar de maneira indireta, fazendo os sujeitos reivindicarem um melhor lugar para viver (ORGANIZAÇÕES, 2010). E também para a Vila Sanção, localizada nas proximidades do Projeto Salobo, Vila Planalto e para Vila Mozartínópolis.

Referente à exploração de níquel no Brasil a origem se dá a partir da aquisição pela Vale da Canadense Canico (mais uma aquisição no processo de internacionalização da empresa) no ano de 2005, consolidando assim o Projeto de níquel Onça Puma, também na região de Carajás, nos municípios de Ourilândia do Norte, Tucumã e Parauapebas, com uma mina e usina concretizadas por investimentos de US\$ 2,297 bilhões. Os investimentos da empresa em níquel fazem parte de sua estratégia de diversificação e vão se ampliar com a

aquisição da Inco, e tem o mercado internacional como principal foco, particularmente as siderúrgicas chinesas produtoras de aço inoxidável, para as quais o níquel é produto essencial.

A exploração de manganês da empresa se situa nos estados de Minas Gerais, por meio da mina do Morro da Mina em Conselheiro Lafaiete, Mato Grosso do Sul, por meio da mina Urucum, em Corumbá (exploração realizada pela Mineração Corumbaense Reunida – MCR) e Pará, por meio da Mina do Azul, no município de Parauapebas.

Por fim, ainda no escopo da diversificação horizontal, têm-se os investimentos da Vale no setor de fertilizantes. A empresa adentra no setor de fertilizantes devido à grande demanda do Brasil pelo produto, tendo como causa a expansão do agronegócio, passando a ter investimentos no Brasil, e em outros países, em cobalto, fosfato, potássio e nitrogênio.

No Brasil as maiores explorações estão centralizadas no fosfato e no potássio e os investimentos no setor têm origem em 1991, em um acordo com a Petrobras para extração de potássio no estado de Sergipe (SE), por meio da mina Taquari-Vassouras, com expansão nos anos de 2001 e 2012, por meio do desenvolvimento do projeto Carnalita, que conta com lavra e instalação de uma unidade industrial de beneficiamento, no município de Rosário do Catete. Outro passo que consolida o papel da empresa na produção de fertilizantes é a aquisição das operações de fosfato da Fosfértil e da Bunge pelo valor de US\$5,82 bilhões, realizando a fusão da Vale Fosfatos e da Vale Fertilizantes, subsidiária integral da empresa para operações no setor, no ano de 2011.

Possui, assim, unidades de produção de fertilizantes em São Paulo, no qual a Cajati opera em rocha fosfática e fosfato bi-cálcio, a Guará produz fertilizantes fosfatados e Cubatão (SP) fertilizantes fosfatos e nitrogenados, também havendo no porto de Santos (SP) um terminal específico para a movimentação de amônia, enxofre e fertilizantes a granel, consolidando um porto altamente especializado e unifuncional (ARROYO, 2001). Já em Minas Gerais há produção em Tapira, Uberaba, Patos de Minas e Araxá, de rocha fosfática e fertilizantes fosfatados, bem como desenvolvimento do Projeto Salitre, composto de mina de concentrados de fosfatos. Além de produção de exploração de rocha fosfática e fertilizantes fosfatados em Goiás, na unidade de Catalão e até o ano de 2012 no Paraná, área de produção que foi vendida para a Petrobras em dezembro desse ano por US\$ 234 milhões (VALE, 2013).

Definem-se, assim, as principais áreas de exploração e de ação da empresa no território brasileiro, presente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Sergipe, Espírito Santo, Pará, Maranhão, Mato Grosso do Sul e Goiás. É importante compreender esse

crescimento e diversificação da pauta de minério à luz da conjuntura internacional, de expansão econômica da China, que passa a ser a maior compradora dos minérios da Vale. Nesse sentido que se dá corolário da expansão geográfica nacional da exploração mineral o crescimento dos investimentos da empresa em logística, com expansão e melhoria de sua malha ferroviária e maior capacidade de exportação de seus portos.

A logística⁸⁸, definida como a segunda área de maior importância de investimentos da empresa, após o minério de ferro (VALE, 2012), destinando grande parte de seu capital para essas atividades, que se dividem principalmente no estabelecimento de ferrovias e de terminais portuários. Optou-se aqui por demonstrar, com base no relatório do ano de 2012, um quadro das principais empresas subsidiárias da empresa no setor de logística no Brasil, apresentando em seguida algumas informações adicionais na consolidação desses ativos.

Tabela 5 – Operações em logística no Brasil em 2012

Empresa	Negócios	Participação da Vale	
		Capital Votante	Total
Vale	Operações ferroviárias (EFCM e EFC), portuárias e de terminais marítimos		
VLI ⁸⁹	Operações ferroviárias, portuárias e de terminais em terra e marítimos	100%	100%
FCA	Operações ferroviárias	99,99%	99,99%
FNS	Operações ferroviárias	100%	100%
MRS	Operações ferroviárias	46,80%	47,60%
CPBS	Operações portuárias e de terminais marítimos	100%	100%
Transbarga Navegación ⁹⁰	Sistema fluvial no Paraguai e no Paraná	100%	100,00%

Fonte: Vale, 2013 Organização: Gustavo Vitti

Denota-se, na tabela 5, as operações no setor de logística, principalmente no âmbito ferroviário, controlando, por meio de concessão, as seguintes empresas/ferrovias:

a) a Estrada de Ferro Vitória a Minas, como já demonstrado, compõe o Sistema Sul da empresa, ligando as minas de minério de ferro no quadrilátero ferrífero ao porto de

⁸⁸ No campo da Logística a Vale consolida em 2002 o Centro de Excelência em Logística (CEL) que desenvolve tecnologias e treina funcionários de todas ferrovias da empresa, para melhorar suas operações.

⁸⁹ A Vale Logística Integrada (VLI) criada em 2011 é responsável pelas ações da empresa no negócio de carga geral, tendo grande papel na operação da FCA e da FNS, além de fornecendo soluções logísticas e operacionais em todas as ferrovias e portos administrados pela Vale. A empresa estuda vender partes de suas ações dessa empresa (30-50%), para assim garantir maiores financiamentos externos e centrar seus investimentos no setor de minérios.

⁹⁰ Optou-se por acrescentar os ativos no Paraguai devido a estarem relacionados às explorações no Mato Grosso do Sul

Tubarão, no ES. Possui 905 km de extensão, com concessão que vence em 2027, podendo ser renovada por 30 anos e desses 905 km, 601 são de vias duplas, possibilitando operação continua em direções oposta. Realizando transportes de indústrias manufatureiras e de produtos agrícolas, possui capacidade diária de transporte de 342.000 toneladas métricas. Consolidando importância no transporte de carga geral, com principal participação de produtos do agronegócio;

b) a Estrada de Ferro Carajás, extremamente importante para a compreensão das ações da Vale e de seus conflitos sócio-espaciais, que liga as minas do sistema norte e as exportações de cobre e níquel em Carajás ao terminal marítimo de Ponta da Madeira possui 892 km de extensão e como já demonstrado passará por um processo de duplicação por meio do Projeto S11D;

c) a Ferrovia Centro-Atlântica que opera uma rede de ferrovias na região centro-oeste com 8.023 km de extensão, nos estados do Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás e Distrito Federal. Conecta-se a EFVM na região de Belo Horizonte (MG) e em Vitória (ES), permitindo acesso também ao porto de Santos;

d) a Ferrovia Norte-Sul que opera um trecho de 720 km de extensão que se conecta à EFC em Açailândia, propiciando acesso ao porto em São Luis. Transporta principalmente carga geral, consolidando a ação da Vale no setor de logística para terceiros, transportando principalmente grãos da região centro-norte do Brasil.

e) MRS Logística, subsidiária da qual a Vale possui 47,6% do capital total, operando um trecho de 1.643 km, integrando os estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Integra as minas do sistema sul, na região das Minas Centrais ao terminal marítimo de Itaguaí controlado pela Companhia Portuária da Baía de Sepetiba (CPBS) e terminal marítimo de Ilha Guaíba.

No que tange às instalações portuárias, imprescindíveis para a internacionalização da empresa, destacam-se:

a) o Porto de Tubarão que possui uma área de 18 km² e localiza-se no Porto de Vitória, sendo composto por três terminais marítimos: i) terminal marítimo de minério de ferro, que dispõe de dois píeres, com capacidade de navio de até 400 mil toneladas de peso bruto, e possuindo áreas de armazenamento para 3,4 milhões de toneladas de minério; ii) terminal praia mole, destinado principalmente ao desembarque de carvão para as usinas

pelotizadoras da Vale e siderúrgicas, como já destacado e, iii) terminal de produtos derivados, fazendo transporte de carga geral, principalmente grãos e fertilizantes;

b) o Terminal Marítimo de Ponta do Madeira, contendo quatro píeres, com grandes investimentos durante esse período em crescimento, construção de novos píeres e pátios de estoque, podendo receber navios de até 420.000 toneladas de peso morto (TMP) e com capacidade de armazenamento de 6,2 milhões de toneladas métricas, que será expandida para 7,4, visto os investimento em logística derivados do Projeto S11D. Transporta, assim, minérios de ferro, manganês, cobre, níquel produzidos pela Vale, como soja em grãos e ferro-gusa para terceiros.

c) O Terminal Marítimo de Itaguaí e o Terminal Marítimo de Ilha Guaíba, localizados no Porto de Sepetiba e na baía de Sepetiba, respectivamente. Operados pela empresa e pela sua subsidiária CPBS, são centrais nas exportações de minério do sistema sul da empresa e são locais de embate e conflitos com sujeitos atingidos. Embates que se dão não só pelos portos, mas também pela TKCSA, localizada na área da baía de Sepetiba. Esses conflitos se estabelecem devido ao local ser área de residência de quilombolas e pescadores, bem como de outras comunidades tradicionais, que têm a sua subsistência impedida pelas ações da Vale e de suas coligadas. As principais críticas se centram na emissão de poluentes, ao assoreamento da baía devido a dragagem para comportar navios de maiores dimensões, impactando a pesca, bem como diversas denúncias referentes à irregularidades trabalhistas e ameaças aos trabalhadores, por meio de milícias contratadas ilegalmente para inibir mobilizações e investigações sobre as determinações da empresa (ORGANIZAÇÕES, 2010).

d) o Terminal Marítimo Inácio Barbosa em Sergipe, pertencente a Petrobras, que embarca principalmente coque de petróleo, fertilizantes produzidos pela Vale em Taquari-Vassouras e produtos agrícolas da região.

e) Terminal Marítimo de Santos, o Terminal Ultra-Fértil, especializado no embarque de fertilizantes, amônia e granéis sólidos, como já demonstrado.

No campo da infraestrutura⁹¹, isto é, dos capitais fixos controladas pela empresa e por suas subsidiárias temos definidos esses principais sistemas logísticos ou redes, como define

⁹¹ As ações da empresa também se desdobram nas ações da Log-In (criada com o fim da Docenave), da qual a empresa é responsável por 31,3% das ações. Esta realiza serviços portuários e transporte de contêineres, operando embarcações próprias e fretadas, através do Terminal Vila Velha (ES) e de terminais multimodais (VALE, 2013).

Castillo (2008), entendida enquanto “instrumento técnico e **político** viabiliza as estratégias de circular e de comunicar à distância” (CASTILLO, 2008, p. 7 [grifo nosso]).

Outro setor extremamente importante para o desenvolvimento da exploração de minérios da Vale, base para suas operações, se trata do setor de energia, do qual já tecemos algumas considerações no subcapítulo 2.3.. Abaixo segue um quadro, com as participações da empresa em Usinas Hidrelétrica, mais um vetor de determinações territoriais e desterritorialização.

Tabela 6- Usinas Hidrelétricas com Participação da Vale

USINA	POTÊNCIA INSTALADA (MW)	PARTICIPAÇÃO VALE	ÍNICIO OPERAÇÃO (1ª MÁQ)	LOCALIZAÇÃO
Igarapava	210	38,15%	jan-99	Rio Grande, MG/SP
Porto Estrela	112	33,33%	set-01	Rio Santo Antônio, MG
Funil	180	51,00%	jan-03	Rio Grande, MG
Candonga	140	50,00%	set-04	Rio Doce, MG
Aimorés	330	51,00%	jul-05	Rio Doce, MG
Amador Aguiar I	240	48,42%	fev-06	Rio Araguari, MG
Amador Aguiar II	210	48,42%	jul-07	Rio Araguari, MG
Foz do Chapecó	855	40,00%	out-10	Rio Uruguai, SC/RS
Estreito	1.087	30,00%	mar-12	Rio Tocantins, MA/TO

Fonte: Vale, 2012

Nota-se que grande parte das usinas se localiza em Minas Gerais, e todas são focos de inúmeros embates com movimentos sociais, promovendo desterritorialização e deslocamento de inúmeras pessoas, prática corrente na ação da empresa e de suas subsidiárias, como a Usina de Aimorés que causou uma série de transformações na reprodução da vida dos índios Krenak (BOSSI, 2009). No entanto, uma Usina Hidrelétrica que não está presente no quadro se trata da Usina de Belo Monte, em processo de implantação, na qual a Vale possui ações devido à posse de 9% do capital total da Norte Energia S.A., responsável pela implantação e operação da hidrelétrica (VALE, 2013). Esta hidrelétrica é causa de inúmeros conflitos e mobilizações por parte da sociedade, apresentando impactos e deslocamento sobre áreas de proteção ambiental e grupos indígenas.

A localização e territorialização dessas formas espaciais, “objetos técnicos”, se dá por meio de intencionalidades, intencionalidades dos sujeitos e agentes e não por uma “lógica dos territórios” (CASTILLO, 2008) (animismo territorial), territorialidades que impõe uma série de determinações ao se territorializarem.

2.5.2. Expansão geográfica internacional

Todos esses investimentos em território nacional estão aliados a uma política de internacionalização, a partir da diversificação de produtos e ampliação das exportações, principalmente para os países asiáticos, em especial a China. No entanto é no âmbito da consolidação de projetos e empreendimentos no exterior que a Vale se consolidará como uma empresa transnacional.

O processo de internacionalização, ou de expansão geográfica da empresa, se dá fortemente na primeira década do século XXI e está correlacionado com um expansionismo das empresas brasileiras com apoio estatal brasileiro, principalmente através do BNDES.

É possível dividir a expansão geográfica das empresas, na busca de ampliar as vantagens competitivas em três maneiras: a) internacionalização interna e *joint ventures*, b) aquisição de ativos no exterior, visando adquirir tecnologias, marcas conhecidas ou recursos naturais e c) expansão orgânica, através de investimentos *greenfields*, por meio de construção de novas unidades produtivas em outros países (SPOSITO, 2008)

A internacionalização da Vale perpassa pelas três formas de expansão internacional, primeiramente agindo por meio de *joint ventures* com empresas dos países compradores, após adquirindo empresas e ativos no exterior e por fim realizando investimentos próprios, por meio de crescimento orgânico.

A inserção das empresas no exterior, com crescimento de projetos e ativos se insere em um processo maior de expansão espacial do capital, adentrando em formações sócio-espaciais que permaneciam à margem⁹² das relações capitalistas de produção, desestruturando assim antigas relações em benefício da acumulação de capital.

É nesse contexto que inserimos a consolidação da territorialização da empresa Vale para além do Brasil, em busca de maior acumulação de capital por meio do estabelecimento de outros projetos e aquisição de concorrentes, tornando-se assim mais competitiva no mercado internacional e ampliando assim suas determinações territoriais, atingindo novos sujeitos. Processo que se dá por meio da centralização de capital, através da fusão e aquisição de empresas estrangeiras de menor porte, bem como aquisição de ativos de outras empresas, promovendo a monopolização do capital (FONTES, 2009; GARCIA, 2009; SPOSITO, 2012)

⁹² Tendo em vista o que nos destaca Fontes (2010) de que não existe lado de fora do capital.

A partir desses elementos é que se estabelecem os empreendimentos da Vale em outros países. E para maior compreensão do processo de territorialização da empresa, optou-se por apresentá-lo a partir das diferentes localidades.

Pode-se iniciar a discussão acerca da territorialização da Vale em outros países por meio das operações da empresa na China, principal empresa compradora de seus produtos. Nesse país a empresa realiza operações no setor de pelotas, de carvão e níquel por meio de uma refinaria⁹³.

No que se refere às usinas de pelotização a empresa participa de duas *joint ventures*: a Zhuhai YPM, localizada no Complexo Siderúrgico Yueyufeng, com instalações portuárias próprias que recebem o *pellet feed* das minas brasileiras, com participação de 25% do capital total e a Anyang Yu Vale Yongtong Pellet, que também produz parte de suas pelotas a partir de minério brasileiro, com participação de 25% do capital total. Essa estratégia da empresa de constituir *joint ventures* em etapas do processo produtivo do minério de ferro se deve ao fato de garantir compradores para a sua produção mineral.

Realiza também no país exploração de duas minas de carvão por meio da Henan Longyu Energy Resources Co. Ltd., da qual detém 25% da participação, localizadas na Província de Henan nas proximidades da cidade de Yongcheng. Também possuindo participação de 25% em uma usina de coque metaúrgico, por meio da Shandong Yankuang International Coking Company Limited (Yankuang), na província de Shandong, na cidade de Yanzhou, desde 2004 (VALE, 2012).

Ainda em vista à exportação para o mercado asiático a empresa instala no fim da década de 2000 duas usinas de pelotização e um centro de distribuição com capacidade de processar 40 m/t/a em Omã, no oriente médio. As usinas são operadas, a partir de 2012, pela Vale Oman Pelletizing Company e se localizam no Complexo industrial de Sohar, da qual a empresa detém 70% das ações, visto ter vendido 30% para o governo de Omã, consolidando assim uma parceria estratégica. A importância da concretização desse empreendimento se dá referente a produção de 9 m/t/a de pelotas pelas duas usinas, abastecendo assim as siderúrgicas na Ásia e no Oriente médio e no terminal de minério construído, no complexo, localizado em mar de águas profundas, capaz de receber navios com capacidade de 400 mil TPM, como os navios Valemax. Localização, portanto, estratégica no que tange às vantagens

⁹³ Apresentara-se a refinaria de níquel conjunto com o “circuito espacial produtivo do níquel” (ARROYO, 2001) no continente asiático.

competitivas da Vale. Base para a operação das siderúrgicas, que é o principal mercado consumidor da empresa, é o carvão mineral, utilizado nos altos-fornos, para produção de aço e ferro-ligas. Dessa forma, a Vale investiu em operações na exploração de carvão não só na China, mas também na Austrália e em Moçambique⁹⁴.

Na Austrália as atividades da empresa se iniciam, a partir da compra da ACMI Holdings Austrália pelo valor de US\$ 662 milhões em 2007, e o interesse se deve devido a proximidade do país com a Ásia. A produção vai se dar por meio da Integra Coal, na qual a empresa possui 61,2% das ações, na região de Hunter Valley; da *Carborough Downs* (85%), em Bowen Basin, através das jazidas Leichardt e Vermont, e da *Isaac Plains Coal Management* (50%), também na região de BowenBasin, Queensland, na Austrália. A produção de todas as empresas é transportada por ferrovia até os portos de Newcastle e Dalrymple Bay Coal.

A ação da empresa em Moçambique necessita de uma descrição mais detalhada, devido sua capacidade de elucidar os conflitos sócio-espaciais e as determinações impostas pela empresa.

O histórico da Vale em Moçambique⁹⁵ se inicia em 1987 com os primeiros contatos da empresa com o governo moçambicano (VALE, 2012), mas só no ano de 2004 a empresa vence o leilão para a exploração da reserva de carvão no país, assinando o contrato de concessão de 35 anos em junho de 2007, por meio da sua subsidiária Vale Moçambique Ltda, a área concedida para exploração consiste em um total de 23.780 hectares. O projeto consiste em 95% das ações pertencente a Vale e os outros 5% à Empresa Moçambicana de Exploração Mineira (EMEM).

Um dos elementos centrais nas críticas ao projeto se trata da relação entre a empresa e o governo moçambicano. Castel-Branco (2009) coloca essa relação entre a responsabilidade pública e os interesses privados dos governantes como uma relação de “promiscuidade”, que pode ser percebida tanto nos inúmeros incentivos fiscais⁹⁶ concedidos as empresas extrativas,

⁹⁴ A empresa adquiriu ativos de carvão na Colômbia no ano de 2008 os vendendo posteriormente buscando otimizar seu portfólio de ativos, no ano de 2012.

⁹⁵ Há estudos também para se explorar rocha fosfática em Moçambique, por meio do Projeto Evate na província de Nampula.

⁹⁶ Os incentivos fiscais apontados no caso da Vale S.A. são: redução de 25% no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC), devido a distribuição de dividendos, durante o período de 05 anos (NUVUNGA, 2013); redução de 25% do IRPC sobre os lucros; redução de 50% na SISA (taxa referente a transmissão de direitos de propriedade) na aquisição de imóveis; isenção no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRPS) para os estrangeiros durante a concretização do projeto e redução de 40% nos primeiros 05 anos de

como no fato destacado por Selemane (2009, p.14) de que “[c]onsta que a CVRD pagou pela concessão de Moatize cerca de 120 milhões de USD, mas essa verba nunca foi inscrita no Orçamento do Estado”.

O projeto, que teve início em agosto de 2011, consiste na exploração de carvão a céu aberto, em Moatize, com uma capacidade de produção nominal de 11 m/t/a (milhões de toneladas por ano), sendo 8,5 m/t/a de carvão siderúrgico e 2,5 m/t/a de carvão térmico (VALE, 2012a). O investimento da empresa no país para a realização do projeto foi de mais de US\$ 1,2 bilhão no total (SELEMANE, 2009). Há ainda investimentos a serem feitos para a implantação de Moatize II (nova cava de mineração), que aumentará para 22 m/t/aa capacidade total nominal de produção e para a implantação do *Nacala Corridor*, que se trata de infraestrutura ferroviária (recuperação 692 km de ferrovia em Moçambique e em Malawi e construção de 230km de novas ferrovias) para a conexão de Moatize ao terminal marítimo, a ser construído em Nacala, Moçambique, com início previsto para 2014.

Para a implantação do empreendimento da Vale em Moatize, realizou-se a retirada de 1365 famílias (ORGANIZAÇÕES, 2012; VALE, 2012), em torno de cinco mil pessoas, cerca de 3.000 animais e a exumação de 1315 corpos da região onde se localiza a mina para exploração(ORGANIZAÇÕES, 2010). Esse processo é denominado pela empresa de “remoção involuntária” e há grandes diferenças entre o que foi acordado entre as partes, os materiais divulgados pela empresa e as reais condições de vida das comunidades deslocadas.

Os reassentamentos, realizados entre os meses de novembro de 2009 e abril de 2010, foram concretizados pela empresa Vale S.A. em parceria com o governo Moçambicano, que escolheu os lugares para a construção desses através de uma lista de localidades propostas pela empresa. Não houve no decorrer desse processo participação das comunidades na decisão dos locais dos assentamentos e nem na forma com que esses deveriam ser consolidados (MOSCA; SELEMANE, 2011; ORGANIZAÇÕES, 2012).

A empresa através de análises não transparentes e verticais dividiu as famílias entre rurais e urbanas, criando assim duas áreas para as comunidades: Cateme, distante 40 km da Vila Moatize, para as famílias designadas rurais pela Vale e, Bairro 25 de setembro, localizado na Vila Moatize, não respeitando as reais condições socioeconômicas das famílias. Em Cateme foram reassentadas 716 famílias, no bairro 25 de setembro 289 famílias e

operação e, impostos sobre a produção de apenas 3% do valor do produto mineiro, deduzido das despesas relativas a transporte e seguros (MOSCA; SELEMANE, 2011).

360 famílias optaram por receber uma indenização assistida, isto é, não ir nem para Cateme, nem para o bairro 25 de setembro⁹⁷. Segundo Selemane (2010) o valor dessas indenizações consiste em 112.000 Meticais (moeda nacional de Moçambique), o que em reais representa R\$ 7.022,40⁹⁸.

Inúmeros problemas são destacados por estudos (CASTEL-BRANCO, 2009; MOSCA; SELEMANE, 2011; SELEMANE, 2009; 2010) e documentos das comunidades “atingidas” (ORGANIZAÇÕES, 2011; ORGANIZAÇÕES, 2012), apresentando como se deu realmente o processo de reassentamento em oposição à imagem de desenvolvimento sustentável, boas relações com as comunidades, melhoria da qualidade de vida e formação de mão-de-obra apresentada pela Vale (2012).

Podemos sintetizar esses problemas em: casas com infraestrutura deficitária (sem fundação e armação de ferro nas construções), apresentando rachaduras e infiltração; em Cateme as terras são impróprias para a agricultura (improdutivas), o que impossibilita a produção de alimentos pelas famílias, impedindo sua subsistência, além do não cumprimento do envio trimestral de uma cesta de alimentos, durante o prazo de cinco anos, para adaptação da população e preparo do solo; abastecimento insuficiente de água, podendo gerar problemas futuros devido a instalações diferentes das acertadas com as comunidades; distância de Cateme para os mercados próximos, impossibilitando a venda de sua produção para acréscimo da renda e a compra de produtos básicos; divisão dos lotes de maneira a não respeitar os limites de vizinhança dos núcleos familiares; não disponibilização de transporte para a população, que era um dos requisitos a ser cumprido pela empresa.

Além dessas questões que dizem respeito especificamente aos assentamentos criados pela Vale, há outras determinações que decorrem da consolidação dos megaprojetos mineiros⁹⁹ (MOSCA; SELEMANE, 2011), como: migração crescente para a região de Tete,

⁹⁷ Há algumas divergências nas informações referentes aos reassentamentos, em alguns lugares é possível observar que se trataram de 1313 famílias (MOSCA; SELEMANE, 2011). Referente a divisão os dados variam entre 717 e 716 em Cateme e 288 e 289 no bairro 25 de setembro, sendo as maiores divergências nas famílias que optaram pela indenização assistida, 308 em Selemane (2010) e 360 no documento dos atingidos, dividido em indenizações simples (254) e indenização assistida (106), não havendo maiores informações sobre as diferenças entre essas indenizações. Optou-se por utilizar os dados disponibilizados no documento dos atingidos (ORGANIZAÇÕES, 2012), por considerar que esses retratam melhor as condições vividas pelas comunidades.

⁹⁸ Conversão realizada através do Banco Central do Brasil utilizando a cotação do dia 26 de fevereiro de 2013, sob a taxa de câmbio de 0,0627 real por 1 metical.

⁹⁹ Importante destacar que os problemas referentes ao uso da terra em Moçambique não se dão somente no âmbito dos empreendimentos minerários, mas como pode-se observar em Langa (2013) os conflitos e embates entre empresas e populações tradicionais estão presentes também na agricultura, no sistema de monoculturas para a produção de agrocombustíveis. É interessante notar o papel central executado pelo Estado na criação e

promovendo um crescimento populacional que não tem rebatimento na oferta de moradias, infraestrutura e serviços básicos para atender essa população que migra na busca de melhores condições de vida, na busca do “*El dorado*”; crescimento da inflação, principalmente sobre produtos básicos da alimentação, como milho, feijão e legumes, promovendo um aumento da fome e impedindo a subsistência na região; promoção de casos de pobreza extrema, decorrente da grande número de mão de obra não qualificada desempregada, criando uma exército de reserva.

Essas determinações sobre a região de Tete retratam um quadro que Boaventura de Souza Santos denomina de “maldição da abundância”, no qual a grande quantidade de riquezas naturais não é corolário de um desenvolvimento e melhoria das condições de vida das populações no entorno do projeto. Pelo contrário, essas comunidades são atingidas de maneira prejudicial por esses empreendimentos, além dos processos de desterritorialização, dos problemas relacionados à subsistência e à sobrevivência de seus modos de vida, sofrem com ameaças de morte promovidas pelos funcionários das empresas, ação violenta pelo Estado, na forma da Polícia da República de Moçambique e da Força de intervenção Rápida¹⁰⁰. Assim, denota-se o modelo de ação da empresa com apropriação de terras, expropriação e violência contras as comunidades camponesas (VITTI, 2013).

Ainda no que se referem às operações da empresa no Hemisfério sul, podemos destacar a operação de cobre no Chile, em Salamanca na região de Coquimbo, por meio da empresa Tres Valles, na qual a Vale tem participação em 90% no capital total e de 100% no capital votante, operando duas minas de óxido de cobre e uma planta industrial, de processo hidrometalúrgico, produzindo catodos de cobre; as operações da empresa na área de fertilizantes no Peru e na Argentina, e os projetos Simandou de minério de ferro na Guiné e o projeto de Cobre Lubambe na Zâmbia.

A exploração de rocha fosfática em Bayóvar no Peru é realizada pela Copañia Minera Miski Mayo S.A., da qual a Vale detém 40% do capital total e 51% do capital votante, por intermédio da Vale Fertilizantes, desde o ano de 2010. Já o Projeto Rio Colorado, localizado na província de Mendonça na Argentina, adquirido da anglo-australiana Rio Tinto, passa por

intermediação desses conflitos. Percebe-se, assim, a ação crescente de multinacionais no país, seja em Cateme, com a Vale, em Moma, com a Kenmare, em Benga, com a Riversdale (SELEMANE, 2010) e em Manica, com a Sun Biofuels, a Moçam Galp e a Mozambique Principale Energy Lda (LANGA, 2013).

¹⁰⁰ No dia 10 de janeiro de 2012 as famílias de Cateme insurgiram, protestando contra o governo Moçambicano e a empresa Vale S.A. e foram “brutalmente agredidos, torturados e arbitrariamente detidos” por essas forças policiais (ORGANIZAÇÕES, 2012)

um processo de análise, estando parado, desde março de 2013, após 45% do projeto concluído, com gastos de US\$2,229 milhões. Constituída da exploração de potássio, da reativação de linhas ferroviárias com 440km de extensão e da construção de um novo ramal com 350 km e de um terminal marítimo na Bahia Blanca, na Argentina.

Guiné e Zâmbia consolidam conjuntamente com Moçambique a exploração de minérios no continente africano, continente que passa a ser espaço de acumulação de empresas brasileiras, chinesas e indianas. O projeto de cobre Zâmbia, Lubambe, na região do Copperbelt, que teve início por meio da TEAL, uma *joint venture* (50-50) com a African Rainbow Minerals Limited (ARM), em outubro de 2012.

O Projeto Simandou, no qual a Vale tem participação de 51%, por meio da VBG, constituirá do modelo mina-ferrovia-porto, explorando minério de Ferro na mina de Zogota em Simandou Sul, e desdobrará, provavelmente, conflitos correlatos dos que ocorreram em Moçambique com o Projeto Carvão Moatize. No entanto, o Estado de Guiné iniciou em 2011 transformações em sua legislação, regulando mais fortemente a exploração minerária, entrando assim o projeto em fase de suspensão esperando que a situação jurídico-política se resolva, visto que as novas normas e revisões contratuais afetam os lucros da empresa.

A empresa realiza sua maior ação no âmbito da internacionalização com a aquisição da Canadense Inco, maior produtora mundial de níquel, consolidando assim a maior aquisição de uma empresa por uma empresa brasileira, despendendo US\$ 18,9 bilhões para a compra por meio de empréstimos de bancos, no ano de 2006.

Com isso passa a realizar operações de exploração de níquel e cobalto (sub-produto da extração de níquel), no Canadá, na Indonésia e em Nova Caledônia, além de refinarias de níquel nos países Asiáticos, Japão, China, Taiwan e Coreia do Sul.

No Canadá, as operações se concentram em **Sudbury, Ontário**, com área de mineração, moagem e refino de níquel, cobalto e cobre, que tiveram início em 1885 e pela Vale em 2006, quando da aquisição da Inco (Atualmente Vale Canada), em **Thompson, Manitoba**, também com exploração de níquel, cobalto e cobre, com início da exploração em 1956 e **Voiseys Bay em Newfoundland & Labrador**, por meio da Vale Newfoundland & Labrador Limited, com exploração de níquel e cobre, por meio de uma mina e uma usina de minérios.

A aquisição da Inco consolidou, como destacado, a territorialização da empresa na Indonésia e em Nova Caledônia. No caso da exploração na Indonésia a Vale explora Níquel,

por meio da PT Vale Indonesia (59,2%) em Sorowako¹⁰¹, Sulawesi, através de uma mina a céu aberto e uma instalação de processamento, tendo iniciado suas operações no ano de 1968. Já em Nova Caledônia a exploração e processamento do óxido de níquel se dá pela Vale Nouvelle Calédonie, com participação de 80,5%.

As explorações de níquel no pacífico têm como suporte as refinarias da Vale em Matsuzaka, no Japão (87,25), em Kaoshiung, em Taiwan (100%) , adquiridas através da compra da Inco, em Dalian, na China (98,3%) e em Onsam, na Coreia do Sul (25%). Além de uma refinaria que dá suporte as operações da empresa no Canadá, localizada em Clydach, no País de Galês, Reino Unido, também adquirida quando da compra da Inco (VALE, 2013).

Como base para essa internacionalização da Vale e comercialização dos minérios há novamente a centralidade da logística integrada da empresa, realizando extração, beneficiamento, transporte em terra e marítimo, vendas, entre outras etapas que necessitam de um suporte logístico-operacional.

Nesse sentido a empresa investe no mercado transoceânico, contando com uma frota própria de navios que se expandiu ao longo da década de 2000. Buscando, assim, maior segurança frente às oscilações econômicas do mercado, com baixas e altas nas taxas de frete e reduzindo as desvantagens, do ponto de vista locacional, sobre as mineradoras australianas e africanas. Dessa forma, no ano de 2008, assina contratos com uma empresa Chinesa para a construção de doze navios VLOC (Very Large Ore Carrier), com capacidade de carga de 400 mil TPM, concretizando por meio de US\$ 1,6 bilhão o transporte de minério por meio dos Valemax. Adquirindo também sete VLOCs de um estaleiro sul-coreano e quatro navios *capsize*, firmando contratos de frete de longo prazo. Segundo relatório da empresa de 2012, esta possui uma frota própria atual de 25 navios, sendo onze Valemax e catorze *capsize*, aguardo entrega no ano de 2013 de mais oito Valemax, produzidos na China e na Coreia do Sul (VALE, 2013). Aliado a isso há a realização de estratégias de distribuição do minério. Buscando avançar na competição com as mineradoras australianas e africanas a empresa faz uso de uma estação de transferência flutuante na Baía de Subic, nas Filipinas e realiza estudos

¹⁰¹ “Sorowako é um local de opressão e conflitos constantes, onde casas, terras e meios de vida foram tomados. Falta de acesso à terra e a migração em busca de empregos resultaram no estabelecimento de aproximadamente 1.000 barracos na costa do lago Matano [...] Protestos frequentes da comunidade em Sorowako procuram continuamente chamar atenção para disputas ainda não resolvidas pela propriedade de terras e para as promessas de serviços que supostamente deveriam vir junto com as operações mineradoras (educação, saúde, eletricidade e águas limpas), e que não foram cumpridas” (ORGANIZAÇÕES, 2010, p 131-132). Esses conflitos se dão desde o início das ações da Inco em 1970 e continuam com as ações da Vale no país, demonstrando o processo de territorialização do capital minerador.

para a implantação de outra na Ásia. Por meio dessa estação transfere os minérios dos VLOCs para navios menores, que sejam suportados pelos portos asiáticos¹⁰². Também, nesse sentido de ampliação da competitividade, a empresa possui o projeto de instalação de um terminal marítimo de profundidade suficiente para os Valemax e de um pátio de estocagem de 30 milhões de toneladas em TelukRubiah, na Malásia, que já está 54% concluído e tem como data de início prevista o primeiro semestre de 2014 (VALE, 2013).

Abaixo, segue um quadro síntese, realizado com base nas informações do relatório Form-20 da empresa do ano de 2012, que demonstra a composição das principais coligadas, subsidiárias e *joint ventures* da Vale. Possibilitando observar assim a ampla gama de setores e países nos quais atua.

Neste capítulo buscou-se determinar de que forma realiza-se o processo de territorialização da empresa Vale, apresentando um histórico de suas ações, estratégias e sujeitos envolvidos na concreção de suas intencionalidades. Esta análise se realizou a partir da contraposição dos relatórios técnicos da empresa, que apresentam os dados e informações econômicas e operacionais aos materiais produzidos pelas organizações sociais compostas pelos sujeitos “atingidos” e a estes relacionadas.

Compreende-se esse processo de territorialização, portanto, como um desdobrador de conflitos sócio-espaciais (WANDERLEY, 2011), visto os sujeitos não se manterem impassíveis diante da violência sobre suas condições de vida, sobre sua organização social, as comunidades resistem, se manifestam e lutam, processos estes que também apresenta contradições e nuances internas.

¹⁰² O Estado Chinês proibiu a atracação dos navios Valemax em seus portos devido à pressões exercidas pela Associação de proprietários de navio da China, que vêem como uma tentativa de monopólio do mercado transoceânico Brasil-China pela Vale. As críticas vão no sentido de que a Vale controlará o mercado de fretes, assim como controla o de minério de ferro. (MAISONNAVE, 2011; 2012)

Tabela 7 – Empresas controladas pela Vale em 31 dez 2012

	Empresa	Participação (%)	Capital Votante	Localidade	Principal atividade
Controladas	Compañia Minera Miski Mayo S.A.C.	40,00	51,00	Peru	Fertilizantes
	Ferrovia Centro-Atlântica S.A	99,99	99,99	Brasil	Logística
	Ferrovia Norte Sul S.A	100,00	100,00	Brasil	Logística
	Mineração Corumbaense Reunida S.A.	100,00	100,00	Brasil	Minério de Ferro e manganês
	PT Vale Indonesia Tbk	59,20	59,20	Indonésia	Níquel
	Sociedade Contractual Minera Tres Valles	90,00	90,00	Chile	Cobre
	Vale Australia Pty Ltd.	100,00	100,00	Austrália	Carvão
	Vale Canada Limited	100,00	100,00	Canadá	Níquel
	Vale Fertilizantes S.A.	100,00	100,00	Brasil	Fertilizantes
	Vale internacional Holdings GMBH	100,00	100,00	Áustria	Holding e pesquisas
	Vale Internacional S.A.	100,00	100,00	Suíça	Trading
	Vale Manganês S.A.	100,00	100,00	Brasil	Manganês e ferrovias
	Vale Mina do Azul S.A.	100,00	100,00	Brasil	Manganês
	Vale Moçambique S.A.	95,00	95,00	Moçambique	Carvão
	Vale Nouvelle-Calédonie SAS	80,50	80,50	Nova Caledônia	Níquel
	Vale Oman Pelletizing Company LLC	70,00	70,00	Omã	Pelotas
	Vale Shipping Holding PTE Ltd.	100,00	100,00	Singapura	Logística
Coligadas e Joint-Ventures	BaoVale Mineração S.A.	50,00	50,00	Brasil	Minério de Ferro
	California Steel Industries Inc - CSI	50,00	50,00	EUA	Siderúrgia
	Companhia Siderúrgica do PECEM - CSP	50,00	50,00	Brasil	Siderúrgia
	Hean Longyu Resources Co Ltd	25,00	25,00	China	Carvão
	Heron Resoucers Inc	*	*	Austrália	Níquel
	Hispanobras	50,89	51,00	Brasil	Pelotas
	Itabasco	50,90	51,00	Brasil	Pelotas
	Kobrasco	50,00	50,00	Brasil	Pelotas
	Korea Nickel Corp	25,00	25,00	Coreia do Sul	Níquel
	LOG-IN Logística Intermodal S.A.	31,33	31,33	Brasil	Logística
	Minas da Serra Geral S.A.	50,00	50,00	Brasil	Minério de Ferro
	Mineração Rio do Norte S.A.	40,00	40,00	Brasil	Bauxita
	MRS Logística S.A.	46,75	46,75	Brasil	Logística
	Nibrasco	51,00	51,11	Brasil	Pelotas
	Norsky Hydro ASA	22,00	22,00	Brasil	Alumínio
	Norte Energia S.A.	9,00	9,00	Brasil	Energia
	SAMARCO Mineração S.A.	50,00	50,00	Brasil	Minério de Ferro e Pelotas
	Shandong Yankuang Internacional Company	25,00	25,00	China	Carvão
	Teal Minerals	50,00	50,00	Zâmbia	Cobre
	Tecnored Desenvolvimento Tecnológico	49,21	49,21	Brasil	Pesquisas
	THYSSENKRUPP CSA	26,87	26,87	Brasil	Siderúrgica
	Vale Soluções em Energia S.A.	53,13	53,13	Brasil	Energia
	Zhuhai YPM Pellet e Co. Ltd	25,00	25,00	China	Pelotas

Fonte: Vale, 2013 Organização: Gustavo Vitti

3. LUTAS SOCIAIS EM ÁREA DE MINERAÇÃO: OS SUJEITOS EM CONFLITO COM A VALE S.A.

“Sou filho de um sem terra
Meu pai é trabalhador
O meu país não ajuda
Por isso sou sofredor”

“Filho de um sem-terra”, Tatu – militante do MST, Parauapebas -PA

É a partir da categoria território que se busca pensar a ação dos diferentes sujeitos sociais, que o “produzem” e o consolidam por meio dos diferentes conflitos e práticas espaciais engendradas. Como já apontado, portanto, se faz necessária a compreensão de quem são os sujeitos dessas relações sociais. Primeiramente, buscou-se refletir acerca da ação da empresa Vale S.A., centralidade da discussão desta pesquisa, além de compreender quais sujeitos e agentes compõem esta empresa, não recaindo assim na análise imediata de um nome fantasia, ou de uma entificação, negando o papel social dos homens na produção da ação. A partir disso, buscaremos pensar neste capítulo a conjuntura de forças em oposição a esta empresa, os sujeitos sociais que realizam as manifestações ou resistências ao processo – entendida apenas em seu caráter de processualidade histórica- de territorialização do capital, figurado na exploração mineral da Vale S.A..

Nesse entendimento, a noção de lutas sociais e de movimentos sociais, trabalhado por um conjunto de autores (FALERO, 2012; FERNANDES, 2005; GOHN, 2006; PEDON, 2013; PRECIADO, 2012; SCHERER-WARREN, 2012) possibilita uma primeira aproximação com a compreensão das práticas sociais dos sujeitos que realizam o “enfrentamento” com o projeto de sociedade capitalista, tendo em vista, é claro, um conjunto de limitações.

Centraliza-se, assim, a análise a partir dos processos de organização e luta dos sujeitos que de alguma forma se identificam enquanto “atingidos” pela relação de poder com esta empresa. Tendo em vista não uma perspectiva estruturalista e estática das práticas sociais, mas sim da formação dialética desses sujeitos nas instâncias de resistência, como nos demonstra Maria da Glória Gohn (2006, p.175)

O que gera os movimentos sociais são organizações de cidadãos, de consumidores, de usuários de bens e serviços que atuam junto a bases sociais mobilizados por problemas decorrentes de seus interesses

cotidianos. Eles não existem a priori, tornam-se movimentos pelas ações práticas dos homens na história.

Essa compreensão dos sujeitos sociais em disputa a partir do conflito, a partir de sua organização e identificação, caminha no sentido que o historiador inglês Edward Palmer Thompson (1997) definirá como o “fazer-se”, isto é, o processo pelo qual a classe social, os sujeitos, realizam-se a partir de suas práticas, a partir de suas relações sociais, “definida pelos homens enquanto vivem sua própria história” (id, p.9).

Portanto, trata-se de uma compreensão dialética de classe social¹⁰³ e que tem nos sujeitos concretos, homens e mulheres, a centralidade de sua compreensão. E que neste entender, tem como aspecto de análise suas práticas, experiências (GOHN, 2006; THOMPSON, 1987), visto que a revolução ou as lutas sociais, como aponta Gohn com base em Rosa Luxemburg, são “um processo relativo à consciência dos homens; [são os] produto[s] de suas experiências, surge[m] em função delas e atua[m] como sua força integradora” (GOHN, 2006, p.182)¹⁰⁴

Retoma-se uma discussão iniciada no primeiro capítulo, acerca da observância do cotidiano, ou melhor, do processo em que “el hombre, formando su mundo (su ambiente inmediato) se forma también a si mismo” (HELLER, 1991 p.24). A partir de uma compreensão de ciência assentada sobre os sujeitos concretos, o cotidiano (lócus da prática humana) adquire centralidade, visto ser por meio das formas de organização e reprodução da vida que se pode buscar compreender os aspectos da produção do espaço e da constituição do território.

Dimensões que se concretizam para nós, na categoria de luta social, ou já que os processos analisados se desdobram por meio da territorialização do capital frente expulsão de camponeses, indígenas e populações tradicionais da terra e exploração dos trabalhadores urbanos, caminham no sentido de luta de classes. Destaca-se, que este debate não está plenamente consolidado no meio acadêmico, visto a categoria de luta social ser definida como mais ampla, da qual a luta de classes é um dos desdobramentos (GOHN, 2006).

¹⁰³ Devido a complexidade do tema não centrar-se-á neste trabalho uma discussão longa acerca das diferentes compreensões de classe social no capitalismo contemporâneo. Parte-se de um entendimento de que está se concretiza a partir das práticas dos sujeitos a partir da divisão social do trabalho, que traz uma série de condições imediatas para a realização da história.

¹⁰⁴ Necessário destacar novamente que não se recai assim em um idealismo ao se levar em consideração a consciência dos homens. “Não se ignoram as condições materiais objetivas, elas são cruciais, porém sem um poder de determinação exclusivo e final. A classe se constrói na luta, daí a importância do conceito de experiência” (GOHN, 2006, p.204)

Não centra-se a atenção aqui para uma compreensão de classe limitada e ortodoxa, que exclui sujeitos produtores da história, mas se tem em vista que as classe sociais se constituem no processo de resistência,

as classes sociais não antecedem mas surgem na luta [...] surgem porque homens e mulheres, em relações produtivas determinadas, identificam seus interesses antagônicos e passam a lutar, a pensar e a valorar em termos de classes: assim o processo de formação de classe é um processo de autoconfecção, embora sobre condições que são ‘dadas’ (THOMPSON, 1981, p.121 apud GOHN, 2006, o.248).

No entanto, considera-se essencial ao olhar a realidade ter em vista que “luta social” enquanto uma dimensão genérica pode mascarar as reais contradições desta época, negando a dimensão classista do modo de produção capitalista. Enfatizando sempre a processualidade histórica na constituição da luta social, ou melhor, dos conflitos sócio-espaciais.

Por fim, frente aos aspectos apontados pela realidade, que discutiremos ao analisar a ação dos sujeitos em conflito com a Vale, faz-se necessário buscar categorias e conceitos que possibilitem abarcá-la. Partir *a priori* de noções de classe já cristalizadas, como burguesia e proletariado, resultará em uma análise falseada, quiçá da aparência dos fenômenos, visto excluir dimensões da luta que, em um primeiro momento, parecer fugir deste embate clássico. As populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas, ao realizar o enfrentamento com uma grande empresa (capitalismo), não se colocam no mesmo sentido de trabalhador explorado (mais-valia). Como pensar, partindo, portanto, desses fatos concretos, como aponta Netto (2004), elementos e conceitos que determinem uma certa compreensão da realidade?

Esse é o caminho que busca-se trilhar. Com grandes dificuldades, devido a complexidade do debate e os diferentes posicionamentos teórico-metodológico dos autores. Partindo, portanto, dos processos de “fazer-se” dos sujeitos que compõem estas organizações sociais (institucionais ou não), que em alguma medida se opõem a Vale. Processos observados nas falas dos entrevistados, nas atas dos encontros organizados e nos textos publicados pelos mesmos

3.1.Movimentos sociais como objeto de estudo

Buscaremos neste tópico definir alguns elementos e compreensões necessárias para a análise das organizações sociais e dos movimentos sociais, tendo como base, principalmente, Gohn (2006), Sader (2001), Pedon (2013) e Heller (1991), realizando algumas reflexões

teórico-metodológicas que consideramos importantes na compreensão das relações do homem particular com o mundo.

Gohn (2006) realiza um levantamento dos principais paradigmas no trato dos movimentos sociais, passando pelo americano, pelo marxista, pelo latino-americano e pelo o que se define como “novos movimentos sociais”. Não temos por objetivo realizar uma discussão acerca desta tipologia realizada pela autora, centraremos a atenção na elaboração teórica que esta estabelece no sentido de conceituar o que entende-se por movimento social, tendo em vista uma certa vulgarização do termo não só no senso comum, mas também na academia.

Nesse sentido se estabelecem alguns parâmetros que qualificam uma ação coletiva enquanto um movimento social. Dentre esses, um ponto destacado, que tem centralidade na questão dos “atingidos” pela Vale (ou pela mineração), diz respeito a identidade, a constituição de uma **identidade comum**. “Há uma realidade comum, anterior à aglutinação de seus interesses. As inovações culturais, econômicas ou outros tipos de ação que vierem a gerar partem do substrato comum que possuem” (GOHN, 2006, p.245). E o conceito de atingidos e essas unidades, centralidade da luta social que se desdobra segundo o fazer-se de cada sujeito social em luta.

Aqui há um elemento interessante a se observar: essa realidade comum. Essa realidade comum que é anterior a unificação das lutas, que embasa a conformação da identidade. Negar a realidade “em-si” seria negar a materialidade concreta, recair em um idealismo subjetivista. No entanto, a realidade só se concretiza enquanto comum, enquanto identificação de sujeitos (ou sujeitos, no sentido de estarem sobre a determinação de uma condição) frente a uma mesma situação, por meio da ação desses homens e mulheres concretos. A realidade, é portanto, tomada enquanto igual, quando tomada para-si, quando a consciência de sua posição no mundo, consciência de classe, passa a ser consciência para o sujeito e não uma “realidade em comum” enquanto pré-existência natural. Afirmar isso seria negar a ação dos sujeitos na história, como bem aponta Sader (2001, p.44), “[n]ão se trata de alguma suposta identidade essencial, inerente ao grupo e preexistente às suas práticas, mas sim da identidade derivada da posição que assume”.

Esta posição assumida e que se efetiva enquanto identificação dos sujeitos, constituição de um sujeito coletivo, é um dos aspectos diferenciadores de uma simples ação ou da efetivação de uma luta enquanto movimento social. A posição pode derivar de caracteres

históricos, étnicos, de gênero, a partir das relações de força com um outro sujeito coletivo, ou aspectos condicionais da reprodução material da vida, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) ou como os “atingidos pela mineração”, por uma mesma relação de força.

E perpassando essa discussão para a categoria de território, seria o mesmo que considerar a existência de um território anterior ao homem, anterior a formação do Homem, determinando a compreensão de território como “base material da realidade”, naturalizado, delimitado.

Apesar de parecer uma discussão meramente mnemônica, ou terminológica, a primeira instância, é essencial realizar essa diferenciação. Apenas por meio da ação dos sujeitos, da criação dessa identidade, por meio da tomada para si da semelhança (não necessariamente) entre os homem, é que pode-se refletir a respeito da constituição de um movimentos social. Esses aspectos são imprescindíveis quando da constituição da categoria de “atingidos por mineração” ou “atingidos pela Vale”, e das ações político-pedagógicas no sentido de conformação da identidade do “atingido”. Trata-se de uma identificação, um se “denominar” - mesmo que partindo de uma relação de alteridade a partir da criação do outro, a Vale- que se faz a partir “da experiência das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que as impregnam¹⁰⁵. E é na elaboração dessas experiências que se identificam interesses, constituindo-se coletividades políticas, sujeitos coletivos, movimentos sociais, como apontado por Pedon (2013 apud GONÇALVES, 2001)

[A] construção das identidades coletivas surgidas das velhas condições socioespaciais remete diretamente a uma determinada relação com a natureza (seringueiro, castanheiro, pescador) ou, ainda, expressa uma condição derivada da própria ação dos chamados “grandes projetos” implantados na região, como estradas, hidrelétricas, projetos de mineração, entre outros (“atingido”, “assentado”, “deslocado”). A constituição desse sujeito se dá nas e pelas lutas de afirmação de suas identidades culturais e políticas. Fundadas na territorialidade, são lutas pela afirmação de suas identidades territoriais.

¹⁰⁵ Daí a necessidade de compreender a localização e forma de concretização dos empreendimentos da Vale, bem como a situação e formas de relação desta com os sujeitos atingidos. A condição dada, que “cria” o sentido da luta é um elemento essencial a se observar. Se identificam-se como “atingidos”, deve-se buscar ter em vista o “atingidos pelo que?”.

A constituição da identidade de um grupo, ou comunidade (HELLER, 1991), gênese de um processo de organização social, vai determinar o modo e as formas com que se relacionam com o mundo, ou como buscam concretizar seus projetos e objetivos, a partir das suas condições (experiências) vividas. Determinando assim um dos elementos centrais na compreensão da questão territorial, como destacado no primeiro capítulo, visto que a identidade, ou a identidade subjetiva apresentar-se como um dos quatro aspectos, conjuntamente com as relações de poder, os símbolos e as normas, que constituem o território.

A constituição de uma representação de si e do outro, atribuir conteúdo (significação) ao se objetivar, se efetiva a partir da relação entre os sujeitos, na troca, na construção conjunta (SADER, 2001). Nesse sentido é que se observa a importância da realização de reuniões, espaços de debate e assembleias - como será identificado mais a frente - na gênese das organizações em oposição a Vale no Pará e Maranhão. Entendendo esses processos como espaços de criação de uma identidade e objetivos comuns, fundamentados a partir da partilha das experiências vividas.

Podem lutar por benfeitorias para um bairro sem querer imiscuir-se nos conflitos políticos por respeito a ordem vigente. Podem lutar por tais melhorias através de uma mobilização política que imaginam contribuir para a transformação da sociedade. Podem lutar pela defesa de melhores condições de trabalho como afirmação de uma dignidade coletiva. E daí por diante (SADER, 2001, p.44)

As diferentes formas de luta (**táticas de ação**) e as diferentes finalidades da luta se constituem como importantes elementos para a compreensão dos sujeitos em “conflito”, pois resgatam dois questionamentos: o como e o porquê. Resgata-se, assim, a discussão que iniciamos acima, os sujeitos ao se identificarem, iniciarem o processo de construção de uma identidade, a partir da troca de experiências, definem conjuntamente, os objetivos de sua organização. Nesse sentido, ao se reconhecerem como “atingidos”, buscam apontar qual é a finalidade, o porquê da unificação e da constituição de um grupo, frente de luta ou movimento social. E é a partir dessa constituição do “porquê” que buscar-se-á definir as formas, metodologias no sentido de modificar a situação em que se encontram, atingir seus objetivos estabelecidos. O “como”, portanto, trata-se da constituição da identidade na forma de ação, pois a partir da identidade definida, do sujeito ou agente (ou tema) que se define como oposição, haverá a definição das diferentes metodologias de combate, passeatas, cartilhas, reuniões, atos, etc.

E é nesse ponto que Gohn (2006, p.246) traz uma diferenciação importante entre os modos de ação coletiva e os movimentos sociais, no intuito, já destacado, de conceituar este último. “Um protesto (pacífico ou não), uma rebelião, uma invasão, uma luta armada, são modos de estruturação de ações coletivas, poderão ser estratégias de ação de um movimento social mas, por si sós, não são movimentos sociais”.

Formas de ação coletiva não constituem por si só, nesse entender, movimentos sociais, mas sim táticas de ação adotadas também por estes. Elemento que determina reflexões importantes ao se pensar as lutas sociais na região Amazônica, no que tange a mineração e ao que normalmente se determina de atingidos por grandes projetos de investimento (SEVÀ, 2008), devido às inúmeras manifestações, atos e passeatas realizadas espontaneamente, às vezes por interesses particulares, sem ter como fundamento uma articulação maior ou a conformação de uma identidade¹⁰⁶.

Sentido que se desdobra no porquê, na finalidade da luta, que determina uma relação entre o homem particular (ou singular), e seus interesses, com sua classe, grupo ou comunidade, em um processo dialético entre singularidade e universalidade, no qual as ações podem tender a uma genericidade – no sentido de gênero humano (HELLER, 1991)¹⁰⁷. Esta finalidade incute o pensamento acerca das intencionalidades na projeção dos sujeitos, na constituição do território, que se desvela por meio da análise do conteúdo e da forma de suas práticas espaciais (CORRÊA, 2009).

¹⁰⁶ Buscar pensar estas questões é um exercício importante no momento atual, visto a ampliação das manifestações políticas por todo o mundo, que podem determinar ou não a consolidação de um movimento social (a depender também do paradigma adotado), como os indignados na Espanha, a Primavera árabe, o Ocupe Wall Street ou o que costumou chamar de “jornadas de junho”, que ocorreram no Brasil em 2013, que apresentou elementos extremamente contraditórios nas práticas dos sujeitos. No qual fica uma pergunta: era possível observar uma identidade comum conformada nesses sujeitos?

¹⁰⁷ Partindo dessas categorias, particularidade e universalidade, que Agnes Heller (1991) utiliza para a reflexão acerca da vida cotidiana do homem particular, pode-se traçar alguns caminhos no pensar as lutas sociais. Sendo que estas, a partir da ação dos homens concretos, e de suas finalidades (ou intencionalidades), apontam alguns sentidos no caráter das ações dos sujeitos, tendendo em alguns pontos a aspectos que dizem respeito ao gênero humano, ou a tomada de consciência da classe (classe-para-si), ou para objetivos mais particulares, que determinam a necessidade, em muitos casos, da sobrevivência dos homens particulares, a reprodução da sua vida material.

Dessa forma, apesar de não se constituírem para nós, decorrente do grau de amadurecimento das questões, como “categorias explicativas do mundo”, são dois aspectos (particularidade e universalidade) que sempre estiveram em vista, ao se observar as práticas e documentos das organizações e movimentos sociais em oposição a Vale. E que se aproximam de um exercício necessário a ser realizado por todo homem particular - incluindo os intelectuais e porque não os acadêmicos- e movimentos sociais, no intuito de se repensar as práticas, observando se estas se centram de defesa de interesses meramente particulares ou que tendam a fins genéricos.

Território que é constituído enquanto dimensão social coletiva por meio das práticas dos sujeitos em conflitos, sujeitos esses particulares, mas que em processo de luta se apresentam como sujeitos coletivos, enquanto um grupo, sendo como apontado, central esse processo de identificação.

Sin embargo, suceda como suceda, el hombre percibirá siempre su propia existencia como existencia de un particular perteneciente a una integración [...] La integración le pertenece y él pertenece a la integración; el sistema de usos de esta integración es el suyo, las exigencias de la integración son las suyas, el particular se identifica con su integración (HELLER, 1991, p.44)

Esta discussão levantada por Heller (1991), do ponto de vista teórico metodológico, consolida um processo de compreensão da realidade que articule parte e todo, que tenha em vista a relação do grupo (sujeito coletivo) com os homens particulares que o compõem, que determinam as reais práticas e ações engendradas pelas organizações sociais, observando-se assim de que maneira há relacionamento entre os homens particulares na definição dos objetivos e finalidades do grupo.

No intuito de realizar uma conceituação acerca da categoria de movimento social, Gohn (2006, p.251-252) define-os como,

ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. A [sic] ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio de solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados.

Não nos pautamos aqui apenas nesta definição para compreender as lutas sociais acerca da mineração, visto apesar de uma definição ampla, ainda apresenta limitações. Buscar compreender os movimentos sociais como construção de sujeitos de diferentes camadas e classes sociais podem demarcar um posicionamento que não demonstre as contradições inerentes à sociedade capitalista, subsumindo as diferença entre os projetos e experiências dos sujeitos pertencentes a situações concretas extremamente distintas. Discurso que pode ser englobado na ideologia do empresariamento, nos quais as Organizações Não Governamentais

(ONGs)¹⁰⁸ passam a ter um caráter de gestão das organizações em luta, devido a suas facilidades em obtenção de recurso e articulação e que traz complicações sérias a um potencial revolucionário dos movimentos, pois refletirá a conformação de um grupo não pautada nas experiências concretas dos homens e mulheres, mas em uma perspectiva *a priori* das instâncias em conflito.

Mais a frente de seu texto Gohn (2006, p.252-253), vai destacar que

a inclusão da categoria de empresários tornou-se importante nos anos 90, pois, com a globalização e o desenvolvimento do setor informal da economia, várias entidades de trabalho comunitário, articuladas a ONGs, passaram a ter relações de mercado com pequenos e médios empresários.

Sendo, portanto, um dos pontos problemáticos desse período no que tange as lutas sociais, esse processo de constituição de parcerias entre grandes organizações internacionais filantrópicas, empresas e entidades locais, de trabalhadores e camponeses, processo apoiado a uma lógica de responsabilidade social das empresas. Processo esse que é possível determinar um quadro dos sujeitos em luta, na defesa de interesses particulares, e evidencia a disputa de diferentes projetos de sociedade no jogo de forças entre a ação dos sujeitos concretos e das organizações “articuladores” e financiadoras (FERREIRA, 2012)¹⁰⁹.

É clara, assim, a difícil conceituação do que é ou não um movimento social, se uma análise em âmbito mais amplo, como qualquer ação de um grupo de pessoal, ou um compreensão institucionalizada, atribuindo a grupos já tradicionais a denominação. Partimos de uma compreensão de que um dos elementos centrais na análise de um movimento social trata-se da criação de uma identidade coletiva – ficando claro que não trata-se uma homogeneização e morte dos homens particulares-, mas uma identidade que articule o singular e o universal no processo de luta, que se construa a partir das experiências humanas concretas, em um processo de compreensão de seu eu e do mundo, com um posicionamento, a construção de um para-si. Enfatizando, que trata-se de um processo contraditório, que

¹⁰⁸ Esse fenômeno, do surgimento de um novo personagem em cena, as ONGs, é discutido por uma série de autores e demonstra um movimento incutido nos ideais do neoliberalismo e que se amplia fortemente a partir de 1990. Sendo também momento de passagem de lutas com viés trabalhista e partidário para lutas em contextos mais amplos, que não se opõem ao modo de produção em si, mas em alterações pontuais e discussão acerca de questões éticas e de revalorização da vida humana (GOHN, 2006).

¹⁰⁹ Ayala Ferreira (2012), demonstra as contradições existentes entre dois projetos de educação, um partindo de princípios da Educação do Campo, organizado pelo MST e outro, de parceria público-privada, organizado pelas prefeituras municipais e a Fundação Vale, pertencente a Vale. Essa disputa, entre um projeto de educação popular e os projetos da Fundação Vale, realiza-se de maneira ampla no território nacional, no qual a autora da destaque ao embate no município de Parauapebas (PA), no qual a empresas realiza uma série de Programas de Qualificação Profissional, em oposição as ideias de educação da “Escola Crescendo na Prática”, localizada no interior do Assentamento Palmares II, local no qual realizou-se trabalho de campo.

materializa nas implicações internas dos grupos sociais, no embate inclusive de diferentes posicionamentos e possibilidades de ação de sujeitos identificados dentro de uma mesma classe ou relação de poder. Não há homogeneização dos homens particulares, mas tentativa de uma construção coletiva, que se realiza de maneira contraditória e muitas vezes problemática.

Mas trata-se, sim, de uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis. As posições dos diferentes sujeitos são desiguais e hierarquizáveis; porém essa ordenação não é anterior aos acontecimentos, mas resultado deles. E, sobretudo, a racionalidade da situação não se encontra na consciência de um ator privilegiado, mas é também resultado do encontro das várias estratégias (SADER, 2001, p.55).

Como demonstraremos a seguir, a compreensão dessas relações, dessas interações, são imprescindíveis na articulação dos diferentes sujeitos “atingidos” pelos diferentes empreendimentos da Vale, que possuem diversos modos de vida e construções sociais, dimensionando experiências de vidas distintas, na composição da luta.

3.1.1. Apontamentos metodológicos para análise das lutas sociais

Com base em Pedon (2013) e Gohn (2006) definiram-se alguns pontos a serem identificados na análise da “Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale” e das organizações e movimentos que a compõem. Sintetizamos, portanto, dez elementos que nortearam o processo de construção da pesquisa, sendo eles: a) a *composição*, que se desdobra na origem dos sujeitos participantes, suas experiências espaciais de fazer político, e o princípio articulatório, os grupos que compõem a luta; b) *as demandas e os repertórios da ação* (agendas de luta) c) a *força social*, ou coalizão, isto é, a conjuntura e a estrutura na qual se estabelecem, sendo um princípio de relações externas ao movimento em si, definindo sua escala de ação; d) a *ideologia*, o corpus simbólico que constitui a luta; e) a *cultura política*, que trata-se da conformação das experiências no interior das lutas, a partir do entraves e aprendizados, constituindo e transformando seus projetos e práticas; f) a *organização*, ou seja, a organicidade de um movimento, a maneira com que as decisões são tomadas, as estratégias definidas, os balanços realizadas; g) *as práticas espaciais*, as decisões concretizadas, formas de atuação e táticas de resistência, são em grande parte o maior contato da sociedade com as lutas, pois são sua materialização no espaço, elemento de constituição de uma cartografia da ação; h) *o projeto sócio-político*, que aglutina a ideologia e a identidade do grupo, materializa

assim como as práticas (as quais norteia) os objetivos do grupo; i) *a identidade*, tratada mais longamente, não a-priorística e em constante processo de construção, podendo concretizar refletir territorialidades e representações do território; j) *opositores*, os sujeitos no enfrentamento com o movimento ou grupo social, em casos como dos atingidos, o gerador do processo de resistência.

Esses elementos de análise buscam, assim, criar uma possibilidade de observação da constituição das lutas sociais, que apresentam-se de maneira complexa e contraditória na realidade. Fazendo frente à consideração de dois ângulos na análise, o interno e o externo. O interno, diz respeito a constituição do movimento em si, a definição de suas demandas, que são a gênese do processo articulatório, a composição social e origem dos sujeitos, a constituição de ideologia e da identidade, e a materialização das lutas, por meio das suas práticas e do seu projeto sócio-político. Que se desdobram na observância do ângulo externo, identificado na gênese das lutas, na criação da situação de conflito por um agente capitalista, por exemplo, bem como as relações e enfrentamentos, a coalizão social, além das articulações e redes externas construídas pelos militantes. Adentraremos um pouco mais em alguns desses pontos destacados, tecendo alguns comentários a serem levados em consideração na análise.

A *composição* de um movimento social, de uma organização ou de um grupo não organizado de luta trata-se da primeira forma de decomposição (não em um sentido de fragmentar) deste, buscando observar qual é o cerne formador desta articulação, os sujeitos concretos que a compõe. Quais são os grupos sociais, quais são suas origens, condições de vida e experiência. Trata-se, do ponto de vista ontológico, da primeira forma de se buscar compreender um movimento, pois são as experiências trazidas por esses sujeitos, seja nas condições dadas que os fazem se articular (a ação de uma empresa por exemplo) ou nas experiências concretas dos enfrentamentos já realizados, que observa-se o elemento aglutinador deste, a formação da identidade. Empreender os sujeitos que sustentam, dão base ao processo estrutural mais amplo, é imprescindível na construção de uma ciência concreta, pois é a partir das práticas dos homens particulares (objetivação) que se constrói o mundo.

Resgatando, assim, o segundo ponto destacado como essencial na compreensão da composição de um movimento social, que trata-se do princípio articulatório, os sujeitos que compõem os grupos, suas formas de relação ou articulação. E neste sentido Gohn (2006) vai apontar três elementos centrais na composição de um movimento social: as bases demandatárias, as lideranças e as assessorias. Os dois primeiros são os grupos que em si

conformam os movimentos sociais, são os sujeitos que dão a base (sofrem a relação de poder ou estão no conflito direto) e em muitos casos constituem as lideranças (alguns indivíduos específicos). Já a assessoria, com alguns casos excepcionais (como a Justiça nos Trilhos), normalmente apenas prestam assistência e auxiliam as bases demandatárias e lideranças a se articularem, constituindo as redes de movimentos sociais. “São os elos de mediação entre as duas estruturas: movimento e instituição externa” (GOHN, 2006, p.258). E de modo geral

possuem os seguintes papéis: estabelecer organizações locais e inseri-las em fóruns de discussões mais gerais; apoiar as comunidades locais na autodefesa do território; atuar nos setores da educação, pesquisa e inovação tecnológica; construir alianças com agências governamentais, organizações de base, outras ONGs, organizações e organismos internacionais de financiamento; formular políticas e promover o lobby para mudanças nas diversas escalas estatais (WANDERLEY, 2008, p.126)

Algumas organizações têm sido as principais executoras dessa função, como os partidos, os sindicatos e a Igreja Católica, como, por exemplo, a ação da Comissão Pastoral da Terra no sudeste do Pará, além das Universidades e grupos de pesquisa e atualmente, como apontado, as ações das ONGs, como no caso dos movimentos compreendidos por esta pesquisa, a ONG Internacional Justiça global e mais ativamente a Rede Justiça nos Trilhos. .

O princípio articulatório de um movimento social (ou de um movimento em gestação) trata-se de uma essencialidade na compreensão deste, visto possibilitar o estabelecimento de relações com as demandas particulares. Trata-se de compreender de que forma se efetiva ou não a coadunação das lutas particulares, de comunidades de diferentes localidades, que são “atingidas” e resistem a uma “mesma” relação de poder, em escalas distintas de luta, de tempo e de formas de apropriação, mas que se consolidam como um processo “único” – mas fragmentário - de resistência social, o que determina uma relação de atuação definida por alguns autores como em “rede” (FERNANDES, 2005; WANDERLEY, 2011).

Esta noção de rede¹¹⁰, tão abordada por alguns teóricos dos movimentos sociais, nos parece trazer algumas complexificações, por atribuir um caráter pontual e imediatizado a organização, negar as relações sociais concretas, forçando uma compreensão de que as lutas

¹¹⁰ Esta discussão tem relação com outro debate acerca da internacionalização das lutas sociais. Este processo traz alguns elementos interessantes, pois visa fazer frente ao processo de internacionalização, expansão geográfica do capital. Dessa forma, a partir da atuação da empresa Vale, como demonstramos, que consolida um processo de expansão em inúmeros países, que modifica a vida de inúmeros grupos sociais, aponta-se a insurgência da “articulação”, que visa relacionar, mesmo que de maneira pontual, a situação enfrentada e as táticas de resistências desses grupos atingidos pela mesma relação de força.

tecem uma força paralela a globalização, uma rede de sujeitos sociais que do ponto de vista geográfico consolida-se como um território em rede.

Deixando claro que não negamos aqui a possibilidade de articulação de indivíduos de diferentes grupos e lugares em um processo de luta e resistência, como pode ser observado na existência da Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale e de organização internacional como a Via Campesina, que unifica inúmeros grupos camponeses em diversos continentes, mas que essa compreensão deve-se realizar a partir da processualidade histórica, das suas formas de concretização. De que maneira efetivamente realiza-se uma articulação dos diferentes grupos sociais.

Observar essas questões, que desdobram os princípios de *organização*, demanda um acompanhamento das atividades, tendo em vista seus limites e contradições internas, empreendendo em que elementos efetivam-se de fatos esses pontos de contato (elementos aglutinantes) entre lutas particulares e espontâneas, esses *links* das lutas (que possibilitam, com grandes ressalvas, se pensar em uma “rede”). Como pode-se observar no caso do aumento do preço do pão em relação ao salário na Inglaterra do século XVIII, como apontado Thompson (1987), ou a questão dos “impactos” da mineração, que aglutina não apenas sujeitos habitantes e trabalhadores das cidades mineradoras em si, mas “atingidos” por toda a cadeia produtiva demonstrada no capítulo dois, como o caso de Piquiá de Baixo, em Açailândia- MA, pelas siderúrgicas e o da RESEX do Taim, em São Luis – MA, pelo Porto de Itaqui..

Como forma de se chegar à compreensão dos aspectos ideológicos desses grupos e a conformação de sua cultural política, têm-se como principais “instrumentos” a análise das *práticas espaciais* e do *projeto sócio-político*, que concretizam as especificidades das demandas dos grupos, suas agendas, objetivos da luta. Nesse sentido, observar suas formas de atuação, como protestos, manifestações, atividades teatrais, ocupações, publicação de material, atividades formativas, determina elementos e sentidos das experiências e lutas dos sujeitos, além do processo em que se encontra a organização do grupo, bem como seu caráter.

3.2. Os sujeitos em embate com a Vale S.A.

Estas discussões foram basilares para a observação contínua da empiria que instigava esta pesquisa, as diferentes organizações e sujeitos sociais que levantam bandeiras ou

discussões acerca das determinações territoriais dos projetos mineradores, da territorialização do capital, tendo como objeto concreto de estudo os projetos da empresa Vale.

Assim como a ampla gama de projetos realizados pela empresa, seja a partir de uma análise setorial (mineração, beneficiamento, logística, transporte e energia) ou locacional, uma série de projetos em diferentes países, a observação dos sujeitos “atingidos” ou em enfrentamento com a Vale é extremamente complexa, tendo em vista as especificidades do embate. Elementos que se apresentam a partir do tipo de projeto, da legislação do país, que desdobra formas diferentes de territorialização da empresa e de construção de relações trabalhista.

Dessa forma, a partir dos elementos metodológicos constituídos realizou-se uma caracterização dos diferentes grupos de grande abrangência em oposição a Vale, tendo em vista principalmente a “Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale” e o Movimento de Soberania Popular Frente a Mineração, com enfoque maior as ações dos sujeitos em enfrentamento com a empresa nos estados do Pará e Maranhão, sistema norte da empresa, que trata-se de umas de suas principais áreas de investimentos, levando em consideração a exploração do projeto S11D, que se iniciará a partir de 2016 (VALE, 2013).

3.2.1. Da origem das lutas à Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale

Apesar do título mais amplo deste sub-capítulo, devido aos elementos já destacados acerca de que nossa abordagem, mesmo com o intuito de trazer elementos mais gerais, centra-se principalmente na análise dos grupos sociais em luta ao longo da Estrada de Ferro Carajás. Não querendo com isso negar a existência de movimentos e organizações em resistência em outros locais no qual a empresa desenvolve ações, seja a partir da década de 1990, ou anteriormente, dado o histórico da empresa em Minas Gerais. Mas destinasse atenção a esse projeto específico devido a suas proporções no que concerne ao grau de investimento e determinações territoriais e a maior organização das lutas entre os grupos sociais.

A partir disso, tendo em vista o início das atividades em 1986, iniciam-se conflitos na região, e como já abordado, tendo como origem questões fundiárias. No entanto, apesar dessa agudização se iniciar na década de 1980, com os garimpeiros de Serra Pelada, localizado no que posteriormente se denominaria Curionópolis (PA), e grupos sem-terra em

Parauapebas (PA), como aponta Raimundo Gomes da Cruz Neto, sociólogo, membro do Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular (CEPASP), sediado em Parauapebas – e que possui um histórico de construção e organização das manifestações desde o início da mineração em Carajás-, em entrevista realizada no dia 25 de setembro de 2013, foi no ano de 1992 que se iniciou um processo de organização social dos grupos em contato com os grandes projetos de investimento decorrentes do Programa Grande Carajás. Articulam-se assim grupos do Pará e Maranhão a partir da proposta de organização de um Seminário Internacional sobre os grandes projetos na região, processo denominado de “Seminário Consulta Carajás”, ou apenas “Seminário Consulta”.

No que tange a composição dos grupos que formavam o Seminário Consulta, que já apresentaria uma organização e articulação próxima ao que se constituiria somente em 2009 enquanto “Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale”, envolvia sindicatos urbanos e rurais, pesquisadores(as) e organizações internacionais de igrejas, com destaque as católicas, grupos ambientalistas, ONGs, associações de mulheres, grupos de jovens, associações de moradores de bairros, pescadores, professores(as), seringueiros, quebradeiras de coco entre outros grupos extrativistas (PASTOR, 2010, p.7)

No intuito de embasar as lutas, a proposição inicial era a realização de seminários menores, treinamentos, estudos e pesquisas, analisando assim as determinações dos empreendimentos do circuito espacial produtivo do minério de ferro.

Foram criados grupos de estudos para a construção de um referencial teórico e alternativas para a região. As organizações foram habilitadas para a participação de conselhos de gestão, acordos de negociação; foram disseminados conhecimentos e informações sobre os impactos na região utilizando inclusive rádios comunitárias, teatro, música, artes visuais, cursos, oficinas, encontros regionais, nacionais e internacionais. Foram elaborados livros, mapas, revistas e diversos textos. (PASTOR, 2010, p.8)

Estas ações se consolidam como as práticas de formação até o ano de 1995, no qual se realizou em maio, em São Luís (MA), a Mesa Redonda Internacional, da qual participam 174 pessoas, dentre membros de governos, entidades internacionais e representantes dos grupos sociais da região. Este momento de formação e discussão, central na concretização da identidade de um grupo com diferentes experiências de vida, consolida o que se denominaria de “Fórum Carajás”, que passa a atuar como o principal articulador dos processos de luta e resistência na região,

Após isso, Marluze Pastor (2010), uma das assessoras do Fórum Carajás, vai identificar dois momentos: de 1997 até 2002, no qual há ações principalmente relacionadas a questão de agricultura familiar, energia e barragens, cadeia do alumínio e a vida das mulheres e os grandes projetos. Sendo possível notar a partir do levantamento que a autora realiza dos encontros realizados que estes foram centralizados no Maranhão, visto dos dezenove realizados, dez se localizaram neste Estado. Observando-se que a questão da cadeia produtiva em si do minério de ferro (extração e siderurgia) não era um dos temas centrais na atuação do Fórum¹¹¹; já no segundo momento que vai de 2004 a 2010, a siderurgia passa também a ser foco da atenção do Fórum, mas mantendo ainda atenção do grupo no estado do Maranhão, tendo realizado apenas dois encontros no Pará, um em Parauapebas e outro em Belém, em 2009, durante o Fórum Social Mundial, no qual se dá o início da conformação da “Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale”, na qual o Fórum Carajás está inserido..

Com isso, têm-se um primeiro momento da conformação de uma articulação, em busca da constituição de uma frente de lutas, que tivesse como pauta específica os embates com os projetos mineradores e os que o sustentam (hidrelétricas, carvoarias, eucalipto, siderúrgicas, estradas de ferro e portos). Centrando a atenção e as ações na região norte do país, principalmente nos estados do Pará e Maranhão, com destaque as áreas localizadas ao longo da EFC.

Para compreender a criação e conformação atual desta articulação internacional é preciso ter em vista o processo de formação e atuação de outro sujeito coletivo, que se concretizará como um dos principais publicizadores das lutas frente a mineração na Região Norte, com maior atuação no Maranhão, seu local de surgimento, a partir do município de Açailândia. Grupo denominado inicialmente de Campanha Justiça nos Trilhos, que passaria a denominar após o Fórum Social Mundial de Belém em 2009, de Rede Justiça nos Trilhos.

A Rede Justiça nos trilhos tem seu início no final de 2007, ano chave nas lutas frente a mineração na região norte, por meio da ação de missionários combonianos da Igreja

¹¹¹ Na entrevista realizada com o membro do CEPASP foi possível notar que o Seminário Consulta e o Fórum Carajás se constituíram como importantes momentos de formação e organização da população, “durou um bom tempo essa articulação, mas parou” (entrevista do dia 26/09/2013). Esta diminuição, ou o fato de haver parado esta articulação, pode estar vinculada a atuação mais forte do Fórum no estado do Maranhão, com menor enfoque na região de Marabá e Parauapebas- PA. Não negando a ação nesses locais com a realização de três encontros em Parauapebas, incluindo um intercâmbio de 17 sindicalistas alemães em visita a região de Carajás, mas que frente a proporção de encontros realizados no estado do Maranhão possui uma dimensão mínima. Não temos informações aqui para analisar a razão desses distanciamento entre as ações dos grupos dos dois estado, tendo como hipótese possivelmente a localização da sede do Fórum Carajás em São Luis-MA.

Católica, pautados na teologia da libertação, partindo dos problemas enfrentados pela comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia, devido a ação das empresas siderúrgicas. Tendo como objetivo “organizar as pessoas e os movimentos para que ninguém se isolasse em resistências individuais e pouco eficazes, mas todos se concentrassem ao redor de causas comuns” (JnT, 2010, p.8). A coordenação da Rede estava a encargo dos missionários Combonianos, do Fórum Carajás, do Fórum Reage São Luis, do Sindicato dos Ferroviários de Maranhão, Tocantins e Pará, da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos (a qual entrou-se em contato nessa pesquisa), Cáritas Maranhão e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) (BOSSI, 2010).

Esses grupos já organizados passam a realizar um papel de articuladores das comunidades e grupos, ou na classificação pautada em Gohn (2006), uma função de assessoria as comunidades, buscando construir uma unificação em seus dizeres, em seu discurso, uma relação de “rede” entre as comunidades. Destacando, assim, o caráter já apontado por Gohn (2006) de articulação da igreja católica, que apesar de ter perdido forças nos últimos anos segunda autora não pode ser observado quando observa-se a dinâmica das lutas no Pará e Maranhão. Isso visto ainda ter um papel preponderante na aglutinação das demandas, como se visualiza na ação dos missionários combonianos no Maranhão e da Comissão Pastoral da Terra, em Marabá, Xinguara e Tucumã, ambas no Pará.

Dessa forma suas práticas, que caminham no sentido das ações realizadas pelo Fórum Carajás e se constituíram como umas das principais formas de atuação dos grupos articuladores das lutas contra a mineração na região têm um caráter de pesquisa e publicização dos conflitos, a partir da realização de reuniões e seminários que estabelecessem contato entre as comunidades “atingidas”, buscando compreender as contradições desses processos.

Constitui com esse objetivo duas páginas na internet a justicanostrilhos.org e o blog Relicário Minado, reunindo assim muitas informações acerca das questões sobre mineração na região. Sendo este primeiro, justicanostrilhos.org, como apontado, fonte de material para este estudo, levantando grande parte das ações realizadas pelos grupos sociais que dizem respeito ao embate com a Vale S.A., principalmente os da região norte do Brasil.

Os objetivos gerais definidos para a região de atuação, como apontado em seu material de apresentação, SÃO:

[a]conseguir indenizações para as vítimas do modelo de desenvolvimento a sentido único imposto pela Vale; [b] insistir por compensações ambientais a

partir de todos os investimentos realizados pela empresa na região; [c] realizar uma redistribuição mais consistente de seus enormes lucros por meio de um Fundo de Desenvolvimento Participativo, que alimente as iniciativas das comunidades locais (JNT, 2010, p.14)

Sendo possível tecer a partir dessa definição o quadro das demandas, a agenda de lutas do movimento, o que denota o seu caráter inicial e ainda muitíssimo particular, visto apontar algumas perspectivas reformistas e imediatas na pauta, não se contrapondo ao modelo de exploração mineral e não colocando em questão os elementos decorrentes da exploração trabalhista ou de apropriação territorial das comunidades indígenas, quilombolas e camponesas¹¹². Determinando que são se trata de uma crítica a atuação da organização, mas um apontamento, tenda em vista esta se encontrar em um primeiro momento de formação política e de resolução dos problemas imediatos, mais imprescindíveis para a reprodução material dos sujeitos “atingidos”, reprodução sem a qual não se possibilita encaminhar-se nas ações.

Destaca-se, na prática dessa organização, como observado nos materiais e falas durante o trabalho de campo, a busca de uma politização dos sujeitos, no sentido de construir uma identidade do “atingido”, uma identificação com outros sujeitos “atingidos” pela mesma empresa, pelo mesmo representante do capital. Trocas de experiências que constituíram e constituem um momento de aprendizado e de tomada de consciência da sua condição, que determina uma tomada de posição frente ao mundo (um mundo para-si). Processos vetorizados pelos encontros promovidos em âmbito regional¹¹³ e pelos intercâmbios entre lideranças de movimentos sociais e organizações de diversos países do mundo, como ocorrido em abril de 2010, no I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale, no município do Rio de Janeiro. Encontro que foi antecedido por duas caravanas (compostas por cinco membros internacional, cinco de outros estados e doze da região local), uma no sistema sul e sudeste da empresa (em Minas Gerais) e a outra pelo Sistema Norte, passando por Barcarena (produção de alumínio) e Marabá no Pará e Açailândia e Imperatriz no Maranhão. Possibilitando uma

¹¹² Apesar disso, em algumas notícias destacadas na página da JnT e em alguns textos, essas discussões aparecem de maneira mais fragmentária. No entanto, ao não serem colocados como pontos, desafios centrais na sua prática, destina-se, portanto, um papel secundário a esses objetivos.

¹¹³ Além dos encontros de âmbito mais local, enfocando apenas alguns municípios, anualmente, desde 2009, organizam-se os Encontros Regionais dos Atingidos pela Vale, que objetivam reunir comunidades dos diferentes estados Pará, Maranhão e Tocantins que tenham alguma relação conflituosa com a empresa Vale ou projetos que dão sustentação a ela. Estes encontros já foram realizadas nos municípios de Açailândia, Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas.

troca de experiências e conhecimento de outra realidade, tecendo paralelos e trocas com as realidades, condições “dadas”, de outros lugares.

É nesse encontro, que reúne 75 entidades e organizações, que a “Articulação”¹¹⁴ é efetivamente criada – não definindo aqui que esta concretiza de fato uma articulação entre os grupos sociais em conflito com a empresa- e no qual há a publicação do Dossiê dos Impactos e Violações da Vale no Mundo (ORGANIZAÇÕES, 2010), que vai apontar uma série de localidades nas quais a Vale realiza investimento, destacando as determinações territoriais engendrados e os movimentos de resistência que se colocam em oposição a essas práticas. Encontro que tem por objetivo

articular e consolidar uma rede de movimentos sociais, organizações e centrais sindicais de diversos países, incluindo populações, comunidades e trabalhadores(as) atingidos negativamente na suas formas de vidas e nos seus direitos pela forma de atuação da Vale, capaz de implementar estratégias coletivas de enfrentamento a empresa em escala global. (ORGANIZAÇÕES, 2010, p.11)

Dimensionando, assim, uma prática comum da Articulação, que seria a realização de encontros anuais, para se discutir estratégias e táticas de ação, compartilhar experiências, buscando fazer frente ao processo de expansão geográfica da empresa. Conjuntamente a esses encontros, a Rede Justiça nos Trilhos e a ONG Justiça Global, que compõem a Articulação, participam de assembleias dos acionistas da empresa, por meio da compra de ações ordinárias, que dão direito a voto.

O objetivo desta participação é a realização de intervenções nas reuniões, por meio de falas que demonstrem as determinações territoriais e embates da empresa frente aos sujeitos que habitam as localidades em que esta atua. Consolidando assim um dos principais objetivos destes grupos, que se trata de construir uma oposição a imagem criada pela empresa de responsabilidade sócio-ambiental e sustentabilidade. Como nota-se nesta entrevista, publicada na Revista Caros Amigos, com um dos membros da Justiça nos Trilhos:

Participar da Assembleia de Acionistas é, para nós, mais uma frente entre tantas outras possíveis, como as ações de organização e de mobilização popular; como as medidas de caráter jurídico buscando embargar empreendimentos irregulares ou obter indenizações pelos danos; as greves; o monitoramento dos órgãos públicos fiscalizadores; a pesquisa, publicação e outras formas de produção e de troca de conhecimento; a divulgação à

¹¹⁴ Importante definir que a “Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale” e a Rede Justiça nos Trilhos, não constituem o mesmo grupo, apesar de que o grande articulador e organizador dos eventos internacionais ser a JnT.

sociedade do real contexto em que vivem as comunidades e trabalhadores atingidos; e a desmistificação da imagem de empresa responsável e verde que a Vale tenta passar em suas campanhas massivas de publicidade (JNT, 2010b apud MERLINO, 2010).

Estas ações, que buscam opor-se ao arsenal criado pelos departamentos de marketing das empresas são um elemento central destacado por Wanderley (2008, p.124) nas lutas das organizações que se colocam frente a mineração, visto que

faz-se necessário agredir a empresa em sua imagem globalmente difundida aos consumidores, investidores, Estados, sociedade civil, instituições multilaterais, etc., colocando em dúvida a credibilidade da responsabilidade socioambiental da corporação, especialmente em regiões periféricas.

Ações que inserem-se no texto basilar da JnT e que norteiam suas práticas no estado do Maranhão, como se notará a seguir, ao fazermos uma caracterização da atualidade das lutas. Definindo assim cinco pistas de ação da Rede Justiça nos Trilhos: a) conscientização e rede entre comunidades de base; b) assessoria jurídica; c) estudo e documentação; d) construção de rede nacional e internacional e; e) proposição de alternativas a esse modelo econômico. Pistas de ação que com algumas diferenciações de escalas e práticas constituídas, são muito próximas a atuação dos outros grupos e sujeitos coletivos em conflito com a Vale S.A., principalmente no sudeste Paraense, como discutiremos agora.

3.2.2. A atualidade das lutas frente à mineração

A partir dessa compreensão da processualidade das lutas no sistema norte da empresa Vale, com a conformação da “Articulação Internacional dos atingidos pela Vale”, podemos passar a observar as lutas e os grupos que realizam ações contra a empresa na atualidade, ou melhor a partir do ano de 2008 até 2013. Definiu-se este período, devido a maior divulgação das informações a partir da Rede Justiça nos Trilhos em sua página na internet e do blog “Impactos da Mineração no Sul e Sudeste do Pará”, mantido por organizações sediadas em Marabá: o CEPASP, a CPT e o Movimento Debate e Ação (MDA), composto por estudantes da UFPA – Campus Marabá.

E tendo em vista o fim do ano de 2007 como uma data central para a luta frente a mineração, destacada em entrevistas com duas lideranças estaduais do MST realizadas nos meses de setembro e outubro -com a já destacada conformação da Campanha Justiça nos Trilhos em Açailândia - e a ocupação da EFC em Parauapebas durante quarenta dias no

contexto da “Jornada de Lutas pela Reforma Agrária e em defesa dos recursos naturais do MST.

Esta ocupação, realizada por cerca de 6.000 camponeses, é destaca por Charles Trocate, membro da coordenação nacional do Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente a Mineração (MAM) e liderança do MST, como a impulsionadora de ações “antimineração” no Pará. Esta tinha por objetivo uma série de críticas ao modelo de exploração mineral perpetrado da empresa Vale e reivindicações, dentre elas a defesa do aumento do repasse das Compensações pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) pela empresa, com conseqüente melhoria da infraestrutura urbana e dos serviços básicos, como educação e saúde; ampliação dos programas sociais realizadas pela Vale nos municípios “atingidos”; autonomia aos garimpeiros sobre a exploração de ouro serra pelada e que haja ressarcimento em forma de infraestrutura social às comunidades indígenas, quilombolas e camponesas devido as determinações territoriais causadas pela mineração, como a expulsão das terras, poluição de corpos da água e igarapés e contaminação do solo (MST, 2007).

Até esse momento as os enfrentamentos realizados contra a Vale deviam-se a questões espontâneas e em muitos casos decorrentes de interesses particulares, como destaca o membro do CEPASP: “muitas resistências não é ao modelo, manifestações contra danos imediatos [...] resistência a situação atual” e “vários são grupos espontâneos, principalmente em Parauapebas, [o] pessoal da luta por moradia? Fecha a entrada da vale, quem causa o problema? É a Vale.” (Entrevista realizada em 26/09/2013)

Dessa forma não havia um movimento contrário a mineração, haviam alguns pequenos grupos e indivíduos preocupados com a questão e que debatiam ou realizam algumas manifestações, mas não se tratava de um corpo unificado. Destaca-se inclusive que a maior parte das lutas tinha, e em muitos casos ainda têm, seu fundamento em questões fundiárias, isto é relacionado a posse da terra, apropriação territorial. Tendo em vista principalmente o caráter conflituoso da questão da terra nesta região, com a atuação do MST, como já destacado no capítulo 2. Processos que entram em consonância, até este momento com a tese apontada por Wanderley (2008, p.1-2),

Estas [mobilizações populares em regiões minerais] parecem estar mais para conflitos fundiário-territoriais do que para conflitos no campo da mineração ou no âmbito ambiental. Julgamos que, ao aproveitarem a visibilidade da presença de uma grande empresa mineradora, os movimentos populares, para serem vistos e terem ouvidas suas reivindicações, se transfiguram de movimentos ambientais ou de movimentos contra as ações e interesses das grandes empresas mineradoras. No entanto, não perdem de vista seus

interesses, sejam de regularização de terras ou de assegurar-se-lhes o acesso à terra e aos recursos naturais e recursos básicos para sobrevivência, embora os problemas com as corporações mineradoras e as questões de ordem ambiental não sejam regionalmente desprezíveis.

Isto deve-se a atuação da empresa em se apropriar seja direta ou indireta do território que era consolidado por essas comunidades. Seja a partir da perda de parcela da área, com a duplicação dos trilhos da EFC, seja na desconstituição de comunidades, como a de Racha Placa, no qual apropriou-se de elementos centrais da sociabilidade da população, a igreja, a escola, dissipando os elementos simbólico e identitários desse grupo social. Ampliando-se a noção de apropriação territorial não apenas no sentido físico-material, de retirada de área da “propriedade – também isso- mas atingindo os elementos que determinam e conformam a relação entre os sujeitos, indivíduos, desse grupo, sua sociabilidade, que é inerente a questão territorial.

Elemento visível na fala também de um dos membros de outra organização social importante na compreensão das lutas frente a mineração no Pará, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) de Marabá, entrevistado durante o trabalho de campo, ao apontar que não há uma estratégia específica, no sentido de atuação da entidade frente a organização das comunidades, para o setor de mineração, “não há uma atuação específica do que chamam de atingidos por mineração”. Apontando que devido ao histórico da entidade, esta atua mais amplamente nas comunidades camponesas e de agricultores e que devido a realidade socioeconômica do sudeste paraense, no qual há a presença de inúmeras empresas mineradoras, as questões fundiárias e de reprodução material dos trabalhadores rurais tendem a entrar em conflito com os interesses e objetivos dessas empresas. Destacando, portanto, que trata-se de uma especificidade da atuação das organizações voltadas aos trabalhadores rurais e camponeses que atuam nesta região, tendo em vista que o conflito não se realiza apenas com o latifundiário, mas também com o Estado financiador dos grandes projetos e com as empresas mineradoras, que se apropriam de grandes áreas para exploram, incidindo sobre territórios indígenas e comunidades quilombolas. Sendo, portanto, necessário para essas organizações e movimentos camponeses como o MST, que o arcabouço legislativo e de metodologias de lutas perpassasse pelas questões relacionadas a mineração, sendo um dos pontos de destaque da atuação desses grupos na consolidação do MAM, tendo em visto fato de que a luta pela terra não está dissociada da conflituosa realidade da mineração.

Dessa forma, apesar de em grande parte, como é possível perceber no levantamento do histórico das lutas na região e nas falas dos entrevistados inicialmente os embates se darem por meio de questões fundiárias, estas tem uma relação genética central com a exploração mineral. Observando que

dois fatores estão relacionados a essas transformações sociais em curso. Primeiro, a atividade mineradora provoca uma série de conflitos por seus impactos e ameaças socioambientais e territoriais. Estes conflitos e impactos provocam mobilizações dos grupos sociais atingidos. Os indivíduos atingidos, até então desorganizados, ao experimentarem a situação de atingidos, se mobilizam para manter seus modos de vida e seus domínios territoriais ameaçados. Por outro lado, as corporações se articulam para defender seus investimentos e interesses de exploração dos recursos minerais. Segundo, a instalação de um grande empreendimento provoca uma série de institucionalizações. Ou seja, espaços antes periféricos e desprovidos de visibilidade se tornam o centro de interesses regionais, nacionais e globais, atraindo diversas instituições públicas e privadas. Neste processo, os grupos locais tendem a se organizar ou consolidar socialmente, fortalecendo-se para que possam negociar com as novas instituições (empresas, ONGs, órgãos do Estado, universidades, etc.) (WANDERLEY, 2008, p.81).

No entanto, há um processo em gestação, a partir desse marco histórico de 2007, de consolidação de um processo de embate com o projeto minerador, especialmente no sudeste paraense. Processo que pode ser percebido na criação em 2008 do Movimento dos Trabalhadores da Mineração (MTM), composto em grande parte por garimpeiros que se opõem as condições de trabalho e forma de exploração mineral das grandes empresas, em grupos e coletivos atuantes nessa região como o Coletivo Amazônida que divulga por meio de panfletos as determinações da mineração não apenas no Brasil, vide o de outubro de 2013 intitulado “A Vale no Brasil e na África”, a criação da Campanha contra o Saque de nossos Minérios, em 2013, com o intuito de publicizar as lutas, a criação do Observatório Socioambiental do Sudeste Paraense, vinculado a CPT que publica o panfleto “Ecos de Carajás”, discutindo os problemas do PGC, além da criação do MAM, no início de 2013, que trata-se da criação de um movimento nacional que busque reunir a luta dos diferentes sujeitos, no sentido de pensar um projeto diferente de mineração.

Encontrasse dessa forma como foi possível se observar nas falas tanto das lideranças do MST, como do CEPASP, CPT e do membro do MAM e jornalista do Brasil de Fato Marcio Zonta, em um processo de constituição de resistência as determinações territoriais das empresas mineradoras, mais especificamente da Vale S.A.. Sem, todavia, se consolidar como um processo unificado plenamente, mas ainda cheio de contradições e entraves.

Processo que encontra-se em uma fase de politização das lutas, em criação de uma tomada de consciência, identificação dos sujeitos enquanto “atingidos”, realizando-se assim a conformação de um para-si. No sentido dessa conformação, alguns grupos e sujeitos relacionam-se mais aos papéis de lideranças, segundo a tipologia adota por Gohn (2006), como o MST, o MTM, o MAM e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) – ao qual se destaca o sindicato de Canaã dos Carajás, um dos protagonistas na luta, visto a constituição do projeto S11D- e outro aproxima-se do que compreende-se por assessorias, como a CPT¹¹⁵, o CEPASP e Movimento Debate e Ação, a Federação dos Estudantes de Agronomia (FEAB), a Pastoral da Juventude e a rede Justiça nos Trilhos, ampliam o debate acerca da mineração a partir de algumas práticas sociais.

Destaca-se, no interior desse processo, como já apontado, a realização de encontros de formação e troca de experiências, como o “Encontro Regional dos Atingidos pela Vale”, já na sua quinta edição, que reúne os grupos da região norte, principalmente os localizados ao longo da EFC e em Ourilândia do Norte; o Encontro da Juventude Atingida pela Mineração, que visa destacar quais são os principais problemas enfrentados pelos jovens, como precarização do trabalho, desemprego, baixas escolaridades, dentre outros; Audiências públicas, inclusive com a participação da empresa no sentido de debater problemas concretos enfrentados; além da publicação de muitos materiais¹¹⁶, por meio da realização de uma série de estudos, seja pelas organizações (CPT, CEPASP, JnT) ou pela academia, com Movimento debate e Ação e no Maranhão por meio do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (GEDMMA) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Nestes encontros há fala de estudiosos, lideranças e sujeitos “atingidos”, com troca de experiência e condições de vida nas diferentes localidades, pensando conjuntamente táticas e formas de se organizar. Destacando, como apontado por conversa com membros do Movimento Debate e Ação, a realização de atividades lúdicas com a apresentação de teatros que partem dos relatos concretos dos sujeitos atingidos, perpassando para a narrativa teatral os

¹¹⁵ Interessante notar o caráter do aprendizado, dos processos formativos da luta, que não dizem respeito as bases, mas também as lideranças e as organizações assessoras. Como apontado por membro da CPT, que há a necessidade do aprendizado de um novo vocabulário, estando estes acostumados a luta pela terra, as relações trabalhistas, legislação fundiária, entre outros aspectos. Agora, quanto a questão mineral, trata-se de um exercício novo, “estou tendo que ler e debate o novo código mineral, participar das reuniões do MAM”. Construindo, portanto, ferramentas de intervenção, para buscar fazer frente as ações da empresa.

¹¹⁶ Estes materiais dizem respeito ao Dossie, já destacado, ao Relatório de Insustentabilidade da Vale, um relatório sombra que faz frente ao relatório da empresa, boletins e panfletos informativos, atas de reuniões, notícias, cartilhas de como os atingidos devem proceder e quem contatar, relatórios de pesquisa acerca das questões e realidades das comunidades, entre outros que sigam o caráter politizador e formador destes.

enfrentamentos cotidianos com o capital, categorizando a função social da arte, na consolidação de uma estética própria, ou também da realização da “Mística”, momento central nos encontros e reuniões do MST.

Essas ações de encontros de formação possuem maior preponderância, a partir de nosso levantamento, na Região Norte, mas não apontando para uma inexistência nas outras localidades, inclusive com encontros e reuniões que não são publicizados, decorrente dos contextos de perseguição aos movimentos sociais. Nesse sentido, realizou-se uma sistematização dos encontros realizados divulgado nas duas páginas da internet destacadas, de abril de 2008 a novembro de 2013. Sendo observável os encontros em áreas históricas de localização da empresa, com maior preponderância nos municípios de Açailândia e Rio de Janeiro (sede da empresa), seguidos de Marabá e Canaã dos Carajás, com destaque para este último, central nos planos de expansão da Cia. a partir do S11D.

Tabela 8: Encontros e reuniões realizadas pelas comunidades atingidas pela Vale por município (2008-2013)

Estado	Município	Nº
MA	Açailândia	10
	Alto Alegre do Pindaré	3
	Bom Jesus das Selvas	2
	Buriticupu	3
	Imperatriz	2
	Itapecurú Mirim	2
	São Luis	3
PA	Barcarena	1
	Belém	1
	Canaã dos Carajás	5
	Marabá	5
	Parauapebas	3
MG	Belo Horizonte	2
	Conceição do Mato Dentro	1
	Congonhas	1
	Itabira	1
	Mariana	1
	Santa Bárbara	1
RJ	Rio de Janeiro	10
SP	Guararema	1
Total		58

Fonte: <http://justicanostrilhos.org> e <http://mineraçãosudesteparaense.wordpress.com/>

Organização: Gustavo Vitti

Destacando que essas informações podem conter alguma imprecisão quando postas a prova da realidade, visto encontros menores e que se realizam no âmbito do cotidiano, como reuniões de associações de moradores, não serem publicizados por essas organizações. Além, e nesse ponto, temos um aspecto interessante a ser analisado, que apesar da utilização de duas bases de dados, uma organizada por grupos do sudeste do Pará e outra pela JnT no Maranhão, esta última, realizada pela JnT continha a maior parte das notícias, textos e informações, o que determina a maior presença de encontros no estado, vide o município de Açailândia, sede da JnT. Não trata-se de uma crítica a ação da organização, mas um elemento que possibilita reflexões não apenas na esfera metodológica, mas na organicidade da “Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale”, coordenada principalmente pela JnT.

Suas relações e contatos com os grupos menores e sujeitos sociais concretos realiza-se mais grandemente na região onde atua e se localiza, principalmente no bairro Piquiá de Baixo, local de paróquia dos Missionários Combonianos que coordenam a organização. Determinando assim um conhecimento maior das situações e encontros desse local. Elemento que denota um processo não tão articulado das lutas, visto estarem em processo de conformação, possível de empreender a partir do não conhecimento de algumas enfrentamentos ocorridos em outros locais, identificado a partir da comparação da base de dados das duas páginas na internet. Processo que se denota na entrevista com membro do CEPASP ao se indagar a respeito da dificuldade em conseguir contato com alguns sujeitos em Parauapebas e Marabá a partir da JnT. “Ah, aqui eles não tem esses contatos, quem tem esses contatos somos nós” e também em uma certa conflituosidade, mesmo que pequena entre os dois grupos, “o pessoal pensa que nós somos justiça nos trilhos, mas não, nós somos entidades históricas na luta” (Entrevista realizada em 26/09/2013). Estes aspectos denotam, que apesar de uma relação de parceria, o intercâmbio e troca de informações, a articulação em si, não se efetiva de todo. Possui grandes possibilidades, mas em grupos determinados.

Observável na fala do membro da CPT, que também aponta enfatiza o fato de não fazerem parte, não serem Justiças nos Trilhos, mas se constituírem como outra organização, com uma atuação história, que estabelece uma relação de parceria com a JnT e apontando que existe de fato uma articulação concreta de formação e de criação de estratégias de intervenção, mas que a participação na “Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale” é somente nos debates e encontros não direta em sua organização, ficando a cargo da JnT esse processo. E quando indagada acerca da relação com outros países em luta, comopor exemplo,

Moçambique, que apresenta condições próximas aos reassentamentos realizados no Pará pela empresa, aponta que não há um relacionamento estreito, uma unificação, apontando que “nós nunca fomos pra lá e nunca recebemos ninguém também” (Entrevista realizada em 27/09/2013).

Estes aspectos formativos constituem, portanto, uma das principais práticas espaciais das organizações sociais em embate com a Vale no sistema norte da empresa, compondo uma série de sujeitos envolvidos com base nas notícias levantadas. Destacando no sudeste paraense: CPT, CEPASP, MST, MAM, MTM, MDA, Associações de Moradores de diversas comunidades, Sindicatos de Trabalhadores urbanos, CUT, Metabase, STTR de Canaã dos Carajás, MAB (a partir do MAM acerca do debate das barragens, destacando a de Tucuruí), Pastoral da Juventude e Levante Popular da Juventude. Já no Maranhão há destaque: da JnT, do Fórum Carajás, do GEDMMA, do Centro de Defesa da Vida Carmen Bascarin (em Açailândia realizando assistência social e jurídica), da Sociedade Maranhense dos Direitos Humanos (em São Luis), de Organização de Quilombolas afetados pelos trilhos, MST, Associações de Moradores, Movimento Piquiá quer viver e Pescadores.

Ainda na compreensão das práticas espaciais, ressaltando agora as com sentido combativo, a centralidade encontra-se também na região norte, enfatizando-se o motivo do levantamento anterior.

Apontando que essas possuem principalmente caráter de manifestações, isto é, passeados e atos em locais pertencentes à empresa. No que tange aos localizados no Pará e no Maranhão, com algumas exceções as ações decorrem da ocupação da EFC por algum tempo, isto devido a esta ação atingir o eixo central da empresa, impossibilitando a passagem do trem, parando assim a máquina de lucro da empresa. Em um momento de crescente investimento em logística, conflitos como esse são problemáticos para a empresa e tendem a tentar ser resolvidos com grande imediatividade.

As demandas pleiteadas, as agendas dos grupos, são variadas, mas tendem a aspectos particulares, a lutas particulares, em oposição as instâncias formativas dos encontros. Isto decorrente de se tratar de um mecanismo de resolução de problema, ocupa-se a ferrovia quando algum fato aconteceu, como o atropelamento de algum membro da comunidade ou a contaminação de algum corpo d'água. Realizando uma tipologia destas demandas, elas podem ser: referente a implantação de infraestrutura na ferrovia (como passarelas de travessia); conflitos trabalhista, decorrentes de demissão em massa ou não pagamento de benefícios,

direitos ou salário (normalmente por empresas terceirizadas pela empresa); lançamento de campanhas contrárias a empresa, como do Comitê em Defesa dos Territórios Frente a Mineração, que conjuntamente com o MAM, busca discutir aspectos relacionadas as mudanças na legislação que dizem respeito a mineração; e decorrentes de impactos sócio-ambientais de alguma projeto da empresa.

Tabela 9: Ações realizadas contra a empresa Vale S.A. pelas comunidades atingidas (2008-2013)

Estado	Município	Nº
CE	São Gonçalo do Amarante	1
DF	Brasília	2
ES	Anchieta	5
	Carapina	1
	Vitória	1
MA	Açailândia	12
	Alto Alegre do Pindaré	2
	Buriticupu	2
	Estreito	1
	Imperatriz	1
	Itapecuru Mirim	1
	Santa Rita	1
	São Luis	4
MG	Belo Horizonte	2
	Mariana	1
	Nova Lima	1
PA	Canaã	4
	Marabá	6
	Ourilândia do Norte	3
	Parauapebas	4
PR	Araucária	3
RJ	Rio de Janeiro	11
SC	Anitápolis	1
Total		70

Fonte: <http://justicanostrilhos.org> e <http://mineraçãosudesteparaense.wordpress.com>

Organização: Gustavo Vitti

Dessa forma, destacamos alguns elementos centrais na compreensão das organizações sociais frentes a mineração. Primeiramente é importante destacar, que devido ao tempo da pesquisa e suas proporções centrou-se atenção principalmente ao sujeitos coletivos,

entidades, com maior destaque, mas afirmando, por meio de observações de campo, a ação de sujeitos coletivo menos organizados e mais espontâneos, como associações de moradores, conjunto de jovens e trabalhadores, principalmente de populações urbanas. Em segundo, destinou-se maior atenção as lutas no sistema norte da empresa, devido a ser um dos locais mais emblemáticos na compreensão dos processos de luta.

Destaca-se, no entanto, a existência de dois movimentos articulados e independentes que promovem ações no sentido de oposição forma com que se realiza a mineração, representada pela Vale. Um nacional (MAM) e outro internacional (Articulação). O MAM, ou do Movimento Nacional pela Soberania Popular Frente a Mineração, vem de um processo de construção, com origem na região norte, e como destacado por Márcio Zonta, durante entrevista, trata-se do primeiro movimento histórico a surgir na região norte. Na fala de Charles Trocate é possível compreender um pouco seus objetivos.

[D]esde 2012 já analisávamos a perspectiva de construir um movimento popular, com uma plataforma política que negasse a atividade de mineração onde fosse possível e, onde não conseguíssemos barrar tais projetos, nos mobilizar para que as mineradoras paguem pelos danos causados. Assim, decidimos criar esse movimento nacional, popular, classista, antiimperialista, antineoliberal e internacionalista com um elemento diferenciado, pois é o primeiro movimento na história do Brasil que não nasce no sul e no centro sul do país, mas surge do norte e nordeste para se tornar nacional (Entrevista cedida ao Jornal Brasil de Fato; ZONTA, 2013)

Definindo, assim, que trata-se de um movimento amplo que busca repensar o projeto de mineração brasileiro, e negá-lo onde possível. O que traz novas dimensões para a análise, não observadas quando da escrita da dissertação de Wanderley (2008, p.1), que o leva a fazer a seguinte afirmativa, que se mostra não concreta na realidade atual:

[N]ão se configuraram, nesta região, fortes movimentos de questionamento à ação das mineradoras ou de “atingidos por mineração”. O que existiu e existe na região são emergência ou fortalecimentos de movimentos sociais populares nas áreas sob influência das grandes corporações, que não se lançam a questionar diretamente o uso dos recursos minerais ou as práticas socioespaciais desenvolvidas pelas mineradoras.

E não só observar-se a insurgência do MAM, opondo-se a esta tese levantada por Wanderley (2008) como também a criação do Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente a Mineração, no ano de 2013, em Brasília, com participação de comunidades quilombolas, movimentos sociais, ONGs, compondo mais de 30 organização de 16 estados brasileiros (ZONTA, 2013). O que nos possibilita observar o caráter de oposição e conflito que engendra, compreende, o território na luta desses movimentos sociais. O debate acerca da

perda de terras determinada pelo projeto minerador, seja pela duplicação de ferrovias, pelos reassentamentos, e outros aspectos já apontados, dimensiona uma busca de processos de expropriação (desterritorialização) dos sujeitos, sujeitos que resistem, compondo assim essa série de organizações e grupos sociais acima apresentados. Defendendo sete desafios para a construção do novo código de mineração (demandas, agendas de luta):

- 1) Garantir democracia e transparência na formulação e aplicação da política mineral brasileira; 2) Garantir o direito de consulta, consentimento e veto das comunidades locais afetadas pelas atividades mineradoras; 3) Respeitar taxas e ritmos de extração; 4) Delimitar e respeitar áreas livres de mineração; 5) Controlar os danos ambientais e garantir Planos de Fechamento de Minas com contingenciamento de recursos; 6) Respeitar e proteger os Direitos dos Trabalhadores; 7) Garantir que a Mineração em Terras Indígenas respeite a Convenção 169 da OIT e esteja subordinada à aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas (INESC, 2013)

Demandas essas que partem da construção conjunta de diferentes grupos de sujeitos sociais, demonstrando sua diversidade nas formulações das demandas. Construção conjunta que se faz a partir da conformação de um Movimento social que busque aglutinar os diferentes sujeitos, perpassando o debate para além somente dos “atingidos por mineração”, mas para um projeto de soberania popular que se preocupe com a questão da exploração dos recursos minerais. Essa mudança- transformação que pode parecer apenas terminológica - pode ser percebido no nome do MAM, que inicialmente tratava-se de Movimento dos Atingidos por Mineração, a exemplo do MAB, mas que no sentido de ampliar a discussão acerca da mineração, tendo em vista o novo código mineral e este se consolidar como de interesse nacional, alterou-se a denominação. Engendrando, portanto, um conjunto maior de grupos sociais no processo de enfrentamento, buscando ir além das questões meramente particulares, relacionadas a problemas mais pontuais, e determinando a discussão de um projeto de sociedade, um projeto de consolidação de outro território.

Já no âmbito da luta internacional, a preponderância centra-se na “Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale”, que realiza efetivamente um contato com organizações e lideranças nas áreas nas quais a Vale desenvolve projeto, com destaque para os projetos de minerações *stricto sensu*. Como destacado, o início da construção desta partiu do Fórum Social Mundial realizado em Belém em 2009, sendo chave o ano de 2010, no qual há o lançamento do “Dossie dos Impactos da Vale no Mundo”, e a realização de um encontro de uma série de organizações para pensar práticas conjuntas – o I Encontro Internacional dos

Atingidos pela Vale, realizado no Rio de Janeiro. Trata-se de um movimento importante, principalmente no quesito de tornar pública as determinações e contradições realizados pela empresa, no entanto apresenta suas limitações, algumas já apontadas. Devido a problemas de estrutura e financiamento apenas um pequeno conjunto de lideranças de alguns grupos podem participar dessas reuniões e encontros, não havendo um “fazer-se”, uma construção conjunta, das bases, isto é, a troca de experiência dos sujeitos realmente “atingidos” pela relação de força com a Vale não se efetiva de todo.. É claro que os assessores possuem um papel central nesse processo de articulação, possuindo os meios para realizá-los, mas os sujeitos concretos, “atingidos” pelos projetos, estão distantes dessa “Internacionalização” da luta. Contando apenas com intermediários nesse movimento, não criando assim uma identidade, um nós, um conhecer sujeitos e realidades distantes. Sendo este um dos maiores desafios na organização das lutas quando para além da esfera local, pois, como dimensionar uma “articulação dos atingidos” quando esses se encontram isolados em comunidades rurais na Amazônia, ou em reassentamentos precários, construídos pela Vale, no interior do continente africano?

Não se nega, no entanto, a existência de lutas nesses locais, que a partir de alguns processos conseguem se comunicar e articular, como a série de greves e atos realizados pelos trabalhadores da Inco no Canadá, mais de 4.000, em oposição as relações trabalhistas determinadas pela Vale, na qual realizou-se uma série de trocas de experiências com trabalhadores e sindicalistas brasileiros, por meio da ação da CUT, inclusive influenciando em greves em Açailândia, Parauapebas e em Moatize, Moçambique, no ano de 2009; Ocupações dos trilhos da empresa em Tete, do trem com destino ao porto de Beira, em 2012, devido as condições de vida e das moradias nos reassentamentos da empresa em Cateme. Sendo estes os dois países com maiores relações e intercâmbios com a luta no Brasil, mas também, com a participação no “I Encontro” de sujeitos da Argentina, frente ao projeto Rio Colorado, do Peru, especialmente da região de Cajamarca, da Nova Caledônia, projeto adquirido conjuntamente com os investimento de níquel no Canadá e da Indonésia, concretizando a mesma relação de poder¹¹⁷.

¹¹⁷ Não especificam-se melhor essas lutas em outros países devido a dificuldade de se obter informações e muitas já estarem desatualizadas, visto a dinamicidade dos conflitos. Destinando-se maior atenção, no capítulo dois aos processos de embate com a Vale em Moatize, Moçambique, visto um projeto paralelo realizado conjuntamente a esta pesquisa.

Lutas sociais, portanto, que se realizam-se por meio de diversos grupos sociais, alguns de maneira mais organizada, outros de maneira espontânea, voltados a causas mais particulares, consolidando, assim, uma série de manifestações e atos contrários a empresa. Sendo elemento e esforço desse processo a busca de realização de encontros e audiências, que determinem uma politização dessas lutas, a criação de uma identidade, determinando assim duas principais articulações, como apontado, o MAM e a “Articulação Internacional dos Atingidos pela Vale”, ambos em gestação.

Tendo como base a classificação das fases de um movimento social apontada por Gohn (2006, p.266), que contém:

- 1) Situação de carência ou ideias e conjunto de metas e valores a se atingir;
- 2) Formulação das demandas por um pequeno número de pessoas (lideranças e assessorias);
- 3) Aglutinação de pessoas (futuras bases do movimento) em torno das demandas;
- 3) Transformação das demandas em reivindicações;
- 5) Organização elementar do movimento;
- 6) Formulação de estratégias;
- 7) Práticas coletivas de assembleias, reuniões, atos públicos etc.;
- 8) Encaminhamento das reivindicações;
- 9) Práticas de difusão e/ou execução de certos projetos;
- 10) Negociações com os opositores ou intermediários por meio de interlocutores;
- 11) Consolidação e/ou institucionalização do movimento.

Podemos tecer alguns comentários finais no contexto dessas lutas sociais destacadas, sendo difícil encaixá-las nessa tipologia devido a complexidade de grupos e iniciativas, que denota uma não unificação completa. Tendo em vista que os pontos que a autora destaca dizem respeito principalmente as práticas e não a organicidade ou identidade do grupo, destaca-se que as práticas do grupos no Pará e Maranhão contemplam grande parte dos pontos destacados, alguns em menores instâncias outros mais amplamente. Por exemplo, a aglutinação de pessoas, bases do movimento, será sempre um processo contínuo, conjunto das práticas de difusão das lutas, bem como a realização de encontros e reuniões. Já a passagem das demandas para reivindicações, a serem encaminhadas e negociadas com os opositores dos grupos é um processo que se encontra em fase mais inicial, sendo realizado em alguma medida, mas sem, entretanto, partir para transformações concretas das questões apontadas.

Normalmente, essas reivindicações e ações são mais particulares, como propostas de reassentamento das comunidades em Ourilândia do Norte (PA), Canaã dos Carajás (PA) e o bairro Piquiá de Baixo, localizado no município de Açailândia (MA), sendo todavia realizadas não pelos sujeitos concretos, mas em grande medida pelas assessorias (CPT, CEPASP e JnT, respectivamente), devido seu maior conhecimento jurídico e capacidade de representação nas instâncias necessárias. Sendo portanto difícil definir em que fase estes movimentos, ou frentes

de luta se encontram, como bem aponta a autor. Não se tratando, portanto, de uma compreensão etapista do desenvolvimento das questões sociais, havendo pontos de convergência e avanços em algumas fases, com alguns pontos ainda em processo de consolidação. Determinando o caráter inicial do processo de politização e organização das lutas particulares e espontâneas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação e discussão dessas questões, deve-se realizar algumas considerações acerca da necessidade da compreensão dos sujeitos sociais que dimensionam os conflitos e dessa forma a apreensão do território, visto este se constituir como uma categoria empírica, que parte da realidade.

É, como buscamos fazer crer, que apenas a partir da análise de quem são os sujeitos que ao se projetarem, produzirem o espaço, e se apropriarem deste, constituindo o território, é que a ciência, no caso a Geografia, dimensiona-se como uma ciência do concreto, uma ciência preocupado com os homens e mulheres formadores do mundo.

No capitalismo, modo de produção pautado na exploração do trabalho e dos recursos “naturais”, um dos “sujeitos coletivos” centrais, trata-se da categoria empresa, ou seja, o agente concreto do processo ontogênico do capital. Dessa forma, compreender o processo de apropriação (constituição também da propriedade privada) do mundo, que determina conflitos com os sujeitos sociais, os trabalhadores, camponeses, grupos indígenas e comunidades quilombolas, determina a necessidade de observar as práticas de territorialização destas empresas.

Realizar um olhar mais aprofundado sobre um desses agentes, a empresa Vale, trata-se de um recorte metodológico, no sentido de compreender o embate entre as relações capitalistas e não-capitalistas de produção, embate que determina uma compreensão classista de território. Necessário, portanto, é não recair apenas na análise dos circuitos espaciais produtivos destas empresas, na análise apenas dos fixos e fluxos, na compreensão de um espaço hegemônico, estrutural, que nega as ações cotidianas, as táticas menores e assim, os homens concretos.

Nesse sentido, empreender uma análise dupla, que busca explorar a ação das duas partes em conflito (não recaindo em uma compreensão binária, tendo em vista diversos sujeitos e agentes, que se conflitam e interagem de maneira contraditória), a empresa Vale S.A. e os sujeitos que se colocam frente a suas ações, os “atingidos pela Vale”.

Destacando por meio disso uma compreensão conjunta do processo de internacionalização das empresas, que entendemos como expansão geográfica do projeto capitalista de mundo, que faz necessária o processo de internacionalização das lutas sociais, a realização de articulações e debates para além das localidades, restritas localmente. Tendo em

vista, é claro, a contradição nesse processo seja devido a correlação de forças e os recursos financeiros para a realização dessa articulação, ampliando o protagonismo, em muitos casos, de “empresas” ou melhor das denominadas ONGs ou Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), nesse processo.

No entanto, há intercâmbios e trocas que determinam a conformação, mesmo com entraves, de identidades subjetivas, que partem das experiências e posições definidas, como de trabalhadores, proletários, e camponeses no caso da Via Campesina, ou de “atingidos pela Vale”, no caso de nosso objeto de estudo.

Entendemos, assim, que a ação desta empresa é deflagradora de processos de organização social, assim como a exploração do trabalho determina a revolta da classe trabalhadora. Ao terem suas condições materiais de vida, sua possibilidade de reprodução social transformada e em muitos casos impossibilitada, vide o caso dos assentados em Moçambique, esses sujeitos se opõem ao elemento que os parece causador de todos os problemas e em grande parte dos casos o é, a empresa Vale S.A., antiga Vale do Rio Doce.

Entretanto, muitas das lutas têm caráter pontuais, espontâneos e particulares, atuando apenas quando algum fenômeno escancara a condição de exploração ou de “atingido” a questão submetidos, momentos de explosão, fusão das lutas. Sendo assim, um processo lento, que na região norte já concretiza 21 anos, desde a criação do Seminário Consulta, de unificação e politização das lutas.

Sendo neste sentido que se realizam a criação, após 2007, de grupos como o MAM, que visa debater a questão da mineração em âmbito nacional, o MTM, que vai discutir a mineração a partir da exploração do trabalho, a JnT, que a partir de uma perspectiva missionária, busca organizar os sujeitos “atingidos” pelos trilhos (projetos) da Vale, e por toda a cadeia da mineração localizadas nas margens deste, o Comitê Nacional em defesa dos Territórios frente a Mineração, que determina o caráter de defesa de seus próprios espaços de vida, além da “Articulação Internacional” em si, que tem como projeto a aglutinação das lutas espalhadas pelos recônditos minerais em diversos países do mundo.

Processos que se encontram, portanto, em um caráter inicial de organização, no intuito de fazer frente à ação poderosa da empresa, apresentando assim algumas contradições internas, entraves, divergências de ações, falhas de comunicação, presentes na construção de um movimento político e social que tenha como objetivo aglutinar as lutas e interesses, construindo uma identidade coletiva (um para-si), de diferentes sujeitos sociais, com histórias

de vida e costumes diferentes, como quilombolas, ribeirinhos, trabalhadores urbanos e rurais, camponeses e indígenas. Determinando, portanto, o caráter e as práticas desses grupos, como a realização de encontros e produção de materiais e documentos, com o intuito de tornar públicas as ações da empresas, desmascarando suas práticas espaciais.

Práticas que determinam oposição ao processo de **territorialização do capital**, que se faz frente a busca (processo) de desterritorialização, expropriação dos sujeitos, buscando negar suas histórias e tradições, mas que enfrenta resistências, pois dois projetos distintos de sociedade, o capitalista e o não-capitalista (camponês, proletário, indígena) não podem conviver, produzir “desenvolvimento”, ou melhor, contribuir para o processo de libertação humana, expansão de sua consciência, construção de uma genericidade humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Campanhas de desterritorialização na Amazônia: o agronegócio e a reestruturação do mercado de terras. In: BOLLE, Willi et al (Org.).

Amazônia: região universal e teatro do mundo. São Paulo: Globo, 2010, v. , p. 141-160.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação e Sociedade**, v. 25, Campinas, 2004, p.333-351.

ARROYO, Mónica. **Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX**. 2001. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ARTICULAÇÃO Internacional dos atingidos pela Vale. **Relatório de insustentabilidade da Vale de 2012**, 2012.

BEISIEGEL, Vanderlei de Rui. O advento da mineração em Carajás: contribuição à história da Companhia Vale do Rio Doce na Amazônia. In: TEIXEIRA, João Batista Guimarães; BEISIEGEL, Vanderlei de Rui. **Carajás: geologia e ocupação humana**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006.

BNDES. BNDES aprova R\$ 3,9 bilhões para Vale investir em logística no Maranhão e Pará. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – Sala de imprensa**. Rio de Janeiro, 23 ago de 2012.

_____. Consulta sobre as operações diretas do BNDES. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/BNDES_Transparente/Consulta_as_operacoes_do_BNDES/operacoes_diretas.html> Acesso em: 27 mar 2013.

BOSSI, Dário et al. A face agressiva da vale. In: STIFTUNG, Instituto Rosa Luxemburg [org.] et al. **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. Expressão Popular: São Paulo, 2009, p. 159-174.

_____. Impactos e resistências em Açailândia, profundo interior do Maranhão. In: FÓRUM CARAJÁS. Mineração na Amazônia: Estado, Empresa e Movimentos Sociais. Fórum Carajás, São Luis, 2010.

BRASIL de fato. Pinheirinho: Uma barbárie inclusive jurídica. São Paulo, 14/02/2012, 2012. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/node/8839>> Acesso em: 12 mar 2013.

BUNKER, Stephen. Da castanha do Pará ao ferro: os múltiplos impactos dos projetos de mineração na Amazônia Brasileira. In: COELHO, Maria Célia Nunes; MONTEIRO, Maurílio de Abreu [orgs]. **Mineração e reestruturação espacial na Amazônia**. NAEA, Belém, 2007.

CLAVAL, Paul. O território na transição da pós-modernidade. . **GEOgraphia**, Ano I, No 2, Rio de Janeiro, 1999. p.7-26.

COELHO, Maria Célia Nunes et al. Impactos Ambientais da Estrada de Ferro Carajás no Sudeste do Pará. In: TEIXEIRA, João Batista Guimarães; BEISIEGEL, Vanderlei de Rui. **Carajás: geologia e ocupação humana**. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2006.

COELHO, Maria Célia Nunes. Commodities minerais e a permanência do padrão: corredor-fronteira na Amazônia oriental brasileira. In: COELHO, Maria Célia Nunes *et al* (Org.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo Espacialidades Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina, Claso e ANPEGE, 2008, v. 1, p. 237-251.

_____; MONTEIRO, Maurílio de Abreu; WANDERLEY, Luiz Jardim. Mineração de Bauxita, Industrialização de Alumínio e Territórios na Amazônia. In: Almeida et al. (Org.). **Capitalismo Globalizado e Recursos Territoriais: Fronteiras de Acumulação no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, v. 1.

COSTA, Wanderley Messias. O espaço como categoria de análise. **Revista Do Departamento de Geografia (USP)**, v. 02, São Paulo, 1983. p.45-53.

_____; MORAES, Antonio Carlos Robert. A Geografia e o Processo de Valorização do Espaço. In: SANTOS, Milton. **Novos rumos da Geografia brasileira**. Editora Hucitec, 1988

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato [orgs]. **Geografia: conceitos e temas**. 12ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p.15-47.

CORRÊA, Vinícius Morena de Souza; CARMO, Roberto Luiz do. Impactos socioambientais e demográficos do processo de ocupação da atividade mineradora na região sudeste do Pará nos Censos Demográficos de 1970 a 2000. Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Caxambu, 2010.

FALERO, Alfredo. Entre o rigor teórico-metodológico e a criatividade – Algumas chaves cognitiva para a pesquisa dos movimentos sociais na América Latina. In:GOHN, Maria da Gloria; BRINGEL, Breno M.. **Movimentos Sociais na era global**. Editora Vozes, Petrópolis, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Presidente Prudente: **Revista Nera**, Ano 8, n. 6 – janeiro/junho de 2005.

FERREIRA, Ayala Lindabeth Dias. **Realidades e desafios da educação do campo na Escola Crescendo na Prática – Parauapebas/PA**. Parauapebas, 2012, cedido pelo autor.

FONTES, Virginia. O imperialismo brasileiro. In: STIFTUNG, Instituto Rosa Luxemburg [org.] et al.**Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. Expressão Popular: São Paulo, 2009, p.220-245.

_____. O Brasil e o Capital Imperialismo – teoria e história. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

FROCHTENGARTEN, Fernando. Memória e colonização em Carlos Drummond de Andrade. *Psicol. Soc.* [online]. 2004, vol.16, n.3

GARCIA, Ana Saggiaro. Empresas transnacionais brasileiras: dupla frente de luta. In: STIFTUNG, Instituto Rosa Luxemburg [org.] et al. **Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário**. Expressão Popular: São Paulo, 2009, p.11-25.

GODEIRO, Nazareno. **Vale do Rio Doce: Nem tudo o que reluz é ouro, da privatização à luta pela reestatização**. São Paulo: Editora Sundermann, 2007.

GODOY, Paulo Roberto Teixeira de. A produção do espaço: uma reaproximação conceitual da perspectiva lefebvriana. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, nº 23, 2008. p. 125-132.

GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo, 2006.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. A Desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. *GEOgraphia*, Niterói, v. 7, 2002.

_____.; RAMOS, T. T. O mito da desterritorialização econômica. *GEOgraphia* (UFF), Niterói, v. 12, p. 25-48, 2004

_____. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2005. p. 6774-6792.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al [org]. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia* (UFF), v. 17, p. 19-45, 2008.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: EdicionesPeninsula, 1991.

_____. **Cotidiano e história**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

IBGE. **Censo de 2010**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em: 28 mar 2013.

INESC. Organizações lançam sete desafios mínimos para o Novo Código da Mineração. Publicado em 28 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/>> Acesso em: 23 ago 2013.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1976.

LANGA, Jose Maria R. Chiláule; SOUZA, José Gilberto; HESPANHOL, Rosangela A. M. A produção de alternativas agroenergéticas e a questão da terra em Moçambique: a Província de Manica. **Campo Território** (No prelo), s.p., 2013

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: ÉditionsAnthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006.

LESSA, Sérgio. Ontologia e Objetivação em Lukács. Belo Horizonte, 1994.

LUKÁCS, György. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. **Temas de Ciências Humanas**, São Paulo: [s.n], 1978.

_____. **Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo. Ciências Humanas, 1979.

JNT. Movimento de denúncia e ação por justiça ambiental no corredor de Carajás. Rede Justiça nos Trilhos, Açailândia, 2010.

_____. Temos que mudar essa política de expansão da Vale. Rede Justiça nos Trilhos, Açailândia, 2010b. Disponível em:< http://www.just_icanostrilhos.org/Temos-que-mudar-essa-politica-de> Acesso em: 30 out 2013.

MADEIRA FILHO, Wilson et al. “Já não dá mais pra respirar”:o caso da comunidade de Piquiá de Baixo, em Açailândia MA. In: VI Encontro Nacional de ANPPAS, 2012, Belém. **Anais do VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**. Belém, NAEA, 2012.

MAISONNAVE, Fabiano. China vê monopólio em navios da Vale. **Folha de São Paulo (Online)**, 18/08/2011. Pequim, 2011.

_____. China proíbe entrada de supertanques da Vale. **Folha de São Paulo (Online)**, 31/01/2012. Pequim, 2012.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho**. Editora Hucitec, São Paulo, 1993.

_____. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de ; THÉRY, Hervé. Carajás-Parauapebas: conflitos entre modelos de desenvolvimento na Amazônia Oriental. **Praia Vermelha (UFRJ)**, v. 19, p. 73-88, 2010.

MINEIRO, Adhemar. **O Estado brasileiro e a política da Vale**. Texto Produzido para debate no II Encontro dos Atingidos pela Vale, Belo Horizonte, Abril de 2011. Disponível

em: <<http://www.plataformabndes.org.br/site/index.php/biblioteca/category/11-analises-do-desenvolvimento?download=18:o-estado-brasileiro-e-a-politica-da-vale>> Acesso em: 12 de nov 2011.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e Geografia (a geograficidade e o diálogo das ontologias). **GEOgraphia**, Ano. 6, n. 1. Rio de Janeiro, 2004.

_____. Espacidade: uma reflexão sobre o problema da ontologia do espaço
In: COELHO, Maria Célia Nunes *et al* (Org.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo Espacialidades Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina, Claso e ANPEGE, 2008, v. 1.

MOSCA, João; SELEMANE, Tomás. **El doradoTete: os megaprojectos de mineração**. CIP, Maputo, 2011.

MST. Famílias Sem Terra ocupam Estrada de Ferro Carajás, no Pará. 07 de novembro de 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/node/4947>> Acesso em: 08 jul 2013.

NETTO, José Paulo. **Marxismo impenitente**. Editora Cortez: São Paulo, 2004.

ORGANIZAÇÕES Integrantes do I Encontro Internacional dos Atingidos pela Vale. **Dossiê dos impactos e violações da Vale no mundo**, 2010. Disponível em:
<http://atingidospelavale.files.wordpress.com/2010/04/dossie_versaoweb.pdf>. Acesso em: 03 fev 2012.

ORGANIZAÇÕES Signatárias de Moçambique. **Carta enviada ao Presidente de Moçambique**. Maputo, 2012.

PALHETA DA SILVA, João Marcio. Território e Mineração na Amazônia Paraense Norte do Brasil In: 12 Encuentro de Geógrafos de la América Latina, 2009, Montevideo. Caminando en una América Latina em Transformación. Universidad de la República: **Universidad de la República**, 2009. v. 01. p. 1-13. Disponível em:
<http://egal2009.easyplanners.info/area01/1099_Palheta_Joao_Marcio.pdf> Acesso em: 25 jul 2012

PASTOR, Maluze. Contrário me dê licença pra contar essa história. In: FÓRUM CARAJÁS. Mineração na Amazônia: Estado, Empresa e Movimentos Sociais. Fórum Carajás, São Luis, 2010.

PEDON, Nelson Rodrigo. **Geografia e movimentos sociais: dos primeiros estudos à abordagem socioterritorial**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

PIRES DO RIO, Gisela Aquino. Organizações empresariais, trajetórias espaciais e racionalidade: espaço e tempo de uma empresa de celulose. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 101-119, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. IN: CECEÑA, Ana Esther [org]. **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.141-186.

PRECIADO, Jaime. As geografia s do poder dos movimentos sociais em um período de crise. . In: GOHN, Maria da Gloria; BRINGEL, Breno M.. **Movimentos Sociais na era global**. Editora Vozes, Petrópolis, 2012.

PRESAS, Carolina Soledad. Instituições e desenvolvimento em municípios de base mineira: os casos de Parauapebas –PA e Itabira –MG. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2012.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001

SANTOS, Milton. O *espaço* geográfico como *categoria filosófica*. **Terra Livre**, n.5, São Paulo, 1988. p. 9-20.

_____. O presente como espaço. In: _____. **Pensando o espaço do homem**. Edusp, 2004.

_____. O Estado-Nação como Espaço, Totalidade e Método. In: _____ **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2008.

SELEMANE, Tomás. **Alguns desafios da industriaextractiva em Moçambique**. CIP, Maputo, 2009.

_____. **Questões à volta da mineração em Moçambique – Relatório de Monitoria das Actividades Mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundega**. CIP, Maputo, 2010.

SEVÁ, Arsênio Oswaldo. Problemas intrínsecos e graves da expansão mineral, metalúrgica, petrolífera, e hidrelétrica nas Amazônias. Apresentado no “**I Seminário Nacional sobre Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**”, UFMG, 2008. Acesso em: 29/12/2012.

Disponível em:

http://www.ifch.unicamp.br/profseva/artSEVA2R_SemDesenConflit_BH_abril08.pdf

SHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e geração de novos direitos em tempos globais: o caso brasileiro.. In:GOHN, Maria da Gloria; BRINGEL, Breno M.. **Movimentos Sociais na era global**. Editora Vozes, Petrópolis, 2012.

SILVA, Maria das Graças Souza; SOUZA, Maria do Rosário Guimarães de. Itabira - Vulnerabilidade Ambiental: impactos e riscos socioambientais advindos da mineração em área urbana. Trabalho apresentado no **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, 2002.

SOUZA, Jose Gilberto de. **Questão de Método: a homogeneização do território rural paulista**. Livre-docência apresentada à UNESP, Campus Jabuticabal, 2008.

_____. Limites do Território. **Agrária** (São Paulo. Online), v. 10/11, p. 99-130, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.ffe.usp.br/revistaagraria/revistas/10&11/5LSouza_JG.pdf> . Acesso em: 6fev 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. 'Espaciologia': Uma objeção (crítica aos prestigiamentos pseudo-críticos do espaço social). **TERRA LIVRE**, v. 10, p. 21-45, 1988.

_____. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato [orgs]. Geografia: conceitos e temas. 12ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p.77-116.

SOUZA, Maria do Rosário Guimarães de. **A situação de vulnerabilidade de Vila Paciência de baixo**. Itabira, s/a.

SPOSITO, Eliseu Silvério. Cenários recentes da expansão do capitalismo: as multinacionais emergem no terceiro mundo. In: In: COELHO, Maria Célia Nunes (Org.). **O Brasil, a América Latina e o Mundo Espacialidades Contemporâneas**. Rio de Janeiro: Lamparina, Clacso e ANPEGE, 2008, v. 1, p. 92-103.

_____; SANTOS, Leandro. **O capitalismo industrial e as multinacionais brasileiras**. São Paulo: Outras expressões, 2012.

TAUTZ, Carlos et al. O BNDES e a reorganização do capitalismo brasileiro: um debate necessário. In: Vários autores. **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003-2010**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

THERY, Hervé. Globalização, desterritorialização e territorialização. **Revista da ANPEGE**, v. 4, 2008, p.89-96.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa – A árvore da Liberdade**. Livro I. Editora Paz e terra. Rio de Janeiro, 1987.

UCHOAS, Leandro. Imperialismo brasileiro : Vale explora trabalhadores no Canadá. Brasil de Fato, 27 de agosto de 2009, Rio de Janeiro, 2009.

VAINER, Carlos. **Conceito de atingido: uma revisão do debate e diretrizes. Observatório Sócio-ambiental de Barragens**. IPPUR (UFRJ). Disponível em: <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/central_download.php?hash=3ac3268ad9d620abb0b98209ecb720cf&id=18> Acesso em: 28 jun 2012.

VALE. **Relatório Anual 2002 – Form 20 F**. VALE S.A., Rio de Janeiro, 2003.

_____. **Relatório Anual 2003 – Form 20 F**. VALE S.A., Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Relatório Anual 2006 – Form 20 F**. VALE S.A., Rio de Janeiro, 2007.

_____. **Vale: Nossa História**. Vale S.A., Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Relatório Anual 2011 – Form 20 F.** VALE S.A., Rio de Janeiro, 2012a.

_____. **Relatório anual de Sustentabilidade de 2011.** VALE S.A., Rio de Janeiro, 2012b.

_____. **Relatório Anual 2012 – Form 20 F.** VALE S.A., Rio de Janeiro, 2013.

VITTI, Gustavo Schiavinatto. A empresa Vale S.A. em Moçambique: da 'remoção involuntária' à expropriação. In: **V SEMINÁRIO INTERNACIONAL TEORIA POLÍTICA DO SOCIALISMO** Marx: Crise do capitalismo e transição, Marília, 2013.

WANDERLEY, Luiz Jardim de Moares. **Conflitos e Movimentos Sociais Populares em área de mineração na Amazônia Brasileira.** UFRJ/PPGG, Rio de Janeiro, 2008.

_____. “Atingidos por Mineração”: Conflitos e Movimentos Sociais na Amazônia Brasileira. In: 35º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2011, Caxambu. **Anais do 35º Encontro Anual da Anpocs.** Caxambu: ANPOCS, 2011.

ZAGALLO, José Guilherme Carvalho. A “privatização” da Vale. In: JUSTIÇA nos trilhos. Revista Não Vale, São Luis, 2010.

ZONTA, Márcio. Vale inicia obras do novo Carajás. Brasil de Fato, 20 de janeiro de 2011, Canaã dos Carajás, 2011.

_____. A luta dos atingidos por mineração. Brasil de Fato, 05 de novembro de 2013, Marabá, 2013.

Páginas da internet consultadas

<<http://mineraçãosudestedopara.wordpress.com>>

<<http://justiçanostrilhos.org>>

APÊNDICE – Tópicos de entrevista

Conformar um histórico de atuação geral da organização ou movimento:

- a) Nome da instituição
 - b) Foco de Atuação
 - c) Nome do entrevistado (atividade)
- 1) Qual é a aproximação da Instituição com as populações atingidas pela Vale? Com o movimento institucionalizado? Em que momento e como se realizou essa aproximação?
 - 2) Qual o nível de atuação da entidade, foco de atuação nas questões que concernem a empresa?
 - 3) Identificar a frequência das atividades, a área de atuação e a forma de ação da entidade (assessoria, cursos, encontros, manifestações).
 - 4) Há uma documentação (registro) das atividades
 - 5) Atuação da Vale - quais são as principais determinações: a) Demandas das populações atingidas; b) Alteração nas subjetividades das relações sociais. Como se identifica a relação com o território – os reassentamentos e relações de poder. (comunidades assentadas, indígenas – vide vila racha placa, santa rosa dos pretos, assentamentos Califórnia, Piquiá, Diná Teixeira (Canaã)
 - 6) Em que medidas a uma relação de particularidade e universalidade nas lutas? Centram-se em demandas mais específicas e pontuais ou em atuações mais amplas?
 - 7) Há rupturas e embates no interior das atividades, seja por cooptação ou por divergências ideológicas e metodológicas? Incidente em Piquiá em Julho
 - 8) Quais são as práticas de cooptação ou de discurso desenvolvimentista da Vale na tentativa de “mascarar” os problemas. E as novas informações sobre espionagem.
 - 9) Como a população ou a entidade observa esse discurso e pensa as atividades econômicas na região
 - 10) E as resistências dos atingidos e líderes de movimentos frente a essa ação da empresa? De que maneira a institucionalização se mostra como um caminho?
 - 11) E o Estado nesse embate, como estabelece-se. Os órgãos estatais, vide MPF, Executivo, Procuradorias, etc.
 - 12) Observar a organicidade da Instituição (Como é o trabalho coletivo no quesito da luta)
 - 13) De que maneira se dá a sobrevivência das lutas? Tanto do ponto de vista logístico, como se realiza um contato entre as entidades e do ponto de vista material, financiamento?
 - 14) Ações político-partidárias – Cooptação
 - 15) E a mídia, como se dá a atuação da mídia, tanto local como nacional e internacional nessas questões, de que maneira observa os embates?
 - 16) Violência. Como se realiza a violência cotidiana nos embates, nas práticas da empresa, da polícia, tanto física como simbólica.
 - 17) Como vê uma possível ação na resolução dos conflitos? (Fundo Social da Mineração, Participação Popular)